



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XL Nº 3 BRASÍLIA – DF, QUARTA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 2006 PREÇO R\$ 1,50

SUMÁRIO	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Executivo.	1	33	
Casa Militar		33	
Secretaria de Estado de Governo		33	
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa		33	
Secretaria de Estado de Fazenda	4	33	39
Secretaria de Estado de Educação	6	33	45
Secretaria de Estado de Saúde	8	34	
Secretaria de Estado de Ação Social.		36	46
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras		37	53
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8		
Secretaria de Estado de Transportes			53
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal		37	
Polícia Civil do Distrito Federal		37	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico			53
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos			54
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.....	9		55
Secretaria de Estado de Trabalho	10	38	
Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais	10	38	
Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia		38	55
Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação	10	38	
Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal		38	55
Tribunal de Contas do Distrito Federal			55
Ineditoriais			55

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 26.495, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005 (*).

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 35, inciso II, alínea “b”, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 093.003.464/2005, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Dispêndio da Companhia Energética de Brasília – CEB, crédito suplementar no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente de participação acionária entre a Companhia Energética de Brasília e a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita da Companhia Energética de Brasília fica alterada na forma do Anexo I.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 2005.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original, no DODF nº 246, de 29 de dezembro de 2005.

ANEXO I		RECEITA				R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR		ORÇAMENTO DISPENDIO				
		SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA				
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA		2590.03.00	330		9.000.000	
						9.000.000
2005AC00602					TOTAL	9.000.000

ANEXO II		DESPESA				R\$ 1,00					
SUPLEMENTAR. EXCESSO ARRECADAÇÃO				DISPÊNDIO-DECRETO				ORÇAMENTO		DISPÊNDIO	
SUPLEMENTAÇÃO											
RECURSOS DE TODAS AS FONTES											
ESPECIFICAÇÃO				REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL			
190208/19208	22204	COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA						9.000.000			
25.752.0100.6065		AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL									
Ref. 000145	0001	AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL		99	45.00.00	530	9.000.000				
								9.000.000			
2005AC00602								TOTAL		9.000.000	

DECRETO Nº 26.499, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005.

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 4.220.000,00 (quatro milhões e duzentos e vinte mil reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 35, inciso II, alínea “b”, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e com o artigo 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Dispêndio da CEB LAJEADO S/A crédito suplementar no valor de R\$ 4.220.000,00 (quatro milhões e duzentos e vinte mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no orçamento de dispêndio da CEB LAJEADO S/A conforme Anexo I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 2005.
118º da República e 46º de Brasília.
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I		DESPESA				R\$ 1,00
SUPLEMENTAR ANULAÇÃO DISPENDIO - DECRETO					ORÇAMENTO DISPÊNDIO	
CANCELAMENTO						
RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190209/19209	22209					4.220.000
25.122.0100.8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS					
Ref. 002983	0100					
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II						
		26	33.00.00	510	1.427.000	
						1.427.000
25.752.4200.6063	ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO					
Ref. 002989	0001					
ARRENDAMENTO DE USINA DA CEBLAJEADO S/A.						
		99	33.00.00	510	2.355.000	
						2.355.000
28.846.0001.9050	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					
Ref. 002982	0075					
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DA CEBLAJEADO S/A.						
		99	33.00.00	510	438.000	
						438.000
2005AC00614					TOTAL	4.220.000

ANEXO II		DESPESA				R\$ 1,00
SUPLEMENTAR ANULAÇÃO DISPENDIO - DECRETO					ORÇAMENTO DISPÊNDIO	
SUPLEMENTAÇÃO						
RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190209/19209	22209					4.220.000
25.752.4200.6064	ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO					
Ref. 002985	0001					
ENCARGOS DE USO DE LINHA DE TRANSMISSÃO DA CEBLAJEADO S/A.						
		99	33.00.00	510	1.865.000	
						1.865.000
28.846.0001.9054	ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS					
Ref. 002987	0001					
ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS DA CEBLAJEADO S/A.						
		99	33.00.00	510	2.355.000	
						2.355.000
2005AC00614					TOTAL	4.220.000

DECRETO Nº 26.500, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005.

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 261.250,00 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 8º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004, e com o artigo 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, crédito suplementar, no valor de R\$ 261.250,00 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação da dotação orçamentária constante do Anexo I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 2005.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO	I	DESPESA				R\$ 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES					ORÇAMENTO FISCAL	
CANCELAMENTO						
RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
340101/00001	34101					261.250
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER						
27.122.0100.8517						
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS						
Ref. 001107	0050					
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER						
		99	33.90.37	100	261.250	
						261.250
TOTAL						261.250
2005AC00616						

ANEXO	II	DESPESA				R\$ 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES					ORÇAMENTO FISCAL	
SUPLEMENTAÇÃO						
RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
340101/00001	34101					261.250
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER						
27.811.1900.2873						
CRIANÇA FORA DA RUA - PROJETO AMIGO DA GENTE						
Ref. 000220	0001					
CRIANÇA FORA DA RUA - PROJETO AMIGO DA GENTE						
		99	33.50.39	100	261.250	
						261.250
TOTAL						261.250
2005AC00616						261.250

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF
Telefones: (0XX61) 3441.4502 - 3441.4503
Editoração e impressão: COMUNIDADE EDITORA

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

MARIA DE LOURDES ABADIA
Vice-Governadora

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ
Secretário de Governo

MARCELO DA SILVA NUNES
Subsecretário-Diretor

DECRETO Nº 26.505, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 712.271,00 (setecentos e doze mil e duzentos e setenta e um reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 8º, inciso I, alínea “a” e inciso III, da Lei nº 3.519 de 30 de dezembro de 2004, e com o artigo 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 060.017.698/2004, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto a diversas unidades orçamentárias crédito suplementar, no valor de R\$ 712.271,00 (setecentos e doze mil e duzentos e setenta e um reais), para atender às programações orçamen-tárias indicadas nos Anexos III e IV.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do artigo 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação de aplicação financeira proveniente do convênio nº 1947/2000 – SES/MS e pela anulação parcial de dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4º A despesa decorrente do presente decreto será ajustada ao valor da efetiva e corresponden-te arrecadação, devendo a unidade orçamentária proceder, ao final do exercício, à reversão ou cancelamento da diferença empenhada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 2005.
118º da República e 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I	RECEITA	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR	ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	
SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE
DISTRITO FEDERAL	1325.01.40	121
		6.955
2005AC00618	TOTAL	6.955

ANEXO II	DESPESA	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES	ORÇAMENTO FISCAL	
CANCELAMENTO		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA
010101/00001 01101 CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		
01.122.0254.8517 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS		
Ref. 001751 0065 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	1	33.90.92
		100
		400.000
200204/20204 22206 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL		
26.453.2800.1169 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO DO DF		
Ref. 000257 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	99	44.90.51
		100
		305.316
2005AC00618	TOTAL	705.316

ANEXO III	DESPESA	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR - CONVÊNIOS	ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	
SUPLEMENTAÇÃO		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA
170901/17901 23901 FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL		
10.302.0400.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR		
Ref. 000338 0001 ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE NÍVEIS SECUNDARIO E TERCIARIO	99	33.90.93
		121
		6.955
2005AC00618	TOTAL	6.955

ANEXO IV	DESPESA	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES	ORÇAMENTO FISCAL	
SUPLEMENTAÇÃO		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO	REG	NATUREZA
010101/00001 01101 CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		
01.122.0254.8517 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS		
Ref. 001751 0065 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	1	44.90.52
		100
		400.000
150201/15201 40201 FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL		
19.571.1000.2921 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DOS ORGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL		
Ref. 001510 0001 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DOS ORGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	99	44.90.20
		100
		305.316
2005AC00618	TOTAL	705.316

DECRETO Nº 26.506, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 798.900,00 (setecentos e noventa e oito mil e novecentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orça-mento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 8º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 3.519, de 30 de dezembro de 2004, e com o artigo 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 133.000.674/2005, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Câmara Legislativa do Distrito Federal e à Região Administrativa IV - Brazlândia crédito suplementar, no valor de R\$ 798.900,00 (setecentos e noventa e oito mil e novecentos reais), para atender às programações orçamentárias indicada no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 2005.
118º da República e 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I		DESPESA		R\$ 1.00		
CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES				ORÇAMENTO FISCAL		
CANCELAMENTO				RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001	01101					700.000
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL						
01.126.0254.1471						
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATICA						
Ref. 001748	0002					
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATICA DA CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL						
		1	33.90.39	100	100.000	
		1	44.90.52	100	600.000	
						700.000
190106/00001	38106					98.900
REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA						
04.122.0100.8517						
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS						
Ref. 001110	0039					
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA						
		4	33.90.36	100	4.000	
		4	33.90.39	100	36.000	
		4	33.90.47	100	3.000	
		4	44.90.52	100	13.800	
						56.800
13.392.1300.2007						
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS						
Ref. 001384	0039					
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS EM BRAZLÂNDIA						
		4	33.90.36	100	4.200	
		4	33.90.39	100	31.000	
						35.200
15.452.0700.8508						
MANUTENÇÃO DE AREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS						
Ref. 001144	0014					
MANUTENÇÃO DE AREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM BRAZLÂNDIA						
		4	33.90.30	100	6.900	
						6.900
2005AC00620					TOTAL	798.900

ANEXO II		DESPESA		R\$ 1,00		
CREDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES				ORÇAMENTO FISCAL		
SUPLEMENTAÇÃO				RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
ESPECIFICAÇÃO		REG	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001	01101 CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL					700.000
01.131.0254.6202	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO DA CAMARA LEGISLATIVA DO DF					
Ref. 003620	0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO DA CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	99	33.90.39	100	700.000	
						700.000

190106/00001	38106	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA					98.900
27.812.4000.3348		REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS					
Ref. 001125	0001	REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS EM BRAZLÂNDIA					
			4	44.90.51	100	98.900	
2005AC00620							TOTAL
							798.900

DECRETO Nº 26.517, DE 03 DE JANEIRO DE 2006.

Extingue e cria Cargos em Comissão, que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 3º, e no seu parágrafo único da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, DECRETA:

Art. 1º - Fica extinto 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente do Cerimonial da Governadoria do Distrito Federal.

Art. 2º - Fica criado, sem aumento de despesa, 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado, no Gabinete da Administração Regional de Brazlândia, da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 03 de janeiro de 2006.
118º da República e 46º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 03 de janeiro de 2006.

Processo: 040.008.397/2005; Interessado: Microtécnica Informática Ltda. Assunto: Prestação de Serviços. Ratifico, nos termos do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, a Dispensa de Licitação em favor da Microtécnica Informática Ltda., para atender despesas com a celebração de contrato emergencial, objetivando a locação de 100 (cem) impressoras com tecnologia de impressão de não impacto, para esta Secretaria. A Dispensa de Licitação foi reconhecida com base no inciso IV do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional/SEF, para as devidas providências.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO

GERÊNCIA DE ESCLARECIMENTO DE NORMAS

CONSULTA Nº: 117/2005

Processo: 043.005762/2005 – Interessado: MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA – CF/DF Nº:07.331.518/002-79 – Assunto: ISS – BEM MÓVEL – LOCAÇÃO – AN-DAIMES

EMENTA – Não se insere no campo de incidência do ISS a simples locação de peças ou componentes a serem utilizados na posterior montagem das estruturas a que se refere o subitem 3.05 da lista de serviços da LC 116/03, e do RISS, sem que haja responsabilidade ou participação do locador, de alguma forma, nos processos de montagem, ajuste, zelo, manutenção, limpeza, desmonte, ou outro que envolva obrigação de fazer.

Senhor Gerente,

I – DA CONSULTA

Informa a Consultente que desenvolve, como atividade principal, a locação de bens móveis, e que cabe ao locatário a retirada dos bens locados (peças), bem como a montagem para uso, e desmontagem para devolução;

Cita o subitem 3.05 da lista de serviços da Lei Complementar 116/03, segundo o qual sujeita-se ao ISS a “cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário”, e manifesta dúvida quanto à aplicabilidade deste dispositivo às hipóteses de locação pura e simples de quaisquer bens, inclusive estruturas desmontadas, uma vez que não haveria qualquer prestação de serviço envolvida.

Acrescenta que, quando a locação envolve, também, serviço de montagem, entende incidir o ISS. Menciona, ainda, decisão do Supremo Tribunal Federal que entendera incabível a cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis, bem como o veto presidencial ao subitem 3.01 da lista de serviços da LC 116/03, e, neste contexto, afirma entender que os subitens do item 3 da citada lista, na qualidade de espécies, só estarão sujeitos ao ISS se, na locação, incluírem prestação de serviços. Pede, por fim, confirmação ou não do entendimento de que não incide ISS nas hipóteses de locação sem montagem.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Trata-se de matéria de natureza controvertida, razão pela qual se deve admitir a presente Consulta.

III – DA RESPOSTA

Se, por um lado, na estrutura da lista dos serviços alcançados pelo ISS (tanto na LC 116/03, quanto no Decreto 25.508/05), a plena delineação do fato gerador é ditada pelos subitens, e não pelos itens, por outro, lembrando que na lei não deve haver inserção inútil, não podem aqueles se distanciar ou fugir do espectro destes, sob pena de se perder o vínculo gênero-espécie.

Assim, tratando especificamente do gênero-item 3, e da espécie-subitem 3.05, temos que a referida “cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário” há que ser considerada no âmbito dos “serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres”. E o termo “mediante”, preposição traduzida como “por meio de; por intermédio de; com auxílio ou intervenção de”, e não inutilmente inserido pelo legislador na redação deste item, leva ao entendimento de que a locação viabiliza o serviço, e não de que com ele se confunde. Ou seja, a locação dos elementos citados há que ser entendida como um componente que vem a viabilizar a prestação do serviço objeto do contrato.

Ainda que, genericamente, a tudo se chame “locação”, há que se diferenciar a pura entrega, à qual se refere a Consulente, da disponibilização da estrutura montada, já pronta para uso, no local pelo contratante indicado. No primeiro caso, em que, no estabelecimento do locador, são entregues objetos ao locatário, há puramente uma obrigação de dar. Já na segunda hipótese, a prestação do serviço consubstancia-se não pela pura entrega de peças, partes ou componentes, mas pela disponibilização de toda uma estrutura pronta, que terá envolvimento: montagem, fixação, regulagem, ajuste, armação, cobertura, desmontagem, limpeza, etc., genericamente denominada “locação”, mas que encerra uma obrigação de fazer.

Não se insere no campo de incidência do ISS, portanto, a locação de componentes ou peças a serem empregadas na montagem posterior de uma estrutura provisória, sem que haja responsabilidade ou participação do locador, de alguma forma, nos processos de montagem, ajuste, zelo, manutenção, limpeza, desmonte, ou outro que envolva obrigação de fazer.

Ao encontro deste entendimento vem o disposto no próprio RISS, Decreto 25.508/05, art. 5º., II, que ora transcrevemos:

“Art. 5º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - ...

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da listado Anexo I;”

Vê-se, então, que, na Seção que trata do local da prestação do serviço, deixou claro o legislador que há que haver a instalação dos elementos trazidos pelo subitem 3.05, para que se configure a incidência do imposto. A legislação aqui mencionada encontra-se disponível no endereço eletrônico www.fazenda.df.gov.br.

É o parecer.

Brasília, 27 de dezembro de 2005.
ANDRÉ WILLIAM NARDES MENDES
Auditor Tributário
Mat. 46.337-X

À Diretoria de Tributação

Senhor Diretor,

De acordo.

Encaminhamos à aprovação dessa Diretoria o parecer supra.

Brasília, 27 de dezembro de 2005.
AYORTON CARVALHO ANTERO
Gerência de Esclarecimento de Normas
Gerente

Aprovo o parecer da Gerência de Esclarecimento de Normas – GEESC, desta Diretoria de Tributação, com fulcro no que dispõe a alínea b do Inciso I do art. 1º da Ordem de Serviço nº 032, de 23 de março de 2004, publicada no DODF Nº 057, de 24 de março de 2004.

A presente decisão terá efeito normativo 10 (dez) dias após a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 54 do Decreto nº 16.106/94.

Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Senhor Secretário de Estado de Fazenda, no prazo de 20 (vinte) dias contado de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 53 do Decreto nº 16.106/94.

Publique-se nos termos da competência constante do inciso II do art. 113 do Anexo Único à Portaria SEFP nº 648, de 2001, com a redação da Portaria SEFP nº 563, de 2002.

Após, adotem-se as demais providências aplicáveis ao caso.

Brasília, 28 de dezembro de 2005.
FRANCISCO OTÁVIO MIRANDA MOREIRA
Diretor de Tributação

**SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA – SUL**

ATO DECLARATÓRIO Nº 130, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.

Isenção do IPVA para DEFICIENTE FÍSICO - Lei nº 7.431/85.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - SUL/DIATE/SUREC, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DIS-

TRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70 do Decreto 16.106 de 30/11/94, e nos artigos 78, inciso X e 134, inciso XXXV, da Portaria 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria nº 563 de 05 de setembro de 2002, delegada pelo inciso VII do art. 1º da Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, declara:

Isento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, os contribuintes abaixo nominados, na seguinte ordem: processo, interessado, placa, exercício e renúncia (R\$): 124.007434/2005, ELSA HELOISA SAVIO DE OLIVEIRA, JJY 2679, 2005, R\$ 372,56; 124.004138/2005, MARIO MAURICIO LOBO FILHO; JFZ 7150, 2005, R\$ 2.900,00.

Cumprе esclarecer que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda, mediante requerimento do interessado, protocolado até a data prevista para o pagamento do imposto em parcela única ou da primeira parcela. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ANA LUCIA PAZ MAGALHÃES

ATO DECLARATÓRIO Nº 131, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.

Não incidência/ remissão de IPVA de veículos roubado, furtado ou sinistrado Lei nº 7.431/85.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - SUL/DIATE/SUREC, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da Competência prevista no artigo 70 do Decreto 16.106 de 30 de novembro de 1994, e nos artigos 78, inciso X e 105, inciso XXXII da Portaria 648, de 21 de dezembro de 2001, delegada pelo inciso VII do art. 1º da Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, com fulcro na Lei 2.670/2001, declara:

1 – REMITIDAS as cotas em aberto do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – do exercício de ocorrência do roubo/furto, cujos vencimentos são posteriores à ocorrência do fato, e a não incidência para os exercícios seguintes, enquanto perdurar a razão da concessão do benefício, dos veículos a seguir relacionados, na ordem de: nº do processo, interessado, placa, data da ocorrência do roubo/furto e renúncia (R\$) se houver: 043.006295/2005, JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA FILHO, KEB 4499, 03 de novembro de 2005; 124.006595/2004, HÉLIO DE CARVALHO, BO 4598, 14 de janeiro de 1996, R\$ 587,63.

2 – RECUPERADO/ restituído o veículo, o contribuinte deverá comunicar à SEF no prazo de até 30 (trinta) dias do fato, sob pena de cancelamento do benefício e cobrança do imposto com multa de 200% e acréscimos legais;

3- No exercício em que ocorrer a restituição/recuperação do veículo o imposto será devido proporcionalmente. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ANA LUCIA PAZ MAGALHÃES

ATO DECLARATÓRIO Nº 132, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.

Isenção do ITC D Lei nº 1343/96.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - SUL/DIATE/SUREC, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70 do Decreto 16.106 de 30/11/94, e das atribuições regimentais prevista no anexo único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria 563 de 05 de setembro de 2002, delegada pelo inciso VII, do art. 1º da Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, declara:

ISENTOS DO IMPOSTO sobre a Transmissão “Causa Mortis” ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos - ITC D incidente sobre as transmissões “causa mortis” dos bens deixados pelos falecidos abaixo nominados, na seguinte ordem: processo, interessado, de cujus, data do óbito e renúncia (R\$): 048.007061/2005, ILDEU PEREIRA DE SOUZA, MARILDA PEREIRA CARDOSO, 28 de março de 2003, R\$ 481,00; 124.007462/2005, MANOEL GUILHERME FERNANDES DONAS, JOÃO PINTO DONAS, 08 de dezembro de 2003, R\$ 526,15 048.002513/2004, CLAUDIO BEZERRA GUEDES, RUBEM BEZERRA GUEDES, 28 de setembro de 1997, R\$ 1.614,62. Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ANA LUCIA PAZ MAGALHÃES

DESPACHOS DA GERENTE

Em 30 de Dezembro de 2005.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - SUL/DIATE/SUREC, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista nos artigos 78, inciso X e 134, inciso XXXIV do anexo único à Portaria 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela portaria 563, de 05 de setembro de 2002, delegada pelo inciso VII do art. 1º da Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, autoriza a restituição/compensação do tributo ao(s) contribuintes abaixo nominado(s), na seguinte ordem: processo, interessado, tributo e valor: 124.002962/2005, JOSINA VIEIRA DOS SANTOS, IPTU/TLP, R\$ 1.573,13.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - SUL/DIATE/SUREC, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista nos artigos 78, inciso X e 134, incisos XXXIV e XXXV da Portaria 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela portaria 563, de 05 de setembro de 2002, delegada pelo inciso VII do art. 1º da Ordem de Serviço n.º 32, de 23 de março de 2004, torna público o INDEFERIMENTO de pleitos constantes dos autos relacionados abaixo, na seguinte ordem: processo, interessado e tributo/assunto/Ano: 043.006295/2005, JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA FILHO,

IPVA/2005; 124.008649/2005, JANDIRA THEODORA DO CARMO, ITCD. Cumpre esclarecer que, nos termos do Decreto 16106/94, os interessados poderão recorrer da presente decisão no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua publicação.

ANA LUCIA PAZ MAGALHÃES

AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATO DECLARATÓRIO Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2006.

Parcelamento – LC 432/2001

A Gerente da Agência de Atendimento da Receita Núcleo Bandeirante, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXVII do anexo único à Portaria SEFP 648, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Portaria SEFP 563, de 05/09/2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelas Ordens de Serviço SUREC nº 32, de 23 de março de 2004 e nº 54, de 11 de maio de 2004, com amparo na Lei Complementar 432, de 27 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto 22.683, de 18 de janeiro de2002, alterada pelas Leis Complementares 618, de 09/07/2002 e 688, de 29 de dezembro de 2003, declara deferido(s) o(s) parcelamento(s) a seguir relacionado(s) por nº do processo, nome do interessado e nº do parcelamento, respectivamente: 0047-002215/2005, Borracharia São Raimundo Ltda, 4-000618384; 0047-002306/2005, Gráfica e Editora Pioneira Ltda, 4-000622241; 0047-002487/2005, Luis Carlos dos Santos Panificadora Me, 4-000624228; 0047-002447/2005, Pizzaria Árabe Ltda Me, 4-000622640; 0047-002503/2005, Rosimeire Vieira de Castro Artefatos de Papel Me, 4-000624724; 0047-002290/2005, Sat Informática Ltda, 4-000619704; 0047-002506/2005, Wilson Chagas da Rocha, 4-000625003.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

AGENCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRAZLANDIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2006.

Remissão e Não Incidência de IPVA - Lei 2.670/01.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRAZLÂNDIA DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 32, de 23 de março de 2004, artigo 1º, inciso VII, alínea “a” e com fundamento no artigo 1º, §§ 10 a 14 da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 2.670, de 11 de janeiro de 2001, declara: REMITIDAS todas as parcelas de 2005 e a não incidência para os exercícios posteriores, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para o veículo objeto de roubo pertencente à interessada a seguir especificada na seguinte ordem: Processo, Beneficiário, Veículo, Placa, Valor da Renúncia: 049.000.001/2006, NEUSELI RODRIGUES ALVES DA SILVA, GM/MONZA SL/E, JHB 2967, R\$237,75 Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

JADSON VIEIRA CAMPOS

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATO DA SECRETÁRIA

CONCLUINTES DOS CURSOS EM NÍVEL MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria SE nº 274/02, publicada no DODF nº 120, de 26 de junho de 2002, torna pública a relação dos concluintes do Ensino Médio e de Nível Técnico da Educação Profissional e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificações.

VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS

Relação de concluintes, nome da instituição, ato de credenciamento: nome do curso e nº da relação, nº do livro de Registros, nome do concluinte, nº do registro do aluno e nº da folha e ao final nomes do Diretor e Secretário Escolar da instituição educacional:

CENTRO EDUCACIONAL LASER, Portaria de Reconhecimento nº 04/81-SEC/DF: AUXILIAR DE ELETROMECAÂNICA 1/2006, livro 03, Eler José Roriz, 887, 055; Subsecretário Substituto da SUBIP/SE, José de Arimathéa dos Santos; Diretora da DID/SUBIP, Onilmar de Moraes Soares Dias.

CENTRO EDUCACIONAL SETE ESTRELAS, recredenciado pela Portaria SEDF nº 01, de 08 de janeiro de 2003: ENSINO MÉDIO-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1/2006, livro 02, Alexandre Alves Silva, 022, 8; Bruno da Silva Parente, 023, 8; Carlos Eduardo Siqueira Gonçalves, 024, 8; Davi Ferreira da Silva, 025, 9; Eduardo Del Campos Honesto, 026, 9; José Vinício Pereira da Silva Dias, 027, 9; Lamberto Carvalho de Oliveira Júnior, 028, 10; Luiz Fernando Leandro da Silva, 029, 10; Marilene Lucia Bezerra Cavalcante, 030, 10; Paulo Ricardo Domingos dos Santos, 031, 11; Priscilla Fernandes Alves Ferreira, 032, 11; Rafael Assis Peixoto dos Santos, 033, 11; Stéfani Karla Ferreira, 034, 12; Tiago Santos Guimarães, 035, 12; Valdecy

Ribeiro Barbosa, 036, 12; Wileide Vieira de Moraes da Cruz, 037, 13; Diretora: Marlene do Socorro Barreto Dias, registro nº 3769-MEC; Secretária: Marilene do Rosário Barreto Fernandes, registro nº 1616-SUBIP/SEDF.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO 03 DO GAMA, credenciado pela Portaria SEDF nº 03/04: ENSINO MÉDIO 1/2006, livro 09, Ana Carolina Bezerra Fernandes, 5142, 115; Alessandro Alves Rodrigues, 5143, 115; Daniele Soares Ferreira, 5144, 116; Elisangela dos Santos Araujo, 5145, 116; Julianna de Fátima Macêdo Holanda, 5146, 116; ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2/2006, livro 09, Alexandre Sávio da Silva dos Santos, 5147, 117; Álisson Leandro Silva, 5148, 117; Ana Carolina Barbosa Pinheiro, 5149, 117; Diego Humberto de Freitas, 5150, 118; Diego Wilner Alves da Silva, 5151, 118; Elba Cristina de Oliveira, 5152, 118; João Coelho Cerqueira, 5153, 119; Joyce Cristina Ferreira de Carvalho, 5154, 119; Marcos Antonio Vasconcelos Venâncio, 5155, 119; TÉCNICO EM CONTABILIDADE 3/2006, livro 09, Sandra Maria Pereira Damasceno, 5156, 120; Diretora: Waldete Pereira dos Santos, DODF nº 70, de 14 de abril de 2005; Secretário Escolar: Roberto Pereira Carvalho Silva, registro nº 1654–SUBIP/SEDF.

INSTITUTO NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, recredenciada pela Portaria SEDF nº 310, de 17 de julho de 2002: ENSINO MÉDIO 1/2006, livro 01, Arnaldo Henrique Alves, 0146, 049; Daniel Vieira dos Santos, 0147, 049; Felipe de Farias Marques, 0148, 050; Flávia Gassenferth Veloso Innecco, 0149, 050; Jaqueline dos Santos Melo, 0150, 050; Juan Macedo Lopes, 0151, 051; Julia Farrell, 0152, 051; Juliana Cristina Abdala Vega, 0153, 051; Karen Carolinne dos Santos Tiveron, 0154, 052; Laene Fernandes de Lima, 0155, 052; Lara Halayne Teles de Souza, 0156, 052; Lorena Brito da Cunha, 0157, 053; Ludmilla Cyrino e Silva, 0158, 053; Marcelo Nicolás Martinovich, 0159, 053; Marina Fantinati Rocha, 0160, 054; Marina Gabriella Ribeiro Bardella, 0161, 054; Marly Vivien Pinheiro Lopes de Araújo, 0162, 054; Maryanna Cirino Taveira Taborda, 0163, 055; Natália Leite Lopes, 0164, 055; Nathália Louise Corvello Filgueiras, 0165, 055; Natália de Oliveira Silva, 0166, 056; Nayara Oliveira Lima, 0167, 056; Renata Motta e Silva, 0168, 056; Tamara Rayane Almeida Soto, 0169, 057; Thaís de Oliveira, 0170, 057; Willian Cardoso de Almeida, 0171, 057; Jordana Guimarães Diniz, 0172, 058; Fernanda Graziela Barreiros e Silva, 0173, 058; Carolina Machado Oliveira, 0174, 058; Paulo Henrique de Freitas Ferraz, 0175, 059; João Antonio Peçanha de Oliveira, 0176, 059; Diretora: Irmã Inês Mendes de Jesus, registro nº 122859-MEC; Secretária Escolar: Irmã Maria Eunice Faria, registro nº 1864-SUBIP/SEDF.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 308 DO RECANTO DAS EMAS, credenciado pela Portaria SEDF nº 03, de 12 de janeiro de 2004: ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1/2006, livro 001. Claudiane Silva Oliveira, 001, 001; Claudionor de Souza, 002, 001; Cleiton da Silva Furtado, 003, 001; Claudia da Silva Furtado, 004, 002; Deivid Wilker Silva Vieira, 005, 002; Daniele Eugenio da Silva Sousa, 006, 002; Elistânia dos Santos Moraes, 007, 003; Elton Pereira da Fonseca, 008, 003; Emanuela Ozana de Almeida, 009, 003; Edy Lázaro Dias da Silva, 010, 004; Edileuza Alice Quaresma de Freitas, 011, 004; Guido Rifradame Pita e Lima, 012, 004; Irene da Costa Moreira, 013, 005; Júlia de Araujo Sousa, 014, 005; Jucylea Bento Oliveira, 015, 005; João Quirino da Silva, 016, 006; José Barbosa dos Santos, 017, 006; Katia Regiane Rodrigues Lima, 018, 006; Kelly de Almeida Santiago, 019, 007; Kátia Dayane Fernandes Alves, 020, 007; Levi Felix Batista, 021, 007; Lusia Lussiê da Silva Delmondes, 022, 008; Lília Verissimo Sodré, 023, 008; Maurina Nunes Cardoso, 024, 008; Maria Madalena Neris de Sousa, 025, 009; Maria do Rosario de Fátima, 026, 009; Maria do Socorro Aragão Veras, 027, 009; Marluci Rodrigues Evangelista, 028, 010; Marlene Rodrigues Pereira de Oliveira, 029, 010; Osias Funes Vieira, 030, 010; Odilene da Silva Brito, 031, 011; Paulo Roberto de Andrade Cavalcante, 032, 011; Rudinei da Costa, 033, 011; Ricardo Santiago de Maria, 034, 012; Valmir Dourado Pereira, 035, 012; Volgalena Souza da Silva, 036, 012; Valdir Gomes Carvalho, 037, 013; Yêda Patrícia Rodrigues Dias, 038, 013; Adalberto Pereira de Souza, 039, 013; Diretor: Marcio Jesus Faria, DODF nº 176, de 15 de setembro de 2005; Secretária Escolar: Cleide Felisse de Alvarenga, registro nº 1795-DIE/SEDF.

CENTRO TÉCNICO EM SAÚDE – CETESI, recredenciado pela Portaria SEDF nº 70, de 17 de março de 2004: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 1/2006, livro 03, Yara Botelho de Andrade, 0681, 027; Dulcineide Ferreira Campos, 0682, 028; Evelyn Cristina Lopes Souza, 0683, 028; Selma Batista de Oliveira, 0684, 028; Sarita Santana de Faria Costa, 0685, 029; Cristina Aparecida de Souza Marinho, 0686, 029; Luciana Barros Cavalcanti, 0687, 029; Edma Aparecida de Souza, 0688, 030; Maria de Jesus Pereira, 0689, 030; Ironilde Pereira Ribeiro, 0690, 030; Dayse Lucia Moreira Rocha, 0706, 036; TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA 2/2006, livro 03, Raquel Araruna Duque, 0691, 031; Rafaelle Nogueira Falcão, 0692, 031; Anelise Campos Henriques Silva, 0693, 031; Eliane Amorim Batista, 0694, 032; Eulaní Oliveira, 0695, 032; Rosimara Aparecida Venturini, 0696, 032; Salmese Maria Maciel da Silva, 0697, 033 Surlene Maria da Silva Passos, 0698, 033; Waleria Cristina de Oliveira da Silva, 0699, 033; Maria Vanadir Ribeiro Ferreira, 0700, 034; Irene Rufina Jesuita, 0701, 034; Patrícia Rocha Fernandes, 0702, 034; Marília Magdelena Silva, 0703, 035; Wanilda Moura Neves, 0704, 035; Angélica Maria Gomes Santos, 0705, 035; Diretor: Evanilson Araújo Santos, registro nº 9701843-MEC; Secretário Escolar: Carlos William Borges Macedo, registro nº 1650-SUBIP/SEDF.

COLÉGIO PIO XII, recredenciado pela Portaria SEDF nº 310/2002: ENSINO MÉDIO 1/2006, livro I, Alexandre Freire de Maya Vianna, 171, 59; André Felipe Mendes Campos, 172, 59; André Vargas Ramalho, 173, 59; Anna Catarina Cruz da Fonseca, 174, 60; Camila Gonçalves Reis Benac, 175, 60; Carolina Quirino Moreira, 176, 60; Caroline Maciel Lazarini, 177,61; Claudia Vanessa Almeida Parente, 178, 61; Diego Henrique Santos Motta, 179, 61; Diego Lemos, 180, 62; Elis Rodrigues Cerqueira dos Santos, 181, 62; Fernanda Porto Nogueira de Faria, 182, 62; Gabriela Cersosimo de Souza, 183, 63; Glaucus de Oliveira Medeiros Alves, 184, 63; Hebert Sampaio

de Castro, 185, 63; Juliana dos Santos da Natividade, 186, 64; Leandro Braga de Brito, 187, 64; Livian Lima do Carmo, 188, 64; Luana Simões Moraes, 189, 65; Lucas Ferreira Gomes da Silveira, 190, 65; Marcelo Ucci Pinheiro Junior, 191, 65; Mariana Rener Borges Araújo, 192, 66; Nermin Mohamed Aly Abdel Rehiem, 193, 66; Paulo Henrique Medeiros, 194, 66; Pedro Henrique de Oliveira Passos, 195, 67; Pedro Henrique Souza Oliveira, 196, 67; Rafael Câmara Dias, 197, 67; Raoni Barbo Prata Salomão, 198, 68; Raquel Vargas Marques, 199, 68; Renato Luís Pereira Ziegler, 200, 68; Vera Lúcia Sousa da Silva, 201, 69; Tulio Augusto Luconi Nassif, 202, 69; Diretor: Magda Brasileiro, registro nº 18246-MEC; Secretário Escolar: Agna Santana Borges, registro nº 1.062-DIE/SEDF.

CENTRO EDUCACIONAL ADVENTISTA DE TAGUATINGA, recredenciado pela Portaria SEDF nº 310/02: ENSINO MÉDIO 1/2006, livro 02, Alaene de Araújo Costa, 278, 44; Alessandra Talita Teixeira Gomes, 279, 44; Alline Mendes Batista, 280, 44; Amanda Caroline da Silva Ramos, 281, 45; Beatriz Fernanda Santana dos Santos, 282, 45; Bruna de Oliveira Alves, 283, 45; Carlos Henrique Alves de Souza Barros, 284, 46; Carlos Raphael Cunha Veloso, 285, 46; Carolina Rodrigues França, 286, 46; Cleiber Magalhães de Assis, 287, 47; Daniel Moraes de Araújo, 288, 47; Danielle da Mata Bezerra, 289, 47; Débora Gomes Lima e Silva, 290, 48; Deborah Louise Rodrigues, 291, 48; Douglas Brenner Melchior, 292, 48; Edna Ferreira Santos, 293, 49; Eric Valter Sousa Barbosa, 294, 49; Ethiellen Alves de Lima, 295, 49; Fernanda Resende Borges, 296, 50; Fernanda Sales de Lima, 297, 50; Fernando Aoyama de Resende, 298, 50; Filipe Rodrigues da Silva, 299, 51; Gedalias Ferreira dos Santos Filho, 300, 51; Gustavo da Silva Bezerra, 301, 51; Herik Dilnei Tavares Mirailh, 302, 52; Igor Diniz de Mello, 303, 52; Jaqueline Brandão Balduino, 304, 52; Jéssica Carvalho Martins, 305, 53; Jéssica Yasmine Travassos Barbosa, 306, 53; Júlio César Fernandes dos Santos, 307, 53; Karen Daniele Silva de Lima, 308, 54; Karoline da Silva Bezerra, 309, 54; Karolline Rodrigues de Lima, 310, 54; Karyne Mariana Amâncio Vieira, 311, 55; Kéllisson Otavio Gomes de Araújo, 312, 55; Larinse Freitas Lima, 313, 55; Larissa Thainá Alves Machado, 314, 56; Leandro Rondon Soares, 315, 56; Luanna Marjorie Ferreira de Sá Sousa, 316, 56; Lucas Nunes Rodrigues, 317, 57; Luiz Felipe da Silva Petini, 318, 57; Luiz Ramon Magalhães de Pinho, 319, 57; Maílson Dias Guimarães, 320, 58; Marcela Carvalho Martins, 321, 58; Marcos Antonio Rocha, 322, 58; Marcos César Alves de Souza Santos, 323, 59; Marcus Vinícius Moreno Silva, 324, 59; Marluce Baldow Lima, 325, 59; Mayra Mariana da Silva Chagas, 326, 60; Maysa Santos de Oliveira, 327, 60; Michel de Sousa Barbosa, 328, 60; Murilo do Carmo Silva, 329, 61; Nayara dos Santos Monteiro, 330, 61; Pamela Raphael de Araújo, 331, 61; Patrícia Alves dos Santos, 332, 62; Polyanna de Freitas Menezes, 333, 62; Queren Eveling de Souza Coelho, 334, 62; Rebeca Almeida Ribeiro, 335, 63; Renata Lima, 336, 63; Rinelly Brito Messias, 337, 63; Rogério Fenner Santos, 338, 64; Samara Novais Costa, 339, 64; Sara Michele Gonçalves Lino, 340, 64; Saulo Magalhães Araújo, 341, 65; Silsy Farias Mamêdio Costa, 342, 65; Suyan da Silva Oliveira, 343, 65; Thalita Oliveira Aragão, 344, 66; Thatiane Camilo Santos, 345, 66; Thiago César Gonçalves Passos, 346, 66; Vinícius Pereira da Silva, 347, 67; Yamêe de Sousa Ribeiro, 348, 67; Diretora: Cinara Salete Bello Ciseski, registro nº 525/01-SC; Secretária Escolar: Romilda Oliveira de Azevedo, registro nº 956-DIE/SEDF.

CENTRO EDUCACIONAL ALFA – SOBRADINHO, Portaria SEDF nº 194/2004: ENSINO MÉDIO-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1/2006, livro 01, Abrahão Gomes Xavier, 0100, 034; Adahil Pereira de Faria Júnior, 0101, 034; Ademar Gomes Lima, 0102, 034; Adilene Maria Arruda, 0103, 035; Adriana Rocha da Silva, 0104, 035; Alaide da Silva Ramos, 0105, 035; Aldenir da Silva Fernandes, 0106, 036; Ana Pimentel de Matos, 0107, 036; Andréia Divina Ribeiro dos Anjos, 0108, 036; André Ferreira Liberal, 0109, 037; Antônia Lúcia de Oliveira, 0110, 037; Antonio Machado de Azevedo, 0111, 037; Arclébia de Lima Alves, 0112, 038; Atila Batista de Almeida, 0113, 038; Átila de Paula Sôto Ramos, 0114, 038; Aurelina Rodrigues Sobrinha, 0115, 039; Benedita Pereira Dias, 0116, 039; Christiano Wester dos Santos Fonseca, 0117, 039; Creocilene da Conceição, 0118, 040; Daniel Costa Nunes, 0119, 040; Danilo Augusto Barbosa Ferreira, 0120, 040; Donizete Alves Neto, 0121, 041; Elton Pereira da Silva, 0122, 041; Erminio Ribeiro Neto, 0123, 041; Ednardo Rocha Rodrigues, 0124, 042; Enerita Silva Bastos, 0125, 042; Éverson Alexandre de Jesus Pires, 0126, 042; Fabio Geraldo Ribeiro, 0127, 043; Fernanda Pereira, 0128, 043; Francisca Tarcisia de Queiroz Santos, 0129, 043; Francisco Cavalcante, 0130, 044; Gabriela Pereira Xavier, 0131, 044; Geneci Pereira Amor, 0132, 044; Geraldo Pereira dos Santos, 0133, 045; Gustavo de Castro Leal, 0134, 045; Helena Lopes Martins, 0135, 045; Heliete Rosa da Cruz, 0136, 046; Iracema Fernandes de Oliveira, 0137, 046; Iraci Fernandes Gontijo, 0138, 046; Isidio Pereira das Neves, 0139, 047; Janaína Campos de Andrade, 0140, 047; Joaquim José da Rosa Neto, 0141, 047; João Pereira dos Santos, 0142, 048; Joselito Gomes de Farias, 0143, 048; José dos Reis Galvão da Silva, 0144, 048; Josefa Franco Martins Dornelas, 0145, 049; Josué Fernandes da Silva, 0146, 049; Juliano Wester dos Santos Fonseca ,0147, 049, Junior de Lima Rodrigues, 0148, 050; Juvencio de Almeida Santiago, 149, 050; Kátia da Silva Gomes Alves, 0150, 050; Lady Paula Passos Borges, 0151, 051; Lincoln Barbosa Silva, 0152, 051; Luis de França Mendes, 0153, 051; Luiz Carlos Miranda dos Santos, 0154, 052; Maria Aparecida Olimpio, 0155, 052; Mariana Sandes Reis, 0156, 052; Marcela Martinelli Brandão, 0157, 053; Maria Vitória Borges, 0158, 053; Maria Augusto Paulina, 0159, 053; Maria das Dores da Silva Lima, 0160, 054; Maria do Rosário Pereira Batista de Sousa, 0161, 054; Maria Luiza dos Santos, 0162, 054; Maria Madalena Haberman, 0163, 055; Maria Nancy das Neves Castro, 0164, 055; Marli Pereira Martins, 0165, 055; Meirevane Campêlo Lima, 0166, 056; Moacir Alves de Lima, 0167, 056; Nelson Fábio Figueiredo de Andrade, 0168, 056; Níllian Chrystine Rosa Sampaio, 0170, 057; Nilson Rodrigues Araujo, 0171, 057, Osmar Santiago de Sousa, 0172, 058, Pedro Henrique Dubinevics Filgueiras, 0173, 058; Raimunda Lopes da Conceição, 0174, 058; Raimundo Ferreira da Silva, 0175, 059; Raimundo Sampaio de Sousa, 0176, 059; Raimunda Rocha Araújo, 0177,

059; Rayanne Paula de Oliveira Santos Cunha, 0178, 060; Renerson Ferreira Lemos, 0179, 060, Renildo Granja Guimarães, 0180, 060; Rogério da Silva Cordeiro, 0181, 061; Rosângela de Lima Evangelista, 0182, 061; Rozeli Damalzo, 0183, 061; Ronald Fernandes Alcântara, 0184, 062; Tereza Pereira da Silva, 0185, 062, Wladimir da Motta Rezende Neto, 0186, 062; Willian Oswaldo Araújo da Silva, 0187, 063, Zulmira de Almeida Melo, 0188, 063, Adelina Pereira do Amaral, 0189, 063; Diretora: Leila da Costa Telles Barros, registro nº 849-MEC/DF; Secretária Escolar: Maristela Medeiros de Castro, registro nº 2001-SUBIP/SEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, Credenciado pela Portaria SEDF nº 255/03: ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1/2006, livro 03, Abelurdes Pereira da Silva, 1244, 016; Abigail Gomes Pereira, 1245, 017; Abrão Pereira Filho, 1246, 017; Adeli Leite da Silva, 1247, 017; Adenalto dos Reis Santos, 1248, 018; Ailton Luiz Chaves, 1250, 018; Adriano Vieira da Cunha, 1252, 019; Albertina Cardoso da Costa, 1253, 020; Aldecina Pereira Ramos, 1254, 020; Aldenora Marques Lopes, 1255, 020; Alessandro Maciel de Barros, 1256, 021; Alex Leite Pinto, 1257, 021; Alex Severino Botelho, 1258, 021; Alex Simplicio Cartaxo Silva, 1259, 022; Almerinda Machado Figueiredo, 1260, 022; Amélia Fonseca Barbosa, 1261, 022; Amesterdan Divino Rosa, 1262, 023; Amilton Pinheiro Barbosa, 1263, 023; Ana Cleide Veras de Sousa, 1265, 024; Ana da Gloria Rodrigues e Silva, 1266, 024; Ana Francisca de Souza, 1267, 024; Ana Maria Barbosa da Cruz, 1268, 025; Ana Maria de Jesus Sales Grotá, 1269, 025; Ana Maria Granato de Paiva Santos, 1270, 025; Ana Paula Ramos Britto, 1271, 026; André Luiz Monteiro Pinto, 1272, 026; André Vieira da Cunha, 1273, 026; Aneli Soares dos Santos, 1274, 027; Antônia Eliana Alves da Silva, 1275, 027; Antônia Eucilene Lima, 1276, 027; Antonia Neide da Silva Santos, 1278, 028; Antonio Batista da Silva, 1279, 028; Antonio Edvar Fernandes Machado, 1280, 029; Antônio Ernesto Leite Santos, 1281, 029; Antonio Francisco da Silva, 1282, 029; Antonio Francisco Vieira, 1283, 030; Antonio Gonçalves dos Santos, 1284, 030; Antonio Mota da Silva, 1286, 031; Aristidia Rodrigues de Souza, 1287, 031; Aristóteles Carvalho da Rocha, 1288, 031; Artur Ferreira de Souza, 1289, 032; Aurora Cé, 1290, 032; Beatriz Lopes da Silva, 1292, 033; Benjamim Rodrigues da Cunha Junior, 1293, 033; Bruno Carvalho de Almeida, 1294, 033; Carla da Conceição Ferreira, 1295, 034; Carlos Gilberto da Silva, 1296, 034; Carmosa Emidio de Sousa, 1298, 035; Cecilia Clementina da Silva, 1299, 035; Célio Sabino de Oliveira, 1300, 035; Celma Batista Dias, 1301, 036; Charles Damiani Albernás Carvalheiro, 1302, 036; Cicera Francisca Neta, 1303, 036; Claudia Maria de Silva Bezerra, 1305, 037; Claudia Rocha Alves Pina Carneiro, 1306, 037; Cleidson Máscio Pires, 1308, 038; Cleosmar Apolinario da Silva, 1309, 038; Cristiano Silveira de Sousa, 1310, 039; Consuêlo Maria de Oliveira Figueiredo, 1311, 039; Conceição de Maria Borges, 1312, 039; Clevia dos Santos Oliveira Barros de Melo, 1313, 040; Cleuza Maria de Jesus Albuquerque, 1314, 040; Cleuza Cardoso Siqueira, 1315, 040; Cleuza Lino Lopes, 1316, 041; Hellen Cristina Fernandes Ribeiro, 1317, 041; Julieta Xavier Ferreira, 1319, 042; Sônia Meyra de Vasconcelos, 1320, 42; TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIA 2/2006, livro 03, Daniella Nogueira Saturnino, 1226, 10; Gedeon de Oliveira Paula, 1229, 11; Iris Vieira de Souza, 1232, 12; Adriano de Sousa Carneiro, 1357, 54; Alexandre Said Lourenço Bahouth, 1358, 55; Autelina José Ferreira, 1359, 55; Daniel de Sousa Fernandes, 1360, 55; Eber Dias dos Santos, 1361, 56; Edwiges Soares Nogueira, 1362, 56; Fábio de Paula Lemos Júnior, 1363, 56; Isnar Aguiar Barboza, 1364, 57; Lindomar da Mota Aguiar, 1365, 57; Marcia Vaz Leite, 1366, 57; Roselia Maria da Paz Campelo, 1367, 58; Rafael Bugs, 1368, 58; Teresinha de Jesus Sampaio, 1369, 58; Maria Helena da Silva, 1370, 59; José Francisco Rufino, 1371, 59; Gilberto Gomes da Cunha, 1372, 59; Diretor: Zileide Silva Leão Gomes, registro nº 263/2002-MEC/UCB/DF; Secretário Escolar: Elizangela Oliveira dos Santos. registro nº 1967-SUBIP/SEDF.

INEI ASA SUL CENTRO EDUCACIONAL, recredenciado pela Portaria SEDF nº 310/02: ENSINO MÉDIO 1/2006, livro 01, Abner Augusto Oliveira Pacheco, 642, 076; Alessandra Lima Mauger, 643, 076; Alice Piauilino Cidade da Silva, 644, 076; Aline Mendes Pinheiro, 645, 076; Alinne Bezerra Campos, 646, 076; Ana Carolina Carvalho Costa, 647, 076; Ana Carolina Rodrigues Fonseca, 648, 076; Ana Clara Fonsêca Vassallo, 649, 076; Ana Elisa Martins de Santana, 650, 076; Bruna Resende Dantas, 651, 076; Brunno de Albuquerque Castro, 652, 076; Bruno Veloso dos Santos, 653, 076; Camila Chernichiarro de Abreu Corrêa, 654, 077; Carolina Xavier Borges, 655, 077; Clarice Mieko Matsunaga da Silveira, 656, 077; Dalatabáta Araújo Veloso, 657, 077; Daniel Canabrava Torres, 658, 077; Daniel da Silva Coelho, 659, 077; Daniel Falcão Rozenwald, 660, 077; David Paiva Sebben, 661, 077; Débora Lucia Bazeggio, 662, 077; Edward de Araújo Seabra, 663, 077; Evaristo Durval Oliveira Alves, 664, 077; Felipe Corrêa e Silva, 665, 077; Fernanda Oliveira Alves de Souza, 666, 078; Filipe Oliveira Firmino, 667, 078; Gabriel Farias Ferreira de Oliveira, 668, 078; Gabriel Santos de Freitas, 669, 078; Gabriela Guimarães Landim, 670, 078; Gabriela Lopes da Silva, 671, 078; Gabriela Reyes de Gomes Pires, 672, 078; Gu Zhou Ying, 673, 078; Gustavo Henrique de Castro Faria, 674, 078; Gustavo Henrique Vieira de Castro, 675, 078; Gustavo Vieira de Souza Dias, 676, 078; Hudson Sousa Cavalcante, 677, 078; Hugo Leonardo Lopes Poletto, 678, 079; Iara Lagos Ungarelli, 679, 079; Igor Barcelos Saback, 680, 079; Isabella de Freitas Mesiano Muniz, 681, 079; Ivan Francisco Correia Encoge, 682, 079; Ivan Nogueira Albino dos Santos, 683, 079; Janaina Segatto Menezes, 684, 079; João Carlos Lopes Rodrigues, 685, 079; Jose Ícaro Diniz Ramalho, 686, 079; Júlia Faria Thees Ribeiro, 687, 079; Juliana Alves Missiaggia, 688, 079; Kananganga dos Santos Encoge, 689, 079; Karina Raugusto Diniz, 690, 080; Karine Arruda e Silva, 691, 080; Keilah Torres de Freitas, 692, 080; Klissia Lacerda Gomes, 693, 080; Larissa Moura Fé Cabral de Araújo, 694, 080; Lauanda Vilas Boas Lasmar, 695, 080; Laura Valle Gontijo, 696, 080; Leo Renato de Deus e Costa Bernardes, 697, 080; Leonardo Ferreira Saud Limeira, 698, 080; Leticia Maria Couto de Almeida, 699, 080; Lígia Luanda Curupaná Wohllerz de Mello, 700, 080; Lorena Teixeira Benthert, 701, 080; Lucas Brasil Pereira, 702, 081; Lucas Có Ribeiro, 703, 081; Lucas Francisco da Silva, 704,

081; Lucas Nolêto Ferreira, 705, 081; Luciana Bastos Gomes, 706, 081; Luciano Franco de Sa Junior, 707, 081; Luiza de Albuquerque Trees Ribeiro, 708, 081; Lusa Fontoura Portuguese, 709, 081; Maira Lins Bomfim, 710, 081; Marcel Varella Albuquerque Magalhães Guerra, 711, 081; Mariana Rizério de Liguori Morais, 712, 081; Mariana Silveira Santos, 713, 081; Marinez Mariano Silva, 714, 082; Michelle Oliveira de Borborema, 715, 082; Newton Vieira Lima Neto, 716, 082; Nicolle Yumi Yamada, 717, 082; Patricia Rafaela da Silva de Almeida, 718, 082; Patricia Zanetti Rosa, 719, 082; Paula Correia Brito, 720, 082; Paula Figueiredo Ervilha Rodrigues, 721, 082; Pedro Augusto Vieira de Almeida, 722, 082; Pedro Henrique Farias Borges, 723, 082; Pedro Henrique Rodrigues Muniz, 724, 082; Pedro Igor Silva Carvalho, 725, 082; Priscilla Vanessa Del Carpio Peredo, 726, 083; Rafael Hakme Muniz, 727, 083; Rafael Marques de Carvalho, 728, 083; Raquel Matos Cotta, 729, 083; Renata Abdalla Lage, 730, 083; Renata Rodrigues de Melo e Silva, 731, 083; Renata Simplicio Xavier, 732, 083; Rodrigo Cavalcanti Fabrino Gomes, 733, 083; Rogerio Fontes de Resende, 734, 083; Samara Mendes da Crus, 735, 083; Simone de Abreu Schmidt, 736, 083; Suzzane Marques da Fonseca, 737, 083; Tábatha Pires de Oliveira Azeredo, 738, 084;Tadeu Pereira Ferraz, 739, 084; Tatiana Del Fiaco Malva, 740, 084; Thais Dubeux Lins, 741, 084; Thayanne Lima dos Santos, 742, 084; Tiago Rodrigues Birbeire, 743, 084; Túlio Ornelas dos Santos, 744, 084; Tupá Guerra Guimarães Da Silva, 745, 084; Vanessa Ramos de Sousa, 746, 084; Vinícius Padilha Rocha, 747, 084; Vinícius Vieira Lacerda, 748, 084; Yuri Evangelista Simplicio, 749, 084; Diretor: Júlio Gregório Filho, registro nº 4.016-MEC; Secretária Escolar: Maria de Lourdes de Lima Ferreira, registro nº 1771–SUBIP/SEDF.

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 03 de janeiro de 2006.

Processo: 080.013.565/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 44.941.522,23 (Quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), referente à Folha Normal V.01 – Empresa 652/Inativos do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.013.343/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 103.923.636,38 (Cento e três milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), referente à Folha Normal V.01 – Empresa 652/ativos do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.013.564/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 2.684.135,62 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos), referente à Folha Normal V.01 – Empresa 652/Pensão do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.013.347/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 17.161,04 (dezessete mil, cento e sessenta e um reais e quatro centavos), referente à Folha de JETON - V.55 – Empresa 652/Ativos do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.013.345/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 3.303.941,96 (três milhões, trezentos e três mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos), referente à Folha Normal - V.01 – Empresa 802 do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.000.527/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional,

RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 208.128,28 (Duzentos e oito mil, cento e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), referente a pagamento de ressarcimento de salários e encargos sociais de servidores da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB à disposição da secretaria de Educação no mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.000.526/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 3.437,73 (Três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), referente a pagamento de ressarcimento de salários e encargos sociais de servidora da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro à disposição da secretaria de Educação nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2005.

Processo nº: 080.013.346/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 722.217,87 (setecentos e vinte e dois mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), referente à Folha PSS - V.32 – Empresa 652/Geral do mês de dezembro de 2005.

Processo nº: 080.012.355/2005 Interessado: SEDF Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional, RECONHECE A dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 2.705,50 (dois mil, setecentos e cinco reais e cinquenta centavos), referente ressarcimento de salários e encargos sociais de servidora da Prefeitura da Cidade de Curitiba à disposição desta Secretaria de Estado de Educação.

Processo nº: 080.011.677/2004 Interessado: Evelline de Oliveira Melgaço Rezende Assunto: Reconhecimento de Dívida. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no artigo 1º, alíneas “e” e “o”, da Portaria 245, de 02 de setembro de 2003, o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e o art. 7º da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, o Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Estado de Educação, RECONHECE a dívida, AUTORIZA a despesa e DETERMINA a emissão e a liquidação da Nota de Empenho, no valor de R\$ 3.528,82 (Três mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos), referente as despesas com o pagamento de Regularização Funcional de Falecimento da ex-servidora Maria Helena Melgaço.

JOSÉ PEREIRA COELHO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

DESPACHO DA DIRETORA
Em 02 de janeiro de 2006.

Considerando a publicação constante no DODF nº 247 de 29 de dezembro de 2004, página 52, onde foi divulgado o extravio da nota fiscal nº 8261/2003, em favor da firma Sistema de Emergência Móvel de Brasília Ltda, comunicamos que a nota fiscal em questão foi localizada em 05 de setembro de 2005 nas dependências desta Secretaria de Estado de Saúde, sendo que o pagamento será procedido por intermédio do processo 060.011.768/2003.

REGINA CÉLIA BAPTISTA LAGE

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB
Em Liquidação

DESPACHO DO LIQUIDANTE
Em 02 de janeiro de 2006.

Processo 075.000.206/2000, Objeto: Despesas com aquisição de Vales Transportes - Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei Nº 8.666/93, republicada em 06.07.94, RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fulcro no “caput” do artigo 25 da referida Lei, para a despesa com aquisição de Vales Transportes para uso dos empregados desta Sociedade no mês de JANEIRO/

2006, conforme a seguir: BANCO DE BRASÍLIA S/A – R\$ 17.100,00, VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA – R\$ 933,68, TAGUATINGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA – R\$ 244,20, VIAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA – R\$ 755,00.

MÁRIO HISSASHI IKEZIRI
Liquidante

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E HABITAÇÃO**

**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
DIRETORIA COLEGIADA**

Sessão nº: 2371ª - Realizada em: 27 de dezembro de 2005 RELATOR – Diretor - Respondendo: IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO Processo 160.000.094/2000 - Interessado: PASTELARIA CENTRAL LTDA - ME - Decisão nº 1003 A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 041/2001, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 19, Quadra 01 – Setor de Expansão Econômica de Sobradinho em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque da TERRACAP, na condição de disponível; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.000.768/2001 - Interessado: CHARME TECIDOS LTDA – ME - Decisão nº: 1004. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0249/2002, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 18, Quadra 01 – Expansão Econômica de Sobradinho - DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque do PRÓ/DF; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.001.971/2001 - Interessado: TCHVOX ELETRÔNICA LTDA – ME - Decisão nº: 1005. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0460/2002, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 07, Conjunto 28, ADE de Águas Claras/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque da TERRACAP, na condição de disponível; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria

da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.002.209/1999 - Interessado: SIMONE LOPES SERPA MADEIREIRA - ME - Decisão nº: 1006. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0008/2001, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 06, Conjunto 02, Quadra 402 - ADE do Recanto das Emas/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque da TERRACAP, na condição de disponível; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.002.946/1999 - Interessado: ALMEIDA & ALMEIDA LTDA - Decisão nº: 1007. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 958/2001, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 05, Conjunto 09, ADE de Águas Claras/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque do PRÓ/DF; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.002.957/1999 - Interessado: COMERCIAL PATENSE DE LATICÍNIOS LTDA - Decisão nº: 1008. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0486/2002, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 37, Conjunto 02, ADE de Águas Claras/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque da TERRACAP, na condição de disponível; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.003.494/2000 - Interessado: DMO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - Decisão nº: 1009. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 404/2002, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 33, Conjunto 23, ADE de Águas Claras/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o

prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque do PRÓ/DF; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.004.093/1999 - Interessado: AGROINDÚSTRIA KODAMA LTDA - Decisão nº: 1010. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0839/2001, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 03, Quadra 06 – Setor de Expansão Econômica de Sobradinho/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque da TERRACAP, na condição de disponível; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Processo 160.004.238/1999 - Interessado: JOSÉ NILSON BEZERRA ARAÚJO - ME - Decisão nº: 1011. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, decide: a) DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 0308/2001, tendo por objeto o imóvel denominado Lote 07, Conjunto 06, QN 305 – SAMAMBAIA/DF em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; b) estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; c) encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; d) em caso de interposição de recurso pela Concessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do art. 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; e) em caso da não interposição de recurso pela Concessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; f) remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque do PRÓ/DF; g) os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLP, serão de responsabilidade da Concessionária, cabendo ao NUPRO/GEFIN/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; h) encaminhar o processo à GEPRE/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea “a”; i) na hipótese de não quitação dos débitos pela Concessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

Sessão nº: 2372ª - Decisão nº: 001 - Realizada em: 02 de janeiro de 2006 - Processo 111.002.179/2006 - Interessado: NUBEN - RELATOR–Diretor: FRANCISCO SEBASTIÃO MORAIS - A Diretoria, acolhendo o voto do relator, à vista das instruções contidas nos autos, DECIDE: ratificar o Ato da Senhora Presidente desta Empresa objetivando a complementação do valor R\$ 6.807,00 (seis mil, oitocentos e sete reais) visando a aquisição de Vales Transporte para distribuir aos empregados e estagiários da Companhia no período de 10.01 à 09.02.2006, com base nos termos do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação, cuja despesa correrá por conta do Programa de Trabalho 23.122.0100.8504.0075 – Concessão de Benefício aos Servidores da TERRACAP, Elemento 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subelemento 72 – Vale Transporte.

MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da TERRACAP

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA
Em 03 de janeiro de 2006.

Processo: 170.000.226/2004. Interessado: MISTRAL COM. SERV. DE LOC. DE MÃO DE OBRA LTDA. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. À vista das instruções contidas

no presente processo e o disposto nos arts. 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o item I do art. 38, combinado com os itens II e IV do art. 39, do citado diploma legal, art. 7º da Lei 3.163, de 03 de julho de 2003, reconheço a dívida, e autorizo a emissão da Nota de Empenho e pagamento, no valor de R\$ 85.838,60 (oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), referente a despesa com prestação de serviços de limpeza e conservação, do mês de dezembro 2005, ficando condicionado a existência de dotação orçamentária e financeira,. Publique-se e encaminha-se ao NEO, para emissão da Nota de Empenho e pagamento, à conta do elemento 339092 – Despesas de Exercícios Anteriores. Fonte de Recurso 100.

ROMMEL OLIVEIRA ALKMIM

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO
DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 02 de janeiro de 2006.

Processo: 148.000.405/2005. Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO. Assunto: DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR – TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo autorizado, com fulcro no “Caput” do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, nota de empenho nº 374/05, no valor de R\$ 10.637,46 (dez mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos), em favor da CAESB. Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Riacho Fundo para as providências complementares.

Processo: 137.001.845/2005. Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO – NATAL DA PAZ – GUARÁ. Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo autorizado, com fulcro no inciso III, artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 613/05, no valor de R\$ 8.100, (oito mil e cem reais), em favor da BGR Sonorização Ltda. Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará para as providências complementares.

JOSÉ RIBAMAR LOBO CASTRO
Substituto

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos dezoito dias do mês de agosto dois mil e quatro, às quatorze horas, no Setor Habitacional Taquari, Distrito Federal, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a Presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Secretário de Administração de Parques e Unidades de Conservação – COM-PARQUES e Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Estiveram presentes os Conselheiros: Membros Titulares: RAUL LUIS DE MELO DUSI - Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação, ETELVINO VERÍSSIMO DA SILVA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, ANAJÚLIA ELIZABETH HERINGER SALLES – Jardim Botânico de Brasília – JBB, DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA – Fórum das ONG’s, RICARDO BASEGGIO FILHO – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF, VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO – Associação dos Moradores da APA do Lago Paranoá, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – IBAMA, JOSÉ GOMES PINHEIRO – TERRACAP. Membros Suplentes: ARMIM ARNALDO PFRIMER – Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, JEFFERSON LORENCINI GAZONI, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, - VINIRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA – TERRACAP, KELY REGINA DA SILVA MOREIRA – Jardim Botânico de Brasília - JBB, VALDSO GONÇALVES DE AMORIM – Procuradoria Geral do Distrito Federal - PRG. Iniciou-se a reunião com a exposição do mapa do Setor Habitacional Taquari a fim de que os conselheiros pudessem consultar e localizar o trecho em questão. Senhor José Gomes Pinheiro representante da Terracap, informou que as máquinas estão trabalhando na drenagem de águas pluviais do trecho 1 do setor Taquari, destacando que a rede foi aprovada pela SEMARH e pelo IBAMA, após passar pelas exigências dos órgãos, sendo assim, ambientalmente esta aprovada. Colocou que há uma rede de água potável também com aprovação dos órgãos ambientais competentes. Senhor Francisco, representante do Setor Produtivo Rural, perguntou se a drenagem trará toda água pluvial na rede que está instalada. Ao que Senhor José Gomes Pinheiro representante da TERRACAP, respondeu que trará dessa rede e de uma outra, já que o projeto foi aprovado pela CAESB sem problema. A rede de água foi aprovada também pela NOVACAP, SEMARH e IBAMA. Destacou que alguns lotes foram retirados pela TERRACAP por se tratar de área da borda de chapada que não ficou muito bem definida. Já tem o parecer da CAESB no projeto, o esgoto do setor será todo transportado e tratado. Informou ainda que os trechos II e III já possuem licença de instalação. Alguns conselheiros questionaram quanto ao trecho que estava

sendo analisado, se os três ou apenas o trecho I. Ao que Senhor Álvaro Sérgio, secretário Executivo do Conselho, respondeu que o IBAMA, por um critério interno, resolveu analisar os três separadamente, portanto, o que estava em análise no momento era o trecho 1, com a primeira exposição obtida pelo IBAMA. Senhor Vinircio Allan, membro suplente, representante da TERRACAP, completou dizendo que a única exigência diferente dos trechos é a possível reformulação do urbanismo, fora isso todas as exigências são comuns. Senhor José Gomes Pinheiro representante da Terracap, observa que os conselheiros teriam que dar o parecer, se for contra o trecho I seria contra todo o projeto, pois estamos cumprindo uma exigência dos órgãos interessados e logo que os conselheiros aprovaram o trecho 1 o processo é válido para os três trechos. Com isso, talvez não haja necessidade de nova votação do Conselho. Senhor Vinircio Allan, completou dizendo que já foram analisados os processos, já discutiram uma série de pareceres exclusivamente para o trecho I. Senhor José Gomes Pinheiro representante da TERRACAP, ressaltou que a exigência do IBAMA é que seja elaborado um projeto para restaurar a degradação do Taquari. Deixou claro que a TERRACAP se comprometerá em recuperar a área degradada, pois, a empresa dispõe de recursos para este fim. Porém em 1989 quando se iniciou o processo não tinha como definir a borda de chapada e não tinham os recursos de que dispõem atualmente. Senhor Etelvino, representante da SEAPA, perguntou se foi colocado pelos relatores para votação dos conselheiros somente o trecho 1. Ao que Senhor Álvaro respondeu que o ideal é que seja votado o trecho todo, porém o que está aprovado pelo IBAMA é somente o trecho I, etapa I, pois quando o IBAMA for aprovar os outros, o processo irá voltar para o Conselho. Senhor Vinircio Allan, completou dizendo que, como o IBAMA não contestou a licença prévia de 1998 dada pela SEMARH, esta continua valendo, e a etapa inteira é viável. Senhor Manoel, membro titular representante do IBAMA, observou que, se foi dada uma licença para um trecho, ela vale apenas para aquele trecho. Tem a Licença Prévia de 1998 que se comparada à legislação, percebe-se que ela é válida por cinco anos até que seja pedida a renovação, que é uma questão jurídica. Senhor Francisco representante do Sindicato Rural, observou que o conselho não tem como fazer uma votação sobre uma área que o IBAMA ainda não se pronunciou, e o Conselho se relaciona exclusivamente ao trecho I, etapa I, no entanto, não se pode atropelar o IBAMA. O Senhor José Gomes Pinheiro representante da Terracap, disse que foi apresentado aos Conselheiros, pelo Senhor Vinircio, membro suplente, representante da Terracap, um histórico de criação do Setor Taquari para conhecimento. A Senhora Dolores, representante do Fórum das ONG's, argumentou que o assunto estava fugindo totalmente da origem da visita, que foi marcada para conhecimento do trecho I, etapa I, conforme relatório apresentado pelos relatores do processo. O Senhor José Gomes Pinheiro representante da Terracap, informou que há uma rede de água e duas de energia, sendo que uma será substituída por outra já com telefone. Ficou acertado com a CAESB que quando ocorrer ligação de água será lacrado todos os poços artesanais. Comentou ainda que a pista já está sendo preparada para o asfalto. Senhor Francisco representante do Sindicato Rural, destacou que o conselho pode ficar contemplado com a informação da garantia dessa encosta, que é área verde que garante a sustentação da parte alta que é ingríme e se estende até um pouco acima da região baixa do Varjão. Ao que Senhor José Gomes Pinheiro representante da Terracap, informou que existe um terreno que foi desconstituído, em razão de estar localizado em borda da chapada. Com isso, constatou-se que tal área estava inserida na área ambiental. O Senhor Álvaro, informou que existe um segundo módulo Parque da Vila Varjão que está em discussão. O que sobrou de área verde agora faz parte da ÁRIE do Torto. Senhor Manoel, representante do IBAMA, completou dizendo que os lotes que foram desconstituídos serão destinados ao parque Taquari, informou que no projeto do Varjão vai ser criado um parque na área verde, área do Ribeirão do Torto. Informou ainda, que foi pedido à Terracap para realizar um estudo ambiental para a criação de outra unidade de conservação. Senhora Dolores Pierson, representante do Fórum das ONG's, observou que é importante que as áreas permaneçam como áreas rurais remanescentes. Senhor Manoel representante do IBAMA, respondeu que no próprio parecer existe um trecho do Setor Habitacional Taquari, que cita as áreas a serem reparceladas. Afirma a inexistência da modificação da área rural remanescente em área urbana. Concluída a visita a área, ficou decidido que a votação se realizará dia 24 de agosto de 2004, em reunião extraordinária para proceder à votação para o Setor Habitacional Taquari. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, na qual Eu, Álvaro Sérgio Pinto lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá.

Brasília, 18 de Agosto de 2004. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA RICARDO BASEGGIO FILHO JEFFERSON LORENCINI GAZONI VALDSO GONÇALVES DE AMORIM FRANCISCO ALVES RIBEIRO VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO ETELVINO VERÍSSIMO DA SILVA ANA JÚLIA ELIZABETH HERINGER SALLES RAUL LUIS DE MELO DUSI DOLORES CORNÉLIA PIERSON ARMIM ARNALDO PFRIMER SOARES DE OLIVEIRA JOSÉ GOMES PINHEIRO KELY REGINA DA SILVA MOREIRA VINIRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório da Administração Regional do Lago Sul, sito a SHIS QI 11, Área Especial 01, Distrito Federal, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a Presidência do Senhor ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO, membro suplente do Conselho, representante da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – COMPARQUES, que representou o Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago

Paranoá Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA. Estiveram presentes os Conselheiros: Membros Titulares: LÚCIO TAVEIRA VALADÃO - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES – Jardim Botânico de Brasília – JBB, RICARDO BASEGGIO FILHO – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF, PEDRO CELSO ANTONIETO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO – Associação dos Moradores da APA do Lago Paranoá, ERLI FERREIRA GOMES, Sindicato das Escolas Particulares do Distrito Federal – SINEPE, JANE KAROL SALLES BRAUNNER – União dos Amigos do Lago – UAL. Membros Suplentes: PAULA MOCHEL MATOS PEREIRA LIMA – IBAMA ARMIM ARNALDO PFRIMER – Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, JEFFERSON LORENCINI GAZONI, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, KELY REGINA DA SILVA MOREIRA – Jardim Botânico de Brasília - JBB, VALDSO GONÇALVES DE AMORIM – Procuradoria Geral do Distrito Federal – PRG, ELIANE CRISTINA BENJAMIM DE SOUZA – Movimento Ecológico do Lago – MEL. DELMAR DUARTE PEREIRA - Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF. Participantes convidados: DENISE TELLES DE MENEZES – SEDUH, ERICA REJANE M. S. DE OLIVIRA – SEDUH, LUIZ FERNANDO SUFFIATI – SEDUH/GEURB, DENISE PRUDENTE DE FONTES OLIVEIRA – SUPIN/SEDUH. O Secretário Executivo do Conselho Senhor Álvaro Sérgio Pinto, iniciou a reunião com a leitura do ofício nº 19/2004 - COGAP que indicou o senhor Roberto Napoleão de Araújo, membro suplente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá e representante da COMPARQUES, para presidir a 5ª Reunião Ordinária do COGAP. O Senhor Roberto Napoleão fez a abertura da sessão e passou a palavra ao Secretário Executivo que prosseguiu fazendo a leitura da ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá, que foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Prosseguiu-se com a leitura da ata da 2ª Reunião Extraordinária do COGAP, onde foram feitas algumas correções. O Senhor Valdsom membro suplente da PRG, fez uma correção na linha 49 trocando o texto que se refere aos requisitos normais por requisitos formais e na linha 68 substituindo o termo validade por viabilidade. Seguiu-se com a votação e aprovação da ata com todas as alterações e passou-se para o primeiro item da pauta que constava sobre a exposição do Projeto Habitar Brasil na Vila Varjão, que foi apresentado por técnicos da SEDUH. Foram distribuídas cópias contendo informações técnicas sobre o Projeto e em seguida a Senhora Denise Teles deu início a apresentação por meio de exibição em data show, destacando que o Projeto vem sendo desenvolvido há aproximadamente quatro anos com parceria do GDF, Caixa Econômica e Ministério das Cidades. A Senhora Denise Telles destacou ainda, que o projeto é de grande extensão, pois se trata do Programa Habitar Brasil BID, que tem dois subprogramas, sendo um de desenvolvimento institucional e um Programa de Urbanização e assentamentos Subnormais que integra as ações da Gestão Urbana junto com urbanização e assentamento habitacional, tendo como principal objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda. Acrescentou ainda que o trabalho é desenvolvido por uma equipe de quinze pessoas, entre engenheiros ambientais e arquitetos, além da participação da comunidade. Os principais pontos destacados na apresentação foram: Início do diagnóstico, cadastro sócio econômico e reuniões com a comunidade; Plano de ocupação e contatos formais com a SEMARH, visando Licença Prévia - LP nº 010/2002 que permitiu a assinatura do contrato com o Habitar Brasil BID, por meio da Caixa Econômica, em abril de 2002; aprovação do Projeto por meio do Decreto nº 22.732, após aprovação do CONPLAN, onde foi aprovado o novo projeto de parcelamento do solo do Varjão, consubstanciado no Projeto Urbanístico – URB e MDE 106/01, com a consolidação do projeto URB 108/91, destacando as seguintes diretrizes: - Criação de uma Unidade de Conservação – ARIE do Torto; - incorporação do Parque Ecológico do Varjão no Projeto; - criação de uma moldura (de contenção) para o Varjão, avenida e área constitucionais; - maior coesão urbanística das áreas já ocupadas regularmente e invadidas (dentro da poligonal antiga), criação de novos conjuntos nas quadras antigas e as habitações em condomínio; - adensamento novo a oeste do parcelamento atual, criação de duas novas quadras (10 e 11); - valorização das áreas públicas de lazer, praças, parques e ruas; - complementação dos equipamentos coletivos - creche, escolas, posto policial, entre outros. Senhora Denise informou ainda, que houve um entendimento por parte da Gerência, que todo o processo deveria ser revisto, assim foi suspensa a LP nº 10/2002. E após discussão entre TERRACAP, SEDUH e IBAMA, que resultou no novo licenciamento ambiental – Licença de Instalação nº 005/2004 – IBAMA/DF, em 02/04/2004. O projeto atual segue as exigências da Licença de Instalação e apresenta os seguintes dados: - a criação do Parque Ecológico – Modulo II; O rebaixamento da Avenida Contorno; eliminação de lotes institucionais e habitacionais; redesenho de lotes habitacionais ampliação das áreas “non aedificandi”; área de parcelamento total - 82,58 há; densidade de projeto – 59,45hab/há; lotes unifamiliares – 419 – reserva técnica – 19 lotes; manutenção das 208 habitações em condomínio. Demonstrou por meio de poligonal, os principais problemas ambientais da área. Implantação das redes de saneamento básico e linhas de drenagem. Exibiu o desenho do módulo completo, com os prédios prontos e informou sobre as atividades desenvolvidas em benefício a comunidade com relação a questão ambiental e sanitária com parcerias da CEB, CAESB e COMPARQUES, acrescentando que o trabalho é de parcerias e articulações onde a equipe tem buscado em todos os órgãos do GDF e Ong's. Informou ainda sobre os cursos que serão ministrados na Vila Varjão: Fórum ambiental, plantio de mudas e cursos para formação de Educadores Ambientais em parceria com a Escola da Natureza. Questionamentos: A Senhora Vera Galvão membro titular representante da Associação de moradores situados na APA do Lago Paranoá, questionou que conforme consta no histórico distribuído, como se deu a criação de novos 779 lotes numa área que em estudo anterior já se previa que não poderia ser expandida por questões ambientais. Senhora Denise respondeu que em

1996 a situação de invasão já demandava, então foi elaborado um projeto de expansão que teria duas fases de implantação. Foi então solicitado um Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, que não foi totalmente aceito, tendo que ser reformulado. Acrescentou ainda que 1999 quando a SEDUH assumiu o projeto, foi preciso fazer um trabalho de reordenamento da área, com aplicação de instrumentos mais efetivos na parte de planejamento urbano e contenção das áreas de forma que melhorasse a situação anterior. O Senhor Delmar, membro suplente do Setor Produtivo Rural perguntou se existe algum curso d’água na Vila Varjão. Senhora Denise respondeu que o único curso d’água que existe é o córrego do próprio Varjão, que além dos 30 metros de mata ciliar onde será criado o Parque Ecológico, ainda existe uma mina onde demonstrou no mapa para o conselheiro. O Senhor Erli, membro titular do SINEPE questionou quanto ao gabarito das edificações comerciais, qual seria a cota de coroamento. A Senhora Denise respondeu que será de 8 metros, o que já é previsto em todos os assentamentos. O Senhor Valdson da PRG observou que, uma das questões que emperraram o processo junto ao IBAMA foi justamente a questão do ajustamento dos lotes, conforme a conselheira Vera colocou anteriormente, de que havia uma previsão inicial e depois foi necessário criar uma regularização de uma situação já existente questionando quais foram os condicionantes do IBAMA quanto a criação desses novos lotes. A Senhora Denise explicou que o problema com o IBAMA foi resolvido criando o parque na área de adensamento, com isso, houve uma redução de 160 lotes, acrescentando que houve uma readequação desses mesmos lotes dentro do varjão de forma que estariam sendo cumpridos todos os condicionantes ambientais. O Senhor Francisco do Setor Produtivo Rural perguntou como se encontra a situação das grotas que se tornaram depósito de lixo. Senhora Denise disse que esse foi um dos grandes pontos de discussão com o IBAMA, onde foi preciso contratar consultores ambientais que aconselharam a fazer a canalização, para que se pudesse fazer a limpeza das mesmas. Informando ainda, que por enquanto ficarão algumas abertas e outras serão fechadas de forma que atendeu-se as exigências do IBAMA. O Senhor Francisco perguntou ainda, para onde está sendo transportado o esgotamento sanitário e qual a previsão de tempo para que se tenha um tratamento de coleta total de lixo e uma boa condição sanitária. Senhora Denise respondeu que está sendo todo bombeado para a Estação de Tratamento de Esgoto norte, acrescentando que as obras de drenagem iniciaram em julho de 2004 e vão até março de 2005, e se não houver nenhuma interrupção as obras serão concluídas dentro desse período. O Senhor Álvaro, Secretário Executivo do Conselho demonstrou no mapa onde será constituído o Parque Taquari, a ARIE do Ribeirão do Torto e uma faixa em torno da cidade que será um segundo módulo do parque. Comentou ainda sobre a captação das águas pluviais que será drenada formando bolsões de infiltração. Ressaltando ainda que o Parque já está em processo de formação, onde a empresa licitada já está colocando canteiro de obras para fazer o cercamento conforme estava previsto no primeiro RIVI. E após manifestação dos relatores será solicitado a TERRACAP providências com relação a implantação do Parque. O Senhor Valdson da PRG informou que tomou conhecimento em matéria do Jornal de Brasília no final do ano de 2003, que devido a precariedade da área do Varjão naquela época, tornava-se área de grande incidência de hanseníase, complementando que, a implantação desse projeto contribuiu também para a erradicação dessa doença. O Senhor Erli questionou que a escola pública do Varjão já está sendo utilizada por alunos que não residem no local. E fez a observação de que o Varjão será atração de que transcendem, de forma que pressionará as instalações do Varjão. A Senhora Denise respondeu que o projeto foi desenvolvido para suprir a demanda da Vila Varjão e por ser bem localizada atrai os moradores vizinhos para usufruírem dos seus equipamentos, tais como, escolas e posto de saúde. E acredita que se a comunidade moradora se sentir ameaçada irá reclamar com quem é de direito. Os Conselheiros representantes da Secretaria de Infra-estrutura e Obras Senhora Carmem Lúcia Correia Machado e Senhor Armim Arnaldo Pfrimer foram os sorteados para procederem a elaboração do relatório do Projeto Integrado Vila Varjão, que será apresentado na Reunião Ordinária seguinte. Passou-se então para o segundo item da pauta que tratava do Processo nº 330.000.001/2004 de criação de um Parque na QI 17do Lago Sul. A área sofre interferência do Parque Garça Branca e do Jardim Botânico. A idéia inicial parte da criação de mais um parque, ou agregar a referida área ao parque Garça Branca ou ao Jardim Botânico. O Secretário Executivo do COGAP sugeriu que o processo seja encaminhado ao Grupo de manejo e grupo de Planejamento e Articulação para Projetos Sustentáveis para análise. Foi solicitado o posicionamento dos conselheiros por meio de votação e por unanimidade ficou decidido que o processo seja encaminhado aos grupos, para análise. O Senhor Francisco Alves Ribeiro solicitou que se acrescente na Ata anterior à moção de apoio que foi oferecida a Prefeitura Comunitária do Taquari. A Senhora Natanry Administradora Regional do Lago Sul, agradeceu o apoio do conselheiro Fernando César Mesquita, representante da Associação de Moradores do Lago Sul, que ofereceu moção de apoio a Administração Regional, com referencia a questão da irregularidade do comércio que está localizado em área residencial, acrescentando que esta veio em momento oportuno em benefício à comunidade. Solicitou ainda, que o Conselho Gestor participe de um movimento que está se fazendo necessário para deixar claro o objetivo, a razão e a necessidade de se trabalhar no sentido da preservação. Observando que antes de assumir a administração Regional do Lago Sul encontrou alguns fracionamentos que foram feitos em áreas com declividades acima do que prevê resolução CONAMA nº 10. No entanto, a Lei anterior se contrapõe, pois antes permitia o fracionamento de quatro lotes na área do Setor de Mansões Dom Bosco e chácaras vizinhas, depois veio uma outra Lei que permitiu o fracionamento em até cinco lotes. afirmou que essa controvérsia vem gerando uma grande agressão a Ara de Proteção Permanente. Com isso, solicitou ao Conselho Gestor que seja criado uma comissão para apurar esses fatos. Senhor Álvaro solicitou oficial ao Conselho Gestor para que seja objeto de discussão em pauta da próxima Reunião do COGAP. Senhor Valdson da PRG aconselhou que a matéria fosse objeto de análise da PRG, para que se possam levantar todas as informações técnicas diversas de forma que a questão seja

examinada mais a fundo, para então subsidiar o conselho em decisões futuras. Senhora Natanry acrescentou que encaminhará a questão a PRG, para que seja emitido parecer. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Roberto Napoleão de Araújo deu por encerrada a reunião, na qual Eu, Álvaro Sérgio Pinto lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 15 de setembro de 2004.ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO RICARDO BASEGGIO FILHO JEFFERSON LORENCINI GAZONI VALDSON GONÇALVES DE AMORIM FRANCISCO ALVES RIBEIRO ERLI FERREIRA GOMES VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO PEDRO CELSO ANTONIETO ANA JÚLIA ELIZABETH KELY REGINA DA SILVA MOREIRA HERINGER SALLES CARMEM LUCIA CORREIA ARMIM ARNALDO PFRIMER LOPES MACHADO JANE KAROL SALLES BRAUNNER DELMAR DUARTE PEREIRA ELIANE CRISTINA BENJAMIM DE SOUZA DENISE TELLES DE MENEZES PAULA MOCHEL MATOS PEREIRA LIMA ERICA REJANE M. S. DE OLIVEIRA LUIZ FERNANDO SUFFIATI DENISE PRUDENTE DE FONTES OLIVEIRA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório da Administração Regional do Lago Sul, sito a SHIS QI 11, Área Especial 01, Distrito Federal, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Secretário de Administração de Parques e Unidades de Conservação – COMPARQUES e Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros: Membros Titulares, – RAUL LUIS DE MELO DUSI – Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação – COMPARQUES, DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA – Associação de Moradores da APA do Lago Paranoá, RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra – Estrutura e Obras, PEDRO CELSO ANTONIETO – Secretaria de Estado de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. ARNALDO REBELATO - Instituto de Desenvolvimento Sustentável, VERA LÚCIA BRAUNGRALVÃO – Associação dos moradores situadas na APA do Lago Paranoá, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal, FERNANDO CESAR MESQUITA, Associação de moradores situados da APA do Lago Paranoá, CILÚLIA MARIA RODRIGUES DE FREITAS MAURY – Forum das Ong’s – MEL, TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA – Administração Regional do Paranoá. Membros Suplentes: VALDSON GONÇALVES DE AMORIM - Procuradoria Geral do Distrito Federal – PRG/DF, JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS – Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, LUIZ ERNESTO ANTUNES DE OLIVEIRA - Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico – SDE, DELMAR DUARTE PEREIRA - Sindicato Rural do Distrito Federal, ARNALDO SOTER BRAGA CARDOSO - Setor Produtivo Urbano – FECOMERCIO. O Presidente do Conselho Gestor declarou aberta a 6ª Reunião Ordinária da área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá. Agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Secretário Executivo do COGAP, Senhor Álvaro Sérgio Pinto que fez a conferência do quorum, seguido da leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária, onde foram feitas algumas correções: O Senhor Francisco Alves Ribeiro representante do Setor Produtivo Rural, fez a correção na linha 143 e 144, onde constava o texto: Senhor Francisco apresentou Moção de apoio a Senhora Natanry, corrigiu-se acrescentando a seguinte redação: O Senhor Francisco Alves Ribeiro apresentou moção de apoio a Prefeitura comunitária do Setor Habitacional Taquari. O Senhor Valdson, representante da PRG, fez a correção na linha 66, onde constava o texto LP nº 22 corrigiu-se para LP nº 10/2002. A Senhora Dolores Pierson representante do Forum das Ong’s, questionou sobre a redação da linha 146 e 147, onde constava o texto: regularização do comércio que está localizado em área ambiental alterou-se o texto passando a constar a seguinte redação: A Senhora Natanry Administradora Regional do Lago Sul, agradeceu o apoio do Conselheiro Fernando César mesquita, representante da Associação dos Moradores do Lago Sul que ofereceu moção de apoio a Administração Regional com referência a questão da irregularidade do comércio que está localizado em área residencial. A Senhora Cilúlia, representante do Movimento Ecológico do Lago fez a correção na linha 138, onde constava Parque das Garças, passou a constar Parque Garça Branca. Feitas as correções necessárias, o Senhor Álvaro informou aos conselheiros que, a apresentação do relatório Processo 02008.000207/2003-91 – Licença Prévia Setor Habitacional Taquari- Vila Varjão, será concretizada na próxima Reunião Ordinária, pois, por motivo de reposicionamento de alguns mapas dentro do processo, o mesmo não foi entregue em tempo hábil a Senhora Carmem, conselheira titular, representante da Secretaria de Infra-estrutura e Obras, a qual foi sorteada para proceder a elaboração do relatório do referido processo. Seguiu-se com assunto da pauta, referente ao Processo nº 130.000.323/2002 - Permissão de uso de área lacustre, o qual será objeto de sorteio para análise e apresentação de relatório. Foi feito o sorteio, onde o Senhor Pedro Celso, representante da SEMARH foi sorteado e argumentou que a SEMARH não deveria fazer o relatório do processo, uma vez que a mesma já se posicionou, comentou que o assunto em questão não está tão complicado o quanto parece, pois a solicitação contida no processo refere-se a uma construção de uma marina pública, onde haja também comércio, uma espécie de um “novo Pontão” ou um lugar público para estacionar. A senhora Carmem fez a observação de que já existe um píer público construído próximo ao Hotel Blue Tree no Setor de Clubes Norte. Ao que o Senhor Álvaro Sergio respondeu que no local mencionado já existem quiosques prontos, que fazem parte do Projeto Orla. O Senhor Francisco Ribeiro, concordou com a atitude do

Conselheiro Pedro Celso, indagando que a SEMARH é órgão de fiscalização constante, portanto terá que se pronunciar sempre que necessário. Além do que, o referido processo é ambíguo e oportuno para que a Secretaria de Parques apresente um bom trabalho na APA do Lago Paranoá. O Senhor Raul Dusi, representante da Secretaria de Parques, observou que: deve-se verificar o benefício que a sociedade terá com a implementação desse projeto, pois acredita que o espaço público tem que ser utilizado de forma que melhore a qualidade de vida dos usuários. A Senhora Carmem sugeriu que se faça uma consulta a Administração de Brasília para verificar a possibilidade de implantação do projeto. O Senhor Francisco Ribeiro, observou ser oportuno o sorteio do relator do processo de forma que o trabalho seja desenvolvido em parceria com a Secretaria de Parques. A Senhora Dolores Pierson, representante do Movimento Ecológico do lago informou que o processo em questão já esteve na Prefeitura Comunitária do Lago Norte, onde a comunidade de posicionou contra, alegando que a península não comporta esse tipo de movimentação. O Senhor Valdson representante da PRG, observou que alguns conselheiros já possuem informações que não constam nos autos e informou que as mesmas precisam ir para o processo através de tramitação regular. Portanto, considerou que o processo não está suficientemente maduro para ser analisado e sugeriu buscar as informações necessárias para conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentação ambiental da área. Daí então, proceder a distribuição e elaboração do relatório. Com a palavra, o Senhor Pedro Celso concordou com a opinião da Senhora Carmem que sugeriu consultar a Administração de Brasília e a Secretaria de Turismo, observando que com o posicionamento desses dois órgãos agregaria todas as informações necessárias para o bom andamento do processo. A Senhora Carmem Acrescentou que o Projeto Orla é administrado pela Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura e a Administração Regional de Brasília, sendo essa última a responsável pelas instalações sanitárias, quiosques e piers. O Senhor Álvaro prosseguiu com a votação da não distribuição do processo, para que este permaneça em tramitação para agregação de maiores informações. E por unanimidade foi aceita a proposta. Partiu-se para os assuntos gerais, ao que o Senhor Enio Dutra, Presidente do Conselho, chamou a atenção dos conselheiros para uma solicitação do Ministério Público sobre a desocupação da Orla do lago Paranoá. Destacou que é de extrema importância a participação do Conselho Gestor nessa questão, pois, por se tratar de um assunto complexo e com situações que são tremendamente agressivas ao lago, o Conselho Gestor tem por obrigação participar dessa discussão. O Senhor Francisco Ribeiro se posicionou informando que soube notícias de que a SEMARH não fará desocupação imediata da Orla do Paranoá, acrescentando que esse assunto já se estende por aproximadamente seis meses, sem nenhuma posição definitiva. Sugeriu que a Secretaria de Parques se dirija a Administração de Brasília, a Câmara Distrital e ao Ministério Público, para que seja providenciado um projeto, documento ou legislação que determine as normas a serem cumpridas para a desocupação das margens da Orla do Lago. A Senhora Dolores Pierson, informou que dispõe de uma decisão judicial referente a todo o Lago Paranoá onde consta que, a 30 metros do espelho d’água é área de preservação permanente, com isso considerou importante que o governo mostre que a Lei vai ser cumprida. O Senhor Pedro Celso informou que na Resolução CONAMA 2001, consta o prazo para regulamentação e um Decreto onde estabelece todas as normas possíveis de utilização das margens, além disso, há um outro agravante, as pessoas que estão ocupando essa área há mais de 20 anos e são protegidas por uma liminar judicial que impede a ação do governo, acrescentando que: “o que não falta é legislação para esse assunto”, no entanto, afirmou que não é fácil resolver essa questão. A Senhora Carmem, representante da Secretaria de Obras informou que o Plano Diretor do Lago Sul está em andamento e sugeriu que esse assunto seja acrescentado ao mesmo. O Senhor Francisco sugeriu que se sistematizem todas as legislações existentes onde o conselho possa reunir informações para colaborar efetivamente. O senhor Enio Dutra fez a observação de que, têm-se leis, o que falta é educação e respeito ao Patrimônio Público, ao que a Secretaria de Parques está na luta para resgatar esse respeito. Informou ainda que haja sugestões de formar nesses trinta metros um corredor ecológico. O Senhor Pedro Celso comentou sobre o projeto intitulado Brasília Sustentável, que será financiado pelo Banco Mundial. Trata-se da criação do Código Ambiental do Distrito Federal que vai abranger todas as leis, como se fosse uma consolidação das leis ambientais, o que facilitará a resolução dessas questões. Senhora Cilúlia informou que foi detectado por meio de estudos, que o lago é um meio de conexão para algumas espécies de fauna, portanto a idéia de se estabelecer na orla do Lago um corredor ecológico é absolutamente pertinente para tentar resolver essa questão. Ao que Senhor Álvaro acrescentou que em função do Projeto Brasília Sustentável, está previsto para 2005 o Fundo Global do Meio Ambiente, oferecido pelo Banco Mundial, com isso beneficiará o projeto dos corredores ecológicos. O Presidente do Conselho, Senhor Enio Dutra perguntou ao Senhor Valdson, representante da PRG, qual o seu posicionamento a respeito do assunto em pauta. Ao que Senhor Valdson respondeu que a PRG já vem atuando e contribuindo para a resolução deste assunto, pois se trata de área pública que está sendo de uso privativo. Considerou ser necessário a criação de um plano de desocupação, juntamente com os órgãos ambientais envolvidos e com a participação do COGAP. O Senhor Enio Dutra destacou a importância da participação do conselho nessa empreitada o que adicionará esforços para somar resultados positivos. Apresentou a sugestão de convidar a Secretária de Meio Ambiente para participar da próxima reunião com intuito de reunir sugestões para efetivamente tentar solucionar a questão. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Álvaro Sérgio Pinto, lavei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 17 de novembro de 2004. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA PEDRO CELSO ANTONIETO RICARDO BASEGGIO FILHO VALDSON GONÇALVES DE AMORIM CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS RAUL LUIS DE MELO DUSI LUIZ ERNESTO ANTUNES

DE OLIVEIRA FRANCISCO ALVES RIBEIRO CILULIA MARIA RODRIGUES VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO DE FREITAS MAURY DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES FERNANDO CESAR MESQUITA DE OLIVEIRA TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA DELMAR DUARTE PEREIRA ARNALDO SÓTER BRAGA CARDOSO

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório da Administração Regional do Lago Sul, sito a SHIS QI 11, Área Especial 01, Distrito Federal, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO, membro suplente do Conselho, representante da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – COMPARQUES, que representou o Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros: Membros Titulares: ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES – Instituto Jardim Botânico, RAUL LUIS DE MELO DUSI – Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação – COMPARQUES, DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA – Associação de Moradores da APA do Lago Paranoá, RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, PEDRO CELSO ANTONIETO – Secretaria de Estado de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, JEFFERSON LORENCINI GAZONI - Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, EMÍLIA HONORINA FERNANDES FERREIRA - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO – Associação dos Moradores Situados na APA do Lago Paranoá, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal, MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO – Associação dos Moradores da APA do Lago Paranoá, TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA – Administração Regional do Paranoá; Membros Suplentes: LUIZ ERNESTO ANTUNES DE OLIVEIRA - Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico – SDE, DELMAR DUARTE PEREIRA - Sindicato Rural do Distrito Federal. O Senhor Roberto Napoleão declarou aberta a 7ª Reunião Ordinária da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá e passou a palavra ao Secretário Executivo do COGAP, Senhor Álvaro Sérgio Pinto que fez a conferência do quorum, seguido da leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada pelos conselheiros presentes. O Senhor Raul Dusi apresentou a sugestão de excluir o cabeçalho das atas a fim de possa mostrar a isenção das ações do Conselho e deixar clara a ação colegiada da Sociedade Civil Organizada. O Senhor Roberto Napoleão destacou o primeiro item da pauta: Apresentação do Relatório do Processo 0.2008.000.207/2003-91 – Licença Prévia do Setor Habitacional Taquari – Vila Varjão, que foi exibido por meio de data show pela a Senhora Carmem Lúcia, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, que iniciou com a distribuição de cópia do relatório aos presentes. Informou que o projeto possui Licença de Instalação nº 005/2004, emitida pelo IBAMA, no dia 02 de abril de 2004, para Reordenamento Urbanístico da Vila Varjão – Região Administrativa da Vila Varjão, sendo válida por 02 anos, até 02 de abril de 2006, e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes na Licença de Instalação, conforme itens do relatório Técnico nº 01/2004 – GAB/SO o qual foi apresentado aos conselheiros. Informou ainda, que o relatório foi desenvolvido com base nos documentos contidos no processo e nas visitas feitas ao local. Demonstrou por meio de fotos a situação atual que se encontra a Vila Varjão e acrescentou que a área não possui infra-estrutura. Com isso apresentou a conclusão de que: considerando os estudos e documentos apresentados e a situação precária de muitas famílias existentes na área em questão, onde, com a implantação do projeto podem ser amenizadas, e como o mesmo já possui Licença de Instalação – LI, emitida pelo IBAMA/DF, a conclusão do relatório foi pela aprovação do Projeto Habitar Brasil na Vila Varjão – Projeto Integrado da Vila Varjão. O Senhor Francisco Ribeiro, questionou sobre o sistema de esgotamento sanitário da área, pois possui informações de que estão sendo aterradas as fossas do local. Ao que a Senhora Carmem respondeu que o sistema de esgoto que está para ser implantado, vai contemplar toda a área e que algumas fossas estão sendo aterradas para que o espaço possa ser utilizado para a construção de novas residências, pois o programa prevê a construção de 97 (noventa e sete) casas geminadas e 16 (dezesseis) apartamentos. A Senhora Tânia Capra questionou quanto ao transporte, estacionamento e acesso da Vila para Sobradinho. Ao que a Senhora Carmem respondeu que o atual programa não prevê acessibilidade, pois se trata do Programa de Urbanização de Áreas Subnormais, que a grosso modo é chamado de urbanização de favelas, inserido dentro dos 148 (cento e quarenta e oito) projetos desenvolvidos em todo Brasil. Informou ainda, que além do asfaltamento da Vila Varjão, há uma idéia em parceria com o DETRAN, de implantar uma via de entrada e saída, sendo uma via de mão única. Quanto ao processo de calçadas e acessibilidade, informou que será de responsabilidade do GDF, pois esta etapa não está prevista dentro do Programa Habitar Brasil - BID. Ao que o Senhor Alvaro sugeriu que seja encaminhado a Secretaria de Transportes e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, uma proposição para que se tome conhecimento dos projetos relacionados ao transporte na Vila Varjão. O Senhor Alvaro observou ainda, que no projeto apresentado constava a definição e a criação dos dois parques, como comprimento a uma exigência do licenciamento do IBAMA. Ao que o Senhor Manoel esclareceu que: quando foi concedida a Licença Prévia - LP do Setor Habitacional Taquari Trecho I, constou

que deveria ser incorporada a área do Ribeirão do Torto, os lotes desconstituídos do trecho I e em momento algum o IBAMA pediu a criação de um Parque no local. Acrescentou ainda que em julho de 2004 a TERRACAP criou o Parque do Taquari sem a solicitação do IBAMA. Ao que o referente órgão tomou conhecimento pelos jornais. E quando ocorreu a assinatura do Termo de Compromisso entre TERRACAP e o IBAMA, foi constatado que haviam trechos próximos a Vila Varjão que pertenciam a Região Administrativa da Vila Varjão. Então, a SEDUH solicitou a criação do Módulo II do Parque da Vila Varjão separando-a do Parque Taquari. A Senhora Tânia Capra questionou quanto à situação das edificações irregulares construídas em Área de Preservação Permanente. Ao que o Senhor Manoel respondeu que o IBAMA notificou moradores de alguns Núcleos Rurais e na Licença do Taquari foi solicitado a TERRACAP desenvolver um estudo ambiental para verificar qual a unidade de conservação que se adequaria àquela região. A Senhora Dolores Pierson solicitou que haja um acompanhamento ao processo dos contemplados com lotes no Varjão, pois com valorização da área, os moradores antigos são “empurrados” do local. O Senhor Manoel informou que a Gerencia Executiva do IBAMA elaborou documentos sobre a ocorrência de venda de lotes no interior da Vila Varjão. Ao que Senhora Carmem Informou que a SUDUH possui todos os dados dos contemplados com lotes na Vila Varjão, o qual pode ser solicitado. Observou ainda que, é preciso desenvolver um trabalho com a população, de alerta e conscientização, pois para que o projeto seja efetivamente implantado é preciso que se acompanhem de perto as ações, para que não haja negociação de lote. Passou-se a votação da aprovação do relatório apresentado, e por unanimidade foi aprovado. O Senhor Francisco indagou que estaria votando com direito de acompanhamento do projeto. Ao que o Senhor Alvaro informou que, para a pauta da primeira reunião do ano de 2005, será estudada a possibilidade de eliminação do cabeçalho das atas e apresentação da relação dos contemplados com lotes na Vila varjão aos conselheiros, para conhecimento. Com isso, será criada uma Câmara Técnica para efetivo acompanhamento dos projetos apresentados. O Senhor Pedro Celso fez a observação de que a SEMARH acompanhou o início do cadastro das pessoas que foram contempladas com lotes na área do Varjão e informou que as pessoas que já tinham sido beneficiadas de alguma forma, foram excluídas do programa. Com isso, considerou ser necessário que cada Região Administrativa, tome a iniciativa de implantação das Comissões de Defesa de Meio Ambiente - COMDEMA, pois este é o primeiro fiscal do meio ambiente que contribuirá para a inibição das invasões. A Senhora Tânia Capra perguntou como encontra-se a questão do Zoneamento Ambiental da APA do Paranoá. Ao que o Senhor Álvaro respondeu que o Termo de Referência foi enviado a TERRACAP para execução do referido zoneamento. Informou ainda, que o Zoneamento Ecológico Econômico foi tratado em reunião recente na Comparques com a participação da SEMARH, onde foi apresentada toda a situação atual, inclusive o envolvimento efetivo de todo o complexo do GDF. O Senhor Pedro Celso esclareceu que o Zoneamento Ecológico Econômico é feito com a intenção de desenvolver uma projeção de uso e complementou dizendo que o contrato exige que se faça o ZEE do território como um todo e que fará parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE. O Senhor Manoel fez a observação de que, quando foi criada a APA do Paranoá em 1989, foi estabelecido que se fizesse o Zoneamento Ambiental. Com isso considerou necessário que se priorizem essas ações já que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC estabelece prazos. Informou ainda que na Licença Ambiental do Taquari, foi destinado 50% (cinquenta por cento) da compensação ambiental do Taquari para a SEMARH, o que pode ser revisto para se elaborar o Plano de Manejo. A Senhora Dolores informou que fez parte da implantação da CONDEMA da Administração Regional do Lago Norte, ocasião em que houve grandes contribuições por parte dos moradores do Varjão, relacionadas a denúncias de invasões. No entanto, a CONDEMA do Lago Norte foi desativada. Observou que considera de extrema importância o funcionamento deste órgão para que possa efetivamente contribuir com a preservação do meio ambiente. O Senhor Raul Dusi sugeriu que haja mudança quanto o local de realização das reuniões, pois considerou o local atual de difícil acesso. O Secretário Executivo passou ao item da pauta referente ao direcionamento para convocação dos grupos de trabalho, observando que os mesmos não estão sendo representados quando convocados. Acrescentou que se faz necessário o pronunciamento efetivo destes, uma vez que, a Secretaria está recebendo algumas orientações e recursos provenientes de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e orçamentos. O Secretário Executivo do COGAP informou que será enviado ofício para as instituições as quais seus representantes não estão se fazendo presentes, para que estes sejam substituídos. Passou-se aos assuntos gerais, onde a Administradora Regional do Lago Sul apresentou um processo contendo um assunto que se fazia necessário constar em pauta, previamente distribuída aos conselheiros para conhecimento, análise e discussão, assunto este que não havia sido encaminhado previamente ao Conselho e que o Senhor Francisco Alves julgou ser sem fundamentação, ficando o assunto não discutido na presente reunião e solicitado à Administradora que se encaminhe a pendência à Comparques para distribuição e análise em reunião posterior. O Senhor Roberto Napoleão, solicitou aos conselheiros que encaminhem assuntos a serem discutidos nas reuniões com prévia antecedência, o que contribuirá para que se possa obter maior rendimento e resultados positivos, comentou também acerca da reduzida presença dos representantes da sociedade civil organizada. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Roberto Napoleão, o qual presidiu a cessão, deu por encerrada a reunião, da qual eu, Álvaro Sérgio Pinto, lavei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 15 de dezembro de 2004.

ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO PEDRO CELSO ANTONIETO RICARDO BASEGGIO FILHO JEFFERSON LORENCINI CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO

EMÍLIA HONORINA FERREIRA FERNANDES RAUL LUIS DE MELO DUSI LUIZ ERNESTO ANTUNES DE OLIVEIRA FRANCISCO ALVES RIBEIRO MANOEL ALESSANDRO MACHADO VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO DE ARAÚJO DOLORES CORNÉLIA PIERSON MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO SOARES DE OLIVEIRA TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA DELMAR DUARTE PEREIRA ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO, membro suplente do Conselho, pela Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação, que representou o Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES – Instituto Jardim Botânico, RAUL LUIS DE MELO DUSI – Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação, RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, CASSIMIRO MARQUES DE OLIVEIRA - Procuradoria Geral do Distrito Federal – PRG, ALDENIR CHAVES PARAGUASSU - Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, EMÍLIA HONORINA FERNANDES FERREIRA - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal; Membros Suplentes, JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, LEOPOLDO ANTÔNIO RAMOS – Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, GEORGE RAULINO – Associação de Moradores da APA do Lago Paranoá. O Senhor presidente declarou aberta a 8ª Reunião Ordinária e passou a palavra ao senhor Secretário Executivo Álvaro Sérgio Pinto que fez a conferência do quorum. Segue-se com a leitura da Ata da 7ª Reunião Ordinária, que após passar por correções foi aprovada pelos conselheiros. A conselheira Emília sugeriu ao COGAP, que oficialize a SUCAR solicitando a criação das CONDEMAS. Em seguida, o Secretario Executivo passou ao primeiro item da pauta, que constou sobre a apresentação do Orçamento da Secretaria que envolve as Unidades de Conservação da APA do Lago Paranoá, destacando os seguintes itens: Mobilização social da comunidade do Varjão para concretização do cercamento do parque, Implantação do Núcleo de Educação Ambiental do Parque do Paranoá, Implantação do Parque das Garças, construção da sede e guarita, sendo para este último destinado R\$100.000,00 (Cem Mil Reais). Colocou em votação a seguinte questão: criação de um grupo de trabalho para efetivamente acompanhar as ações decorrentes na Vila Varjão. Ao que o conselheiro Francisco Ribeiro considerou de extrema necessidade, pois quando da apresentação do relatório, votou com a condição de que exista um grupo para esse fim. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo solicitou aos conselheiros, sugestões para proceder a composição do grupo de trabalho. O conselheiro Francisco, sugeriu que cada conselheiro apresente suas contribuições e observou ainda que o grupo de trabalho deva ter a participação direta dos representantes da SEDUH, SUCAR, SEMARH, Comparques e PRG. O conselheiro Cassimiro sugeriu que sejam encaminhadas correspondências aos conselheiros presentes e ausentes, informando da decisão do conselho e solicitando a contribuição como voluntários. Observou ainda que a participação da PRG no grupo de trabalho ficaria complicada, pois considera que o papel da Procuradoria é muito delicado, para o tipo de atuação que será executado pelo grupo. O Secretário Executivo solicitou aos conselheiros presentes que se apresentassem como voluntários, mas apenas, o Senhor Francisco se manifestou. O conselheiro George Raulino questionou sobre a pouca representatividade da Sociedade Civil Organizada, observando que, o horário e o local de realização das reuniões possa ser um dos motivos da ausência. O Senhor Presidente observou que seria válido que as entidades indicassem pessoas com disponibilidade de tempo para participarem efetivamente. A conselheira Emília sugeriu que os voluntários não sejam integrantes do conselho. Ao que Senhor Presidente observou que o acompanhamento das ações deve ser obrigatoriamente de responsabilidade dos conselheiros, conforme consta no Regimento Interno. O Secretario Executivo informou que teria cinco órgãos indicados como voluntários. Ao que o conselheiro Cassimiro observou que os órgãos indicados foi apenas sugestão do Conselheiro Francisco, de forma que, ainda não fariam parte do grupo, se tratando apenas de uma proposta de voluntariado. O conselheiro Francisco reconsiderou sua solicitação, e sugeriu que os órgãos citados possam ser poupados de integrar esse grupo de trabalho, por se tratar de órgãos de consulta constante. O Secretário Executivo seguiu com a apresentação do orçamento para 2005, sendo distribuído um demonstrativo constando as ações aprovadas pela Subsecretaria de Planejamento da Comparques para a APA do Lago Paranoá, que informou sobre diversas situações para que o conselho possa trabalhar na busca de recursos e financiamentos, por meio de apresentações de projetos aos diversos órgãos ligados ao meio ambiente, principalmente ao CONAM, CONAMA e Fundo Nacional do Meio Ambiente. Explicou que os números foram apresentados com base numa expectativa de Termo de Ajuste de Conduta, onde deferiam recursos para esse fim, entretanto, esse documento ainda não é definitivo, pois ainda não obteve a liberação do Governador e Procuradoria. Acrescentou ainda que o conselho não deve se prender somente a esse recurso, tomando a iniciativa de procurar outros

financiamentos.O conselheiro Manoel fez a observação de que existe o Decreto Distrital 14783/93 que dispõe sobre o tombamento e o corte de árvores do cerrado, onde há uma compensação ambiental por parte de quem as retira. Sugeriu a alteração do mesmo, de forma que o recurso da referida compensação ambiental possa ser utilizado nos projetos da Comparques. Senhor Secretário Executivo esclareceu que o decreto não precisa ser alterado, pois a destinação do recurso não determina qual fundo deve ser aplicado e acrescentou que a Comparques já vem obtendo alguns valores que são canalizados para o fundo de manutenção dos parques. Entretanto, há uma dificuldade de que os processos de licenciamento passem pelo Órgão Gestor das Unidades de Conservação, pois existem casos em que processos de licenciamentos são aprovados pelo CONAM sem ouvir o Órgão Gestor da Unidade de Conservação. A conselheira Anajúlia fez a observação que teve dificuldades quanto a licenciamentos ambientais relativos a obras realizadas nas proximidades do JBB e citou a obra do aeroporto e da terceira ponte, onde o órgão não foi consultado. Observou ainda que as compensações ambientais devam atender o que preconiza o SNUC, de modo que sejam destinadas na realização dos planos de manejo e diretor. Informou ainda que o JBB possui orçamento próprio, onde 50% por cento da verba é destinada ao pagamento de funcionários e o restante é investido na conservação da unidade. Além disso conta com apoio do DER e da Comparques. O conselheiro Cassimiro observou que a questão de ouvir o Gestor da área é mero cumprimento da Lei, onde a ação do Conselho Gestor irá reforçar todas as solicitações referentes às unidades de conservação. Sugeriu que o Conselho officie à Semarh, solicitando a anulação da decisão de aprovação do Processo 190.001.130/2003, licenciamento para parcelamento do Jardim Genebra, para que este possa receber o parecer do órgão gestor da Unidade de Conservação. O Secretário Executivo informou que será enviada a minuta do ofício a ser enviado ao CONAM para ciência e contribuição de todos. Passou-se ao terceiro item da pauta, ao qual a conselheira Anajúlia apresentou sobre as obras que estão sendo realizadas no JBB. Ao iniciar a apresentação fez referência a presente data, 16 de fevereiro de 2005, pois trata-se do dia do início da Vigência do Protocolo de Quioto. Informou sobre a presença de quarenta embaixadores que estiveram no JBB plantando mudas para formação do Bosque Quioto. Foi distribuído um informativo do Ministério do Meio Ambiente a todos, contendo informações sobre o assunto. Fez referência em agradecimento ao Governador Joaquim Roriz, pelo mérito de ter destinado cinco mil hectares onde se encontra o metro quadrado mais caro, não só da cidade, mas do País, local este onde encontra-se instalado o Jardim Botânico. Informou que dentro desses cinco mil hectares, são conservados 25% de toda flora conhecida pelo bioma cerrado e quase 50% de toda flora conhecida do DF. Apresentou por meio de data-show um breve histórico sobre as ações e objetivos do JBB. Em seguida demonstrou por meio de mapa a área do JBB onde ocorrem incêndios com maior frequência. Informou que o JBB tem uma brigada de incêndio própria que oferece a assistência necessária. Destacou no mapa, a área de visitação pública onde estão incluídas áreas que sofrerão reformas, incluindo pavimentação e drenagem que dará melhor acesso aos portadores de necessidades especiais. Mostrou a área que está destinada à construção da sede administrativa e de quatro estufas de visitação pública, sendo duas da mata atlântica, uma da Amazônia e uma, de campo rupestre e caatinga; a reforma do viveiro com parceria da comparques; reforma do herbário e por fim, apresentou a ampliação do laboratório de reprodução in vitro de orquídeas, onde já existem 100 mil bebês de orquídeas e encerrou a apresentação com agradecimento pela atenção de todos. O conselheiro Francisco perguntou de que forma é realizada a divulgação das ações do JBB para a sociedade. A conselheira Anajúlia informou que ocorre por meio do site do GDF, onde consta a programação anual do Jardim; pelo boletim de comunicação científica e está lançando o boletim informativo externo que será distribuído em alguns pontos do DF. Informou ainda que pretende incluir as informações nos jornais locais de grande circulação. O conselheiro Manoel sugeriu que seja divulgado no jornal da comunidade que é distribuído em ônibus coletivo, possibilitando assim que a informação chegue à população de baixa renda que não possui informações mais privilegiadas. O Secretário Executivo agradeceu a apresentação da conselheira Anajúlia e passou aos assuntos gerais. O conselheiro Francisco parabenizou pela realização da reunião dentro da Comparques e sugeriu que as reuniões sejam em horários mais flexíveis para ser dada a oportunidades da participação da sociedade civil organizada. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Roberto Napoleão, que presidiu a cessão, deu por encerrada a reunião, da qual eu, Álvaro Sérgio Pinto, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 16 de fevereiro de 2004.ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO CASSIMIRO MARQUES DE OLIVEIRA RICARDO BASEGGIO FILHO LEOPOLDO ANTONIO RAMOS CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO EMÍLIA HONORINA FERREIRA FERNANDES RAUL LUIS DE MELO DUSI ALDENIR CHAVES PARAGUASSU FRANCISCO ALVES RIBEIRO MANOEL ALESSANDRO MACHADO ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES DE ARAÚJO JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS GEORGE RAULINO

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos vinte um dias do mês de março de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/816 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a Presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros: Membros Titulares: RAUL LUIS DE MELO DUSI - Secretaria de Administração de

Parques e Unidades de Conservação – Comparques, RICARDO BASEGGIO FILHO – Secretaria de estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, VERA LÚCIA GALVÃO BRAUN – Associação dos Moradores da APA do Lago do Paranoá, ERLI FERREIRA GOMES - Sindicato das Escolas Particulares do Distrito Federal - SINEPE, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF, DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA – Associação de Moradores da APA do Lago Paranoá; Membros Suplentes: VALDSON GONÇALVES DE AMORIM – Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, JOÃO BOSCO SOARES – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS, Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, ARNALDO SÓTER BRAGA CARDOSO – Federação do Comércio – FECOMÉRCIO, LEOPOLDO ANTÔNIO RAMOS – Secretaria de Estado de Turismo – SETUR. Após a verificação de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. Passou a palavra ao senhor Roberto Napoleão, que substituiu o Secretário Executivo, Senhor Álvaro Sérgio Pinto, o qual procedeu a leitura da ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA do Paranoá, que após passar por algumas correções foi aprovada pelos conselheiros. O Presidente solicitou aos conselheiros, sugestões relativas ao horário e local de realização das reuniões. Informou que será liberado, a partir da próxima reunião, o estacionamento interno do prédio da Secretaria, para maior comodidade dos senhores conselheiros. A Conselheira Vera questionou que o horário de 14 horas é muito complicado. E o local de atual realização das reuniões é de difícil acesso, principalmente para representantes das ONG’s. ao que o Presidente colocou que o horário pode ser revisto de acordo com a proposta da maioria, de forma que facilite a participação de todos. Comentou ainda sobre a pouca representatividade da Sociedade Civil, onde algumas, mais reclamam do que contribuem. O Conselheiro Valdson sugeriu que as reuniões iniciem às 15 horas, o que foi atacado pela maioria dos conselheiros. Passou-se ao Primeiro item da pauta, que constou sobre a apresentação da lista dos contemplados com lotes na Vila Varjão – projeto Integrado Vila Varjão. Foi apresentado aos conselheiros, um documento oferecido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, contendo a relação dos assentados na Vila Varjão constando um total de 916 lotes. O Presidente informou que, apesar de terem algumas chácaras sub-júdice, o cercamento do Parque do Varjão já está sendo executado e as cercas estão sendo colocadas a no mínimo 30 metros da margem direita Córrego do Torto, protegendo a APP (Área de Preservação Permanente). A Conselheira Vera solicitou, em virtude destas áreas de preservação permanentes, a atenção referente à fauna do Parque Ecológico Canjerana, no sentido de protegê-la, permitindo um tráfego pelas copas das árvores por intermédio de redes para os micos. O Secretário Executivo Roberto Napoleão, acrescentou que é interessante que o Conselho tenha cópia das licenças ambientais, dos empreendimentos na área de interferência. O Conselheiro Raul Dusi observou que não só o Canjerana como também os outros parques. O Conselheiro Francisco solicitou informações referentes ao processo de cercamento do Parque Taquari. Ao que o Presidente respondeu que nesse primeiro momento será feito apenas o cercamento do Parque do Varjão. Pois este está atrelado ao Projeto Habitar Brasil, por esse motivo precisa ser acelerado. Passou-se ao segundo item da pauta: discussão para formação do grupo de voluntários para acompanhar o Projeto da Vila Varjão. Ao que o Conselheiro Francisco Ribeiro solicitou que seja emitido um comunicado a todos os conselheiros, para que estes se candidatem como voluntários a acompanhar a implantação do projeto. A Conselheira Dolores informou que estará fora de Brasília no período em que será realizada a próxima Reunião Ordinária. Informou que será representada pela Conselheira suplente Elza Kunze. O Secretário Executivo Roberto Napoleão sugeriu que se providencie um crachá de identificação aos Conselheiros que, farão parte do Grupo de Trabalho. O Presidente sugeriu que, quando o grupo de trabalho do Conselho já estiver constituído, será promovido um encontro com o grupo de execução do projeto que, já está trabalhando, o que evitará conflitos. Alguns conselheiros informaram que já haviam recebido o documento de solicitação de voluntário para compor o grupo de trabalho. O Presidente informou que o acompanhamento do trabalho será no sentido de ajudar, com sugestões, opiniões e estudos se forem o caso. A Conselheira Dolores acrescentou que com a identificação do grupo, ficará claro que será exercido uma ação do conselho, e não de uma pessoa individualmente. O Conselheiro Raul Dusi fez a observação de que o acompanhamento do grupo será em caráter colaborativo, não fiscalizador punitivo, onde cada conselheiro assumirá sua responsabilidade como cidadão, participando de um conselho multi setorial, que integra sociedade civil e governo. A Conselheira Carmem informou que não participará como voluntária, pois como representante da Secretaria de Obras já está efetivamente acompanhando o projeto e poderá passar ao conselho as informações necessárias. Informou ainda que a SEDUH, a Secretaria de Obras e o IBAMA, estão efetivamente trabalhando na implantação do projeto. O Conselheiro Francisco Ribeiro questionou que, a solicitação da confecção do crachá, será a título de identificação junto ao conselho. O Conselheiro Valdson acrescentou que apesar de haver a portaria de nomeação, indicando o conselheiro, há necessidade de que os ingredientes do grupo tenham um documento de identificação, para facilitar o acesso do grupo ao local de autuação. A Conselheira Dolores acrescentou que, a identificação é uma questão de transparência, tornando-se uma garantia para o interlocutor, saber que está se comunicando com um integrante do conselho. O Secretário Executivo Roberto Napoleão observou que pela quantidade de pessoas que se apresentaram como voluntários para fazer parte do grupo de trabalho, o mesmo já poderia ser formado. O Conselheiro Erli justificou que têm faltado algumas reuniões devido ao horário de realização das mesmas. Ao que o Presidente informou que será feita uma espécie de campanha para que resolva esse problema e se tenha maior quorum, oportunizando a sociedade civil de participar efetivamente das ações do colegiado, pois quanto mais pessoas envolvidas, mais fortalecido será o conselho. Ao que o plenário se fez de acordo. Foi

formado o grupo de trabalho que acompanhará o assentamento do Varjão, composto pelos seguintes conselheiros: Juvêncio Nascimento – SUCAR, Leopoldo Ramos – SETUR, Francisco Ribeiro – Setor Produtivo Rural, Dolores Pierson – Fórum das ONG’s e a Conselheira Carmem representante da Secretaria de obras fornecerá informações para embasar as ações do grupo de trabalho. O Secretário Executivo Roberto Napoleão sugeriu que o grupo, ao marcar a primeira reunião, informe à Secretaria Executiva do Conselho, para que possa ser providenciada a identificação e as ações necessárias. O Presidente informou ainda, que o COGAP oficiará à SEDUH, Secretaria de Obras e o Ibama, informando da criação do grupo, externando o interesse e o objetivo do acompanhamento do projeto, além de promover o encontro do grupo que está sendo formado com os representantes desses segmentos. O Conselheiro João Bosco elogiou o trabalho do COGAP e considerou ser importante a identificação do conselheiro que irá compor o grupo de trabalho. O Presidente deixou claro que o objetivo do conselho é de que haja participação efetiva da comunidade e do governo, independente de partido político, tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Quanto ao horário de início das Reuniões Ordinárias, após a manifestação de alguns conselheiros, ficou decidido que a próxima Reunião Ordinária terá início às 15:30h, o que será comunicado a todos os conselheiros, podendo ainda ser alterado. Nada mais havendo a declarar, o Presidente do Conselho Enio Dutra, deu por encerrada a reunião, da qual, Eu Roberto Napoleão Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 21 de março de 2005. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA VALDSON GONÇALVES DE AMORIM RICARDO BASSEGGIO FILHO LEOPOLDO ANTONIO RAMOS CARMEM LUCIA CORREA LOPES MACHADO JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS RAUL LUIS DE MELO DUSI ARNALDO SOTER BRAGA CARDOSO ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO FRANCISCO ALVES RIBEIRO JOÃO BOSCO SOARES ERLI FERREIRA GOMES VERA LÚCIA GALVÃO BRAUM

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: RAUL LUIS DE MELO DUSI – Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação - Comparques, RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, SANDRA REGINA OLIVEIRA DAVID – Secretaria de Agricultura, Pecuária E Abastecimento – SEAPA, TANIA CARPRA - Administração Regional do Paranoá, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF, PEDRO CELSO ANTONIETO – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. ANA JÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES – Jardim Botânico de Brasília – JBB, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Membros Suplentes, VALDSON GONÇALVES DE AMORIM - Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, LUIS ERNESTO ANTUNES DE OLIVEIRA – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, EMÍLIA HONORINA FERNANDES FERREIRA - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, ARNALDO SÓTER BRAGA CARDOSO – Federação do Comércio – FECOMÉRCIO, LEOPOLDO ANTÔNIO RAMOS – Secretaria de Estado de Turismo – SETUR. Após a verificação de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. Procedeu-se a leitura da ata da 9ª Reunião Ordinária do COGAP, que após passar por algumas correções recebeu a aprovação dos conselheiros. Passou-se ao primeiro item da pauta que constou sobre a apresentação e discussão da proposta do workshop. Foi distribuída cópia do projeto aos conselheiros. O Presidente informou que por sugestão do conselho da APA Gama e Cabeça de Veado, o evento estaria sendo programado para ser realizado no dia 29 de abril, ou dia 06 de março de 2005. Informou que o principal objetivo do projeto será a inserção de informação, visando à melhoria da qualidade do trabalho das pessoas que realizam a fiscalização e o licenciamento. Observou também que no documento distribuído já constava às contribuições dos conselheiros do COGAMA. Contudo, solicitou aos conselheiros a leitura da proposta e suas contribuições. A Conselheira Ana Júlia observou que a idéia de realização do evento é muito válida, visto que, essa integração fará com que conselho desenvolva ações mais pró-ativas no sentido de capacitar as equipes que estão atuando no espaço das duas APAS. Questionou ainda quais seriam as fontes financiadoras, observando que se forem fontes de fomento público não seria paga taxa de administração. Sugeriu acrescentar na proposta a programação, a metodologia e um cronograma físico financeiro do projeto. Apresentou dúvidas referentes à sugestão de moderador, questionando que o papel deste é mais comum em oficinas de trabalho participativo, portanto este teria dificuldade em atender um público de 150 pessoas conforme a proposta apresentada e que foge ao modelo de uma gestão integrada. A Conselheira Emília sugeriu que tenha durante a palestra espaço para ouvir as dificuldades que as Administrações enfrentam em relação à fiscalização. Observou que os participantes precisam ter o conhecimento da legislação e sugeriu que o Professor Enio faça o papel de moderador. Quanto ao público alvo, a conselheira sugeriu que o seminário seja direcionado preferencialmente à pessoas do quadro permanente. O Conselheiro Manoel sugeriu um ajuste na programação, definindo-se o problema e o objetivo a ser alcançado, de forma que se faça

um diagnóstico das RA’s observando a capacitação do funcionário da área de licenciamento e fiscalização. A Conselheira Ana Júlia sugeriu que o evento aconteça em dois dias na forma de oficinas de trabalho, pois acredita que desta forma possa-se ter melhor produtividade. Observou também que o tema do evento deve ser voltado para a legislação ambiental, com a participação de todos os níveis responsáveis pela expedição de alvarás. O Conselheiro Raul Dusi sugeriu que uma proposta seja encaminhada a Secretaria de Gestão Administrativa, que tem uma programação de cursos oferecidos à servidores o que poderia ser uma forma de parceria para realização do projeto. Sugeriu ainda que se inclua no evento a Divisão de Vigilância Ambiental - DIVAL. O Conselheiro Francisco Ribeiro sugeriu que se estabeleça a data de realização do evento e que se faça o contato prévio com as RA’s, para garantir a participação das mesmas. Solicitou ainda a correção do texto da proposta: na redação onde se lia Treinar e capacitar, substituir por Revisar e atualizar. Solicitou também participação de órgãos ligados à saúde. A Conselheira Tânia Capra colocou em questão que o SIV-SOLO vem desenvolvendo algumas ações somente mediante autorização da SEFAU e solicitou a intervenção do conselho para que haja a descentralização das ações do SIV-SOLO de forma que este possa realizar o trabalho independente de autorização da SEFAU. O Presidente observou que o Conselho não pode interferir nas atribuições do SIV-SOLO, pois este não é o objetivo do Workshop. Solicitou a manifestação do Conselheiro representante da PG-DF no sentido de orientar a conselheira referente à sua indagação. O Conselheiro Valdson esclareceu que se trata de uma questão estrutural que só pode ser alterada pelo Chefe Maior do Executivo, no caso, o Governador do Distrito Federal. Sugeriu que a conselheira encaminhe proposta a Sucar, para que seja revista a questão da hierarquia de trabalho do SIV-SOLO. O Conselheiro Manoel sugeriu um ajuste na programação, definindo-se o problema e o objetivo, de forma que se faça um diagnóstico das RA’s, e a capacitação do funcionário da área de licenciamento e fiscalização. A conselheira Sandra concordou com a sugestão do Conselheiro e solicitou a participação da Secretaria de Agricultura no evento. O Conselheiro Valdson sugeriu que sejam ouvidas as RA’s e demais órgãos envolvidos, no sentido de esclarecer as dificuldades relacionadas ao conhecimento da legislação ambiental, para ser definido o objetivo do workshop. O Conselheiro Luiz Ernesto sugeriu a participação de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A Conselheira Carmem sugeriu que seja feito um curso de nivelamento para que todos os participantes possam atuar de forma equilibrada. O Presidente questionou como estaria sendo executado o procedimento de licenciamento de obras nas RA’s. A Conselheira Tânia respondeu que é concedido pela Divisão de Licenciamento das Administrações Regionais e observou que há uma dificuldade em relação aos funcionários que não tem cargos efetivos, que quando estão treinados e aptos para executar o trabalho são afastados por término de contrato ou motivos correlatos. A Conselheira Emília observou que na Gerência de Planejamento de cada RA devem constar as informações referentes à área de preservação e proteção que não podem receber licenciamento. O Presidente observou que um dos objetivos do workshop é evitar que sejam licenciadas obras em locais impróprios, além de sistematizar a fiscalização de parcelamentos em áreas ambientais e sobre nascentes. O Conselheiro Manoel observou que com as contribuições dos colegas torna-se possível perceber a realidade do trabalho das RA’s. Com isso considera necessário que sempre haja um funcionário efetivo em cada GEPLAN, para oferecer o treinamento necessário aos funcionários de cargos comissionados que porventura ocuparão a vaga de fiscalização e licenciamento. Concordou com a sugestão da conselheira Carmem no sentido de realizar um treinamento para capacitar as pessoas envolvidas com esse tipo de trabalho. O Conselheiro Raul Dusi observou que as legislações ambientais existem e pouca gente as conhece. O Conselheiro Francisco sugeriu que haja uma motivação para que os Administradores Regionais participem efetivamente do evento, com isso considera importante as contribuições destes na formulação da proposta do workshop. A Conselheira Emília informou que a Sucar providenciará a mobilização dos Administradores e respectivos funcionários. O Conselheiro Pedro Celso observou que as ocupações irregulares ocorrem, não por falta de Leis, e sim pelo não comprimento delas. Considerou importante a participação da fiscalização da CEB no evento pois, com as ocupações irregulares surgem as gambiarras com material inadequado ocasionando risco de mortes. O Conselheiro Manoel esclareceu que quanto a instalação de energia elétrica existe uma da Resolução 456/2002 da ANEEL referente à proteção e preservação ambiental onde consta que a instalação de energia elétrica em área de proteção ambiental só poderá ser feita mediante autorização do órgão responsável pela gestão ambiental. Acrescentando que se a CEB está instalando energia após essa resolução está havendo um descumprimento da Lei. O conselheiro Pedro Celso informou que antes da referida resolução entrar em vigor já existia esse tipo de situação, e acredita que as instalações eram concedidas até mesmo como prevenção de acidentes que ocorrem quando se instala energia elétrica por meio de gambiarras. Com isso sua opinião é de que essas ocorrências sejam evitadas antes de serem concretizadas, pelo menos de agora pra frente. O Secretário Executivo observou que antes da criação dos órgãos gestores das unidades de conservação, a gestão partia das RA’s, que emitiam as autorizações para proceder a ligação de energia elétrica, no entanto não possuíam o conhecimento amplo das Leis Ambientais. O Conselheiro Valdson informou que essas questões foram ganhas no judiciário. E se tratando de serviço público deve ser prestado por concessionárias à comunidade sob a fiscalização do Estado, principalmente por ser jurisprudência consolidada. A Conselheira Ana Júlia observou que a Secretaria tem trabalhado muito em favor do meio ambiente. Citou como exemplo dessas ações o Parque Ezequias Heringer que contava com a invasão de 310 hectares. A Comparques já removeu 130 famílias da área que é de grande importância ambiental para a Cidade do Guará e principalmente para a APA. Reconhece a dificuldade que a Semarh enfrenta no sentido de fiscalização. Portanto considera que há necessidade de ação das Secretarias para desenvolver um trabalho de forma integrada de modo que se tenham resultados positivos no sentido de recuperar as áreas de conservação e as APP’s. Reivin-

dicou que sejam criados os Conselhos Gestores dos Parques. O Presidente informou que serão criados onze conselhos por zonas ambientais, pois considera logisticamente impossível que se tenha um conselho para cada parque conforme a Lei 265 prevê. Observou ainda que o conselho será composto por pessoas comuns e frequentadoras dos parques. Observou ainda que a atuação das Condemas é de grande importância, pois as considera como uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente dentro das Administrações Regionais como ação complementar. O Conselheiro Valdson informou que todos os atos das Administrações praticadas como poder de polícia gozam de uma presunção denominada auto executoriedade significando que não há necessidade de autorização judicial, onde todos os órgãos de fiscalização já garantem a Administração e seus agentes, competência para atuar. O Conselheiro Manoel também reivindicou a reativação das Condemas. Informou que o Administrador de Sobradinho, Senhor Paulo Cavalcante está empenhado em formar a Condema da cidade e solicitou o apoio da Comparques para esse fim. A Conselheira Tânia Capra informou que Sucar oficiou a Administração do Paranoá com relação à formação e ativação das Condemas e informou que já está agilizando o contato com representantes da comunidade para proceder a formação. O Presidente solicitou manifestação dos conselheiros para a formação do grupo que irá discutir e definir a proposta definitiva do Workshop, juntamente com o grupo formados por conselheiros representantes da APA Gama e Cabeça de Veado. O grupo foi formado pelos seguintes conselheiros: Emília – Sucar; Manoel – Ibama, Ana Júlia – JBB e Francisco – SRDF e um representante do Núcleo de eventos da Comparques. A reunião do grupo ficou marcada para o dia 15 de abril de 2005 as 14:30 no auditório da Comparques. Passou-se ao terceiro item da pauta que constou sobre apresentação do modelo do crachá, que será usado pelos conselheiros que atuarão na implantação do Varjão. Foi distribuída cópia do modelo do crachá aos conselheiros para conhecimento e alteração caso fosse necessário. O Conselheiro Valdson sugeriu que haja o número do Decreto de criação do Conselho Gestor. O Conselheiro Francisco sugeriu que conste a data de validade no crachá. Após sugestões de alguns conselheiros o modelo do crachá ficou definido. O Secretário Executivo informou aos conselheiros que será feita uma sessão de fotos na próxima Reunião Ordinária para serem colocadas no crachá. Passou-se aos assuntos gerais: O Conselheiro Manoel convidou os conselheiros para a consulta pública do plano de manejo da Arie Pak JK, que se realizará no próximo dia 16/04/2005 as 9 horas, na Universidade Católica de Brasília em Taguatinga – DF. Informou ainda que o Plano de Manejo está disponível no site da SEMARH e do IBAMA. Observou também, que com referência a revisão do PDOT, considera importante que haja uma reunião envolvendo a Comparques, A Semarh, Gerência Executiva do Ibama e a Seduh, que são os gestores políticos e de decisão para resolver como serão conduzidas as ações referentes às questões ambientais e urbanísticas. A Conselheira Tânia Capra questionou sobre o processo de cercamento do parque do Morro do Careca e da Ariê do Paranoá Sul. E com relação ao PDOT, informou que já foi realizada a primeira reunião com a comunidade para discutir e definir os problemas da cidade do Paranoá e o que se deseja com a concretização do referido projeto. Solicitou ainda informações referentes ao zoneamento do Parque do Paranoá. Em resposta aos questionamentos da conselheira, o Secretário Executivo informou que serão indicados cinco técnicos, sendo dois da Comparques, dois da Semarh e um do SIV-ÁGUA, que irão acompanhar o processo do zoneamento juntamente com a Terracap. Com referência ao Parque do Morro do Careca, o Secretário Executivo informou que o cercamento está previsto para a próxima liberação de verba do GDF. E referente à Arie do Paranoá Sul está previsto para o ano de 2006 em função de recursos orçamentários. Nada mais havendo a declarar, o Presidente do Conselho Enio Dutra, deu por encerrada a reunião, da qual, Eu Álvaro Sergio Pinto, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 13 de abril de 2005. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA ALVARO SÉRGIO PINTO LUIS ERNESTO CARMEM LÚCIA CORREA ANTUNES DE OLIVEIRA LOPES MACHADO LEOPOLDO ANTONIO RAMOS PEDRO CELSO ANTONIETO VALDSO GONÇALVES DE AMORIM RAUL LUIS DE MELO DUSI EMÍLIA HONORINA FERNANDES FERREIRA FRANCISCO ALVES RIBEIRO ARNALDO SOTER BRAGA CARDOSO RICARDO ASEGGIO FILHO ANAJULIA HLIZABETE MANOEL ALESSANDRO HERINGER SALLES MACHADO DE ARAÚJO SANDRA REGINA OLIVEIRA DAVID

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: RAUL LUIS DE MELO DUSI – Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação - Comparques, RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, EMÍLIA HONORINA FERNANDES FERREIRA - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF, Membros Suplentes: GILMAR JOSÉ BEZERRA CRISPIM - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, ARNALDO SÓTER BRAGA CARDOSO – Federação do Comércio – FECOMÉRCIO, LEOPOLDO ANTÔNIO RAMOS – Secretaria

de Estado de Turismo – SETUR, KELY REGINA DA SILVA MOREIRA – Jardim Botânico de Brasília – JBB, VINÍRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA, representante da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA, representante da Administração Regional do Paranoá. Convidados: DENISE PRUDENTE – SEDUH, MARIA CECÍLIA SIQUEIRA VITORINO - SEDUH Após a verificação de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. O Senhor Roberto Napoleão fez a leitura do Ofício que o indicou para substituir o Secretário Executivo do COGAP na 11ª Reunião Ordinária. Procedeuse a leitura da ata da 10ª Reunião Ordinária do COGAP, que após passar por algumas correções recebeu a aprovação dos conselheiros. Passou-se ao item da pauta que constou sobre a apresentação e discussão da revisão do PDOT. O Presidente apresentou a Senhora Denise Prudente funcionária da Seduh, responsável pela revisão Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. A Senhora Denise apresentou por meio de data show o programa que será desenvolvido na execução do projeto. Iniciou a apresentação destacando que é a primeira vez que está se realizando o programa com processo participativo e com a manifestação efetiva da comunidade. Mencionou a atuação da Senhora Tânia Capra, representante da Administração do Paranoá, que está como coordenadora dos trabalhos da sua Região Administrativa. Observou que uma das intenções do projeto será de adequar o plano ao Estatuto da Cidade, de forma que se reforce o PDOT como Plano Diretor do território e deixar o Plano Diretor Local – PDL, como plano das cidades, de forma que fique clara a distinção da área urbana, área rural e unidades de conservação, explícito numa linguagem clara e compreensiva. Informou ainda que o plano será encaminhado à Câmara Legislativa até o segundo semestre do corrente ano. Observou que o projeto é resultado das demandas da sociedade como também de uma série de requisições jurídicas, planos de governo e políticas setoriais com diretrizes urbanas e rurais. O projeto passará por audiência pública regional e virtual que será informado por meio de publicação no DODF. Finalizou a apresentação, informando que o projeto estará disponível no endereço virtual da Seduh, onde será aceito também contribuições. O Secretário Executivo perguntou se o estudo será realmente levado à comunidade, pois já presenciou audiências públicas onde houve o destaque da presença de parlamentares, com pouca representatividade da comunidade. Ao que a Senhora Denise informou que está sendo construído um diagnóstico para ser consolidado aos problemas da comunidade juntamente com a primeira leitura técnica. A Senhora Tânia Capra informou que obteve sucesso na reunião que realizou no Paranoá, onde houve a presença da comunidade. O Conselheiro Francisco solicitou que seja comunicada com antecedência a informação da realização de audiência pública à comunidade. A Senhora Denise informou que as audiências públicas são publicadas no Diário Oficial e nos jornais de circulação, informou ainda que foi solicitada a divulgação por meio de rádio e televisão, mas não houve o retorno necessário. Observou que as audiências regionais são formais de modo que há uma pauta rígida com prioridade voltada para a comunidade, com tempo determinado para manifestação dos representantes do poder público. O Conselheiro Francisco questionou se haveria a possibilidade da Seduh levar as informações referentes a Revisão do PDOT até a Federação de Agricultura do DF. A Senhora Denise informou que seria possível mediante agendamento prévio. O Conselheiro Luis Ernesto observou que se deve dar importância a área de preservação que envolve o Parque de Águas Claras, por considerar que o adensamento populacional está aumentando próximo ao parque. O Conselheiro Secretário Executivo informou que a Comparques esta elaborando o Plano de Manejo do Parque Águas Claras com a localização de uma área de amortecimento para as duas vertentes existentes no parque. Informou ainda que será realizada uma consulta pública para informar à população os programas do plano de manejo que beneficiará o parque. O Senhor Alan Vinicio, representante da TERRACAP, observou que para mitigar os grandes problemas ambientais do Distrito Federal, seria necessária a regularização dos condomínios, com isso questionou se haveria um indicador técnico para definir o que seria área rural e urbana. A Senhora Denise respondeu que por meio da leitura técnica, será feita uma avaliação conjunta com os órgãos envolvidos para tal definição. Informou ainda que essa decisão depende do macro-zoneamento e da nova Lei de parcelamento do solo. O Conselheiro Carlos observou que a validade do PDOT era de 12 anos, podendo ser revisado a cada 4 anos, sem obrigatoriedade. Com o estatuto da cidade, tornou-se obrigatório a cada 10 anos. De 1997 ate o ano atual a Seduh ficou monitorando o PDOT observando todos os conflitos, demandas e parcelamentos. O Presidente questionou quais seriam as decisões referentes aos condomínios. A Senhora Denise respondeu que a idéia é de que sejam regularizados, respeitando as questões fundiárias e ambientais. O Presidente convidou os conselheiros a participarem de uma reunião no dia 17 de junho do corrente ano, que contará com a presença de representantes da SEMARH, SEAPA, SEDUH, IBAMA E PROMAI, para ter uma idéia do pensamento dos órgãos ambientais envolvidos com o PDOT, onde será discutida uma proposta que contemple as unidades de conservação. O Presidente agradeceu a presença da senhora Denise, representante da Seduh, pelas informações dispensadas ao conselho, acrescentando que o objetivo do conselho é contribuir juntamente com a participação positiva da comunidade, porém deve-se atentar para algumas pessoas que contribuem visando apenas interesses pessoais. O Secretário Executivo observou que para a construção do PDOT, seja necessário ser consultado o zoneamento Ecológico Econômico que já existe, por ser o documento que registra a maior concentração de ocupações. E para construir uma idéia mais completa seria necessário os EIAS RIMAS de todo o empreendimento, para que sejam tomadas as decisões. O Conselheiro Francisco observou que há a necessidade da Comparques indicar uma assessoria para acompanhar e complementar o processo de revisão o PDOT. A Conselheira Carmem observou que serão necessárias as contribuições de todos os órgãos envolvidos com a questão. O Secretário Executivo observou que permanece a ausência das entidades da sociedade civil organizada, onde foi solicitada até a alteração de horário para facilitar a participação destes representantes, sem sucesso. O Conselheiro Francisco Ribeiro solicitou que sejam excluídos os conselheiros faltosos e substitu-

idos simultaneamente. Nada mais havendo a declarar, o Presidente do Conselho Enio Dutra, deu por encerrada a reunião, da qual, Eu Roberto Napoleão Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 11 de maio de 2005. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO LEOPOLDO ANTONIO RAMOS CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO JUVENCIO NASCIMENTO DE ASSIS RAUL LUIS DE MELO DUSI ARNALDO SOTER BRAGA CARDOSO RICARDO BASEGGIO FILHO FRANCISCO ALVES RIBEIRO VINIRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA KELY REGINA DA SILVA MOREIRA EMILIA HONORINA FERREIRA FERNANDES GILMAR JOSÉ BEZERRA CRISPIM MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO DENISE PRUDENTE MARIA CECÍLIA SIQUEIRA VITORINO

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF, Membros Suplentes: DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA- Associação de Moradores da APA do Lago Paranoá, JOÃO BOSCO - Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA, representante da Administração Regional do Paranoá, SANDRA FURLAN RIBEIRO – Representante da Secretaria de Turismo – SETUR, LUIS DE OLIVEIRA GOMES NETO – representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. Convidados: ROGERIO NAPOLEÃO DE ARAÚJO – Administração Regional do Varjão. Após a verificação de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. O Secretário Executivo, Senhor Roberto Napoleão fez da leitura da ata da 11ª Reunião Ordinária do COGAP que, após passar por algumas correções, recebeu a aprovação dos conselheiros. O Secretário Executivo solicitou aos conselheiros o envio prévio de sugestões de assuntos a serem abordados nas Reuniões Ordinárias. Observou que alguns conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada não estão comparecendo as reuniões, argumentando que estes são os que mais levantam os problemas, e os expõem somente por meio de jornais, rádio, televisão e Ministério Público. E quando têm a oportunidade de expor e discutir junto ao fórum específico, não o fazem. A Senhora Tânia questionou sobre o zoneamento da APA do Paranoá. Ao que o Secretário Executivo respondeu que a Semarh está se organizando para dar continuidade ao trabalho em parceria com Ibama, Terracap e Comparques, bem como, o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Distrito Federal. Com relação ao ZEE, a Conselheira Dolores expôs que, no mês de maio do ano de 2000, entrou com uma representação no Ministério Público em nome da Prefeitura Comunitária do Lago Norte, o Fórum das Ong’s e Movimento Ecológico do Lago em função da agilização no processo do ZEE. Comentou ainda, que priorizam a discussão da revisão do PDOT, que poderia ser revisado daqui a dois anos, deixando de lado o ZEE do Distrito Federal, o que considera ser prioridade. Quanto à participação da comunidade nas reuniões do conselho, a conselheira argumentou que o fato do conselho ser consultivo e a comunidade não receber as respostas das ações que reclama, acaba afetando a credibilidade de alguns conselhos. Com isso, sugeriu que o conselho seja mais visível. Solicitou que se faça um site da Comparques onde constem todas as informações, inclusive o recebimento de sugestões de pauta, onde sejam priorizadas as atividades do conselho. Observou também, que alguns representantes da Sociedade Civil fizeram questão de integrar ao conselho, no entanto, se dão ao luxo de não contribuir. Informou que as Ong’s Gaya, UAL e AFAM vão ser substituídas pelo fórum das Ong’s. Observou que é dada a oportunidade nas reuniões do Conselho, onde se abre os canais de participação para discutir os problemas da comunidade para tentar solucioná-los e muitas vezes esse espaço não é utilizado como deveria, no sentido de buscar melhorias. O Conselheiro Francisco solicitou que conste nas atas das Reuniões do conselho, os telefones, site, e-mail e endereço, para melhor comunicação e divulgação do trabalho do conselho. A Conselheira Dolores argumentou que apesar da dificuldade que algumas Ong’s tem de se reunir, não deixam de participar de alguns fatos como: a criação do Parque Ecológico da Asa sul, que se concretizou por atuação de Ong’s e Sociedade Civil, o Parque das Garças e o Parque Vivencial do Lago Norte que contou com a contribuição de Ong’s, que mobilizou a comunidade a participar, apesar da cultura de que, voluntariado ainda não é compromisso remunerado. Observou que como voluntária, se sente compromissada com o meio ambiente, ressaltando que, toda vez que a sociedade se organiza e se mobiliza, há um retorno, e com isso haverá o interesse da comunidade em abraçar determinadas causas com compromissos e conquistas. Observou ainda, que há resultados excelentes de pequenas Ong’s que devem ser estimuladas. O Presidente respondeu que reconhece o trabalho das Ong’s, no entanto, precisam ser mais participativas, pois a medida em que se evolui, a cobrança também se torna maior. O Presidente passou ao item da pauta acerca das informações referentes ao PDOT. Informou que a Comparques está trabalhando efetivamente com a responsabilidade de salvar o que precisa ser salvo, principalmente no que se refere às Unidades de Conservação, desenvolvendo um trabalho em parceria com a SEMARH, SEAPA, MPDFT, EMATER E IBAMA. Observou que há muitas áreas no Distrito Federal, algumas do conhecimento de todos, que não têm nada a ver com chácaras e sim áreas urbanas, casas para festas e

moradias que estão em unidades de conservação. Fez referência ao caso do Parque do Guará, onde alguns deputados disseram que, quando o processo do PDOT chegar a Câmara Legislativa, irão usar algumas prerrogativas para que a situação permaneça como está. Com isso, reivindicou que todos defendam até a última instância para que essas áreas sejam preservadas e as unidades de conservação sejam respeitadas, para que possamos ter uma Brasília com mais qualidade de vida. Convidou os conselheiros para acompanharem as reuniões de fechamento das propostas de revisão do PDOT. A Conselheira Dolores informou que participou de uma reunião em Taguatinga, onde estavam presentes dois deputados da bancada do governo e relataram que, independente das discussões em relação ao PDOT, quando o projeto chegar a Câmara poderiam fazer alterações. Com isso, considera importante que cada um conscientize os deputados de sua bancada, de que a representatividade deles não é um “cheque em branco”. Acredita que deve-se dar atenção a esses casos que comprometem o processo democrático. A Senhora Tânia Capra perguntou ao Presidente se foi recebida a proposta de ADIN, a qual fez como cidadã citando todas as chácaras do Paranoá norte e todos os ribeirões, exigindo que se torne área de conservação. Solicitou também a nulidade de um artigo do Decreto que criou a APA do Lago Paranoá, que trata especificamente de zona de vida silvestre. Informou ainda, que foi criada a Gerencia Ambiental da Terracap e tem conhecimento de que os trabalhos da gerencia estão distribuídos entre geólogos, biólogos e sociólogos. Com isso, acredita que pode dar mais celeridade ao zoneamento da APA. O Conselheiro Francisco sugeriu uma reunião entre os conselhos e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, com o objetivo de divulgar o trabalho dos conselhos Gestores das APA’s e seus fundamentos legais, através do Deputado Augusto de Carvalho que preside a Comissão de Meio Ambiente, até mesmo para que a sociedade tome conhecimento da existência dos conselhos e suas finalidades. Solicitou ainda, que sejam resolvidas as questões dos conselheiros faltosos, até mesmo porque há outras instituições interessadas em fazer parte dos conselhos. O Presidente observou que será providenciada a reunião com a presença dos representante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, o que será informado posteriormente aos Conselheiros. Passou ao próximo item da pauta, que tratou sobre a substituição das instituições faltosas a quais deverão ser substituídas: UNB, UAL, AFAM, GAYA, MEL, Associação de Moradores do Lago Sul, Fibra, Fecomercio e Sinepe são as instituições apontadas para substituição por falta de representatividade nas Reuniões Ordinárias. O Conselheiro Francisco sugeriu que se faça a substituição pelo mapa de frequência. O Secretário Executivo sugeriu a solicitação ao órgão que rege as entidades para indicar pessoas que participem efetivamente e tenham atuação na APA, tendo em vista o cuidado de não substituir uma instituição particular por uma pública ou vice e versa para que não comprometa a paridade. O Secretário Executivo observou que serão substituídas as instituições que não se fizeram representar, conforme o regimento. A Conselheira Dolores sugeriu que se consulte o Regimento Interno para que possa ser seguido o ritual legal de substituição. Lembrou, que as instituições foram escolhidas com a representatividade na bacia do Lago Paranoá. Sugeriu fazer uma correspondência informando que se trata do segmento daquela entidade e não da pessoa. O Conselheiro Francisco observou que ao fazer o ofício, deixar claro que se lamenta a exclusão da Federação por ausência, e mesmo assim, solicitar a indicação de um dos sindicatos componentes dessa federação para fazer parte do Conselho. O Secretário Executivo observou que o interessante seria contar com a Associação Comercial do Lago Norte e do Lago Sul, que são as representações que estão inseridas na APA. Com isso, sugeriu que o conselho indique as entidades que queiram participar efetivamente do conselho. Observou ainda que o Regimento Interno foi aprovado pelos Conselheiros, onde consta que ,mais de três faltas consecutivas ou seis alternadas, serão substituídos. Passou-se ao item da pauta que constou sobre as informações do Plano de Manejo do Parque Copaibas e compensação ambiental no Pontão do Lago Sul. Ao que o Secretário Executivo informou que pelo empreendimento deve ser pago a compensação ambiental com base no Decreto 14783/1993 e sobre a compensação ambiental do SNUC, Lei n.º9985/2000. Informou ainda, que na licença de instalação do Pontão, ficou prevista a elaboração do plano de manejo do Parque das Copaibas e da ARIE do Bosque. Informou também, que já obteve a resposta da empresa que foi contratada para elaborar o plano de manejo do Parque das copaibas. E já esta sendo elaborado o termo de referencia para que a empreendedora do pontão contrate a elaboração do plano de manejo da ARIE. A Senhora Tânia Capra informou que foi solicitado pela Sucar, a reativação da COMDEMA do Paranoá, onde foi feita uma eleição para proceder a reativação, que foi realizada com muito êxito. Observou também, que está realizando a eleição do Conselho Local de Planejamento para que seja fechada a questão do PDOT. Solicitou informações sobre o Plano de Manejo do Parque Morro do Careca e sobre o cercamento do Parque Cachoeirinha, local onde os esportistas utilizam os campos de futebol. Ao que o Presidente informou que referente ao campo de futebol estarão disponíveis, até mesmo com mais estruturas para que possam usufruir com mais qualidade. Referente ao cercamento, informou que está sendo feita uma cerca provisória para evitar o acúmulo de lixo para posteriormente ser feito com alambrado. E quanto ao Parque Morro do Careca, informou que assim como todos os outros parques, haverá plano de manejo, no entanto, não está dentro das prioridades para o ano de 2006. O Conselheiro Francisco observou sobre a decisão do CONAM em relação ao Parque do Guará sobre a desocupação da área. A Conselheira Dolores perguntou a Conselheira Tânia Capra se a COMDEMA já está implantada do Paranoá. A Conselheira Tânia informou que a COMDEMA já havia sido implantada e estaria em fase de reativação. O Presidente solicitou esclarecimentos ao Conselheiro João Bosco, sobre a ampliação da equipe da área ambiental e a implantação da Gerencia de Meio Ambiente. Ao que o Conselheiro João Bosco respondeu que está sendo implantada uma Gerencia multifuncional com uma equipe de pessoas concursadas, composta por Biólogos, Sociólogos, Geólogos, Agrônomos e Engenheiros Florestais entre outros, com um currículo que contribuirá bastante para o bom andamento dos trabalhos. O Presidente observou que a

Terracap é uma grande parceira no sentido de evitar o parcelamento em áreas ambientais, com isso se demonstrou satisfeito com a informação do Conselheiro. O Secretário Executivo questionou ao Conselheiro João Bosco sobre o zoneamento da APA do Lago Paranoá e solicitou ao conselheiro enviar informações para ao apresentar na próxima Reunião Ordinária. O conselheiro respondeu que irá encaminhar a solicitada informação a Comparques previamente a reunião. O Secretário Executivo fez a leitura do artigo VI do Regimento Interno onde consta o seguinte texto: “ Perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer injustificadamente a três sessões consecutivas ou seis alternadas.” O Senhor Luis Neto que representou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, sugeriu uma consulta jurídica ou técnica, o que não foi aceita pela maior parte dos conselheiros. A conselheira Dolores sugeriu oficial as instituições dando um prazo até a próxima Reunião Ordinária, para que essas se manifestem. A Conselheira Carmem argumentou que está havendo uma protelação desnecessária, pois o assunto já foi pautado em várias reuniões sem que se consiga chegar a uma solução. O Secretário Executivo observou que o objetivo do conselho é de que se tenha mais representatividade da sociedade civil no âmbito da APA. O Presidente informou que será feito o contato com todas as entidades para que ninguém se considere desprestigiado ou prejudicado. E trará para a próxima reunião a definição da questão. Nada mais havendo a declarar, o Presidente do Conselho Enio Dutra, deu por encerrada a reunião, da qual, Eu Roberto Napoleão Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 15 de junho de 2005. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO SANDRA FURLAN RIBEIRO CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO LUIS OLIVEIRA GOMES NETO ROGÉRIO NAPOLEÃO DE ARAÚJO JOÃO BOSCO SOARES FRANCISCO ALVES RIBEIRO DOLORES CORNÉLIA PIERSON TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA SOARES DE OLIVEIRA

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO PARANOÁ

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, sito o Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 04 lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, sob a presidência do Senhor ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Presidente do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: RICARDO BASEGGIO FILHO, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, ANAJULIA ELEZABETE HERINGER SALLES – Jardim Botânico de Brasília – JBB, CULÚLIA MARIA RODRIGUES DE FREITAS MAURY – Movimento Ecológico do Lago – MEL, MARIA JÚLIA MARTINS SILVA – Universidade de Brasília – UNB, DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA – Associação De Moradores situada na APA do Lago Paranoá, VERA LÚCIA BRAUN GALVÃO – Associação de Moradores situada na APA do Lago Paranoá, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, FRANCISCO ALVES RIBEIRO – Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF, Membros Suplentes: JOÃO BOSCO SOARES – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, MARIA TEREZINHA NUNES RAW, Movimento Ecológico do Lago – MEL, ARNALDO SÓTER BRAGA CARDOSO – Federação do Comércio – FECOMÉRCIO, TANIA AMARAL CAPRA BRANDÃO MAIA, representante da Administração Regional do Paranoá. Convidados: BEATRIZ AGOSTINI – Representante da Patrulha Ecológica de Brasília, LUIS DE OLIVEIRA GOMES NETO – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, VINIRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA - Representante da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP. Após a verificação de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta sessão. O Secretário executivo, Senhor Roberto Napoleão fez a leitura da ata da 12ª Reunião Ordinária do COGAP, que após passar por algumas correções recebeu a aprovação dos conselheiros. O Secretário Executivo lembrou que cabe a cada conselheiro honrar a sua representatividade, eficiência e transparência quanto às ações das discussões nas reuniões do conselho, bem como, as sugestões de assuntos a serem pautados para discussão. Com isso, observou que jamais recebera de algum conselheiro, qualquer telefonema para indicar uma proposta de assunto para a pauta, apesar de enviarmos junto com a convocação para as reuniões os telefones de contato e endereço de e-mail da Secretaria Executiva do COGAP. Em relação as audiências, a Conselheira Anajúlia argumentou que estas devem ser analisadas, segundo o regimento, a exclusão do conselheiro que não justificar a sua ausência. O Conselheiro Francisco sugeriu que a justificativa seja grafada pelo conselheiro e enviada a Secretaria Executiva do conselho. Sugeriu ainda, a emissão de certificado de comparecimento ao conselheiro, quando for o caso de necessidade de apresentação deste no seu trabalho. Ao que o Conselheiro Manoel sugeriu, solicitar a secretaria executiva cópia da lista de assinaturas, quando for o caso. O Conselheiro Manoel fez a leitura do texto referente a Lei 11.132 de 04 de julho de 2005, que trata da inserção do artigo na legislação do SNUC, que auxiliará em discussões do conselho com relação a empreendimentos. O Presidente informou aos conselheiros que a reunião conjunta que foi solicitada na 11ª Reunião Ordinária do COGAP, com a presença da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, COGAMA, Conselho da APA do Planalto Central e Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado, já havia sido marcada para o dia 10 de agosto a 9:30h, o que seria enviado posteriormente o ofício com as informações complementares. Com isso solicitou aos conselheiros que compareçam no dia da reunião, dada à importância da integração dos conselhos, principalmente com a presença dos representantes da Comissão de

Meio Ambiente da Câmara Legislativa, que age no sentido de reafirmar o discurso de defesa ao meio ambiente, principalmente, neste momento, da revisão do PDOT, que se faz oportuno, para que haja essa integração. Passou-se ao assunto referente aos conselheiros faltosos. Com a palavra, o Secretário Executivo solicitou a opinião de cada conselheiro referente à substituição dos conselheiros faltosos, considerando cada caso. A Conselheira Maria Júlia levantou a dúvida referente à substituição da instituição ou de seu representante. O Secretário Executivo fez a leitura do Art. 4º do Regimento Interno, onde consta que serão substituídos os conselheiros que tiverem três faltas consecutivas ou seis alternadas e argumentou que algumas instituições, talvez, não estejam a par da ausência de seus representantes. Ao que o Conselheiro Arnaldo observou que a instituição deve ser comunicada previamente, e após resposta da mesma tomar a decisão referente à substituição do conselheiro faltoso. O Conselheiro Manoel observou que deve haver o comunicado para as instituições e caso não haja resposta, deve-se proceder à substituição da instituição. O Secretário Executivo observou que o objetivo do conselho é de que as reuniões sejam feitas com o máximo de representatividade e principalmente, que seja obedecido o regimento interno. A Conselheira Dolores apresentou a Senhora Beatriz Agostini, Presidente da Associação da Patrulha Ecológica, a qual irá substituir uma das Ongs faltosas. O Conselheiro Manoel solicitou que o início do horário das reuniões seja às 14h, com 30 minutos de início, realizar a leitura da ata, bem como o envio prévio do documento para leitura, a fim de que se ganhe tempo na sua correção, o que foi acatado pelos conselheiros presentes. Passou-se para o item da pauta referente às informações sobre o zoneamento Ecológico Econômico da APA do Paranoá. Ao que o Conselheiro João Bosco se manifestou e anunciou a presença do Senhor Alan Vinircio, responsável pela execução do projeto de Zoneamento Ecológico Econômico da APA do Paranoá . O Conselheiro informou também que o contrato de ZEE sofreu um aditamento por motivo de dificuldade na formação da comissão de julgamento das etapas, que foi atribuída à Semarh, o que dificultou a análise e julgamento. O Senhor Alan informou que foi contratada uma empresa técnica, por meio da tomada de preço nº 03/2003, com base no Termo de Referência emitido pela própria Semarh que, no item 12 – supervisão consta o texto: “O acompanhamento, avaliação e recebimento do trabalho contratado serão realizados pela comissão técnica, constituídos por cinco técnicos da Semarh, a ser designada por ato constitutivo do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos”. Com isso informou que o Secretário, à época, indicou os técnicos, no entanto, o coordenador da equipe entendeu que o trabalho não poderia ser analisado somente pelos técnicos da Semarh, argumentando que necessitaria também da participação da CAESB e NOVACAP, ou seja, uma equipe interinstitucional. O Senhor Alan informou também que a Terracap discordou baseado do texto do segundo parágrafo do Termo de Referência onde consta o texto: “As audiências públicas, os seminários e os workshops que porventura venham a ocorrer, em função dos trabalhos relativos ao zoneamento em pauta, serão oficialmente designadas das seguintes instituições: RA I, RA XVI, RA XVIII, UNB, 5ª Procuradoria do Distrito Federal, TERRACAP, CAESB, CEB, NOVACAP E SEDUH”. Informou ainda que na ocasião da audiência pública, será concedida a oportunidade para que a comunidade se manifeste e contribua com o projeto. Explicou que o projeto é composto por cinco produtos a serem executados e entregues pela empresa contratada. São eles: Produto I - Relatório de andamento; Produto II - Inventário Ambiental; Produto III – Diagnóstico Ambiental e Pré Zoneamento (1ª Audiência Pública); Produto IV – Zoneamento Ambiental e normatização (2ª audiência pública); Produto V – Zoneamento e normatização – Versão final. Informou que já foi entregue o primeiro produto – Relatório de Andamento, que conforme Termo de Referência estabelece o prazo para entrega de 30 dias após a expedição da ordem de serviço. Informou que o primeiro produto entregue não foi analisado, pois a comissão indicada pela Semarh não se dispôs a fazer a referida análise. A Senhora Tânia Capra observou que sempre representou os interesses das entidades e moradores do Lago Norte, porém, no momento, estaria representando os interesses dos moradores do Paranoá. Com isso comentou sobre as invasões que ocupam a área do Bairro Taquari e vão até o Paranoá, indagando que o estado se omite a essa situação. Observou que há no local, áreas rurais remanescentes de seis córregos existentes na área, com risco de parcelamento. E como moradora do Lago Norte, defende que as áreas sejam ocupadas de forma regular, principalmente para que seja concretizado o Zoneamento Ambiental da APA do Lago Paranoá, que dará subsídios para que ocorra a regularidade das ocupações dentro da Lei. Solicitou ainda providências da Semarh, com relação a ocupação irregular do Bairro Itapuã, informando que o mesmo não possui licenciamento ambiental. O Conselheiro Manoel respondeu a indagação da Senhora Tânia Capra, quando informou que houve uma mobilização do Estado, com o apoio da Terracap e da comunidade, na implantação de placas na área do Setor Habitacional Taquari. Informou ainda, que referente à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Zoneamento Ambiental, não há necessidade de ser composta de muitos membros, pois esta irá apenas conduzir o processo de elaboração de zoneamento ambiental. Argumentou que a comissão de elaboração do zoneamento ambiental estará aberta para convidar, a qualquer tempo, a sociedade para participar do processo. Bem como, a ação poderá partir da sociedade, que poderá pleitear reuniões junto à comissão e solicitar informações. Questionou aos representantes da Terracap sobre o ofício que solicitou ao Ibama a indicação de dois representantes para acompanhar o processo de Zoneamento Ambiental da APA, para a qual, foi um dos indicados. Observou que na 2ª Reunião Extraordinária da APA Gama e Cabeça de Veado, que contou com a presença do Secretário da Semarh, percebeu seu interesse em dar continuidade ao processo de Zoneamento Ambiental da APA. Em resposta ao Conselheiro Manoel, o Senhor Alan informou que o ofício enviado ao Ibama que solicita a participação do Técnico, só será necessária a atuação de seu representante, de acordo com o Termo de Referência, a partir da implementação do terceiro produto, onde entram as audiências e os Workshops. O Presidente solicitou a Secretaria Executiva do Conselho que oficie a Semarh, para solicitar informações referentes à não

participação da comissão indicada no acompanhamento do trabalho de Zoneamento Ambiental, argumentando que é importante que haja um acompanhamento para se obter o resultado esperado. Com isso, questionou ao Senhor Alan da possibilidade de ser formada uma comissão com menor número de membros para se obter maior eficiência nos trabalhos. Ao que o Senhor Alan respondeu que é preciso cumprir o termo de Referencia. O Secretário Executivo expôs que está vivenciando a experiência referente ao plano de manejo da Arie JK, com a participação da Comparques, Ibama, Semarh e o DER, que é o empreendedor do projeto da via de ligação entre Ceilandia e Samambaia, representados por técnicos que são veemente capazes de executar a avaliação e o acompanhamento do projeto. O Conselheiro Manoel sugeriu convidar o Secretário da Semarh para uma reunião com os conselheiros para esclarecer a questão sobre a indicação dos técnicos. O Senhor Alan observou que o projeto não pode ser alterado, pois já foi estabelecido um acordo, com a assinatura de um contrato com a Empresa licitada, o que virou Lei e deve ser cumprido. Argumentou ainda, que a Semarh indicou uma equipe que não comparece quando convocada. O Conselheiro Francisco propôs que o Conselho se reporte a Semarh com a cópia da presente ata para solicitar a integração de conselheiros interessados em acompanhar e participar do trabalho da comissão. O Conselheiro Manoel observou que a elaboração do Zoneamento Ambiental e Plano de Manejo difere do momento em que se organiza uma comissão de avaliação e acompanhamento do zoneamento ambiental representada por integrantes do Poder público, com a atribuição de acompanhar o trabalho dos técnicos indicados. Ao que o Senhor Alan esclareceu que o processo de zoneamento deve passar pelo conselho para aprovação, onde todos terão a oportunidade de opinar. A Conselheira Dolores sugeriu que a Semarh seja oficiada para solicitar a agilização no andamento da questão, já que o atual Secretário tem boa vontade em resolver as questões relativas ao meio ambiente. Ao que o Senhor Alan respondeu que a Terracap já enviou vários ofícios, onde foi indicado por duas vezes e por dois secretários diferentes a mesma equipe. O Senhor Luis Gomes, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico observou que provavelmente o Secretário Antonio Gomes não tomou conhecimento da desse fato, caso contrário, já teria tomado as devidas providências. O Presidente se comprometeu a entrar em contato com o Secretário Antonio Gomes para levar o assunto ao seu conhecimento, observando que o mais complexo, que seria a contratação da empresa, já foi feito, o acompanhamento do produto é apenas uma questão de boa vontade. O qual o conselheiro solicitou aos representantes da Terracap o encaminhamento por e-mail digital, do Termo de Referencia, para conhecimento. O Conselheiro João Bosco informou que a Presidente da Terracap, Senhora Maria Júlia já estaria fazendo contato com o Secretário para ultimar providências. Com isso, sugeriu passar ao próximo assunto da pauta. O Secretário Executivo fez a leitura do Decreto 23.156 de 09 de agosto de 2002 que cria o Conselho Gestor, o Grupo Coordenador de Manejo, o seguinte texto: “O Conselho Gestor coordenará a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico e o Plano de Manejo da APA do Paranoá, que será realizado no prazo de um ano, mediante convênio a ser celebrado entre o Distrito Federal, Fundação Universidade de Brasília, uma instituição particular de ensino, com a participação da Semarh, Jardim Botânico de Brasília, CAESB, CEB, TERRACAP e SEDUH. A Conselheira Maria Júlia observou que nunca fora informada sobre a participação da UNB, na execução do Plano de Manejo. O Secretário Executivo informou que o Plano de Manejo é o documento mais importante para a Gestão da unidade de conservação. Ao que a Conselheira questionou que se o a atribuição de gerenciar o Zoneamento Ecológico Econômico do Paranoá, seria do Conselho Gestor, porque estaria sob a responsabilidade da Terracap. O Secretario Executivo esclareceu que o Conselho ainda não havia sido constituído na época em que se iniciou o processo, bem como, a Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, ainda não havia sido criada. Com isso, informou que o Processo foi enviado à Terracap por meio de Termo de Ajustamento de Conduta. Passou-se ao item referente a duplicação da Pista da DF 005 entre o Varjão e o Paranoá. O Presidente informou que o Senhor Roberto Napoleão, técnico da comparques já estaria analisando o processo da duplicação da ponte, que tem uma extensão de 18 km,a partir da ponte do ribeirão do Torto. O Secretário Executivo informou que o processo está previsto para ser executado em duas etapas, sendo que na primeira será construído 10 km. Informou também que o processo precisou ser retornado ao IBAMA, para aprovação do Relatório de Controle Ambiental – RCA, e posteriormente retornará à Comparques e ao Conselho, respectivamente. A Senhora Tânia questionou sobre a informação que obteve do Presidente do DER, sobre o processo de licitação da pista DF 005. Ao que o Secretário Executivo informou que já foi licitado e o estudo entregue ao IBAMA, para análise com retorno previsto para o final do mês de julho de 2005. O Conselheiro Francisco questionou se a duplicação se estenderá também a ponte sobre o córrego. Ao que o Secretário Executivo respondeu que no próprio requerimento de licenciamento da duplicação, já constam a construção e edificação de duas pontes e mais uma que ainda não consta no processo. São elas: Ponte do Tamanduá, Ponte Córrego do Urubu e a Ponte do Ribeirão do Torto. A conselheira Dolores questionou sobre a posição da Ponte do Bragueto dentro do processo, argumentando que a sua construção foi realizada há muitos anos, no entanto há a preocupação em relação ao impacto que causará com o seu adensamento. O Secretário Executivo informou que o assunto não engloba o processo em pauta, mas poderá ser abordado no momento da execução do EIA/RIMA do Bairro Taquari que prevê todos esses acessos. Informou ainda, que a conselheira poderá solicitar a Terracap a verificação junto ao DER, sobre o estado de conservação da ponte. O Conselheiro Francisco observou que há uma interação da Secretária de Obras relativa à manutenção de pontes, onde sugeriu que o conselho encaminhe ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, uma solicitação de manutenção de pontes, o que considera ser uma questão de ordem social. Ao que a Conselheira Carmem informou que dependendo da área de localização a responsabilidade seria do DER. A Conselheira Vera solicitou que o COGAP solicite um técnico da Terracap para proceder

a apresentação do projeto que está sendo desenvolvido para o Setor Habitacional Dom Bosco, tendo em vista a revisão do PDOT e as condicionantes ambientais, no sentido de serem prestados esclarecimentos a comunidade e aos membros do conselho, quanto ao projeto que prevê o aumento do adensamento populacional no Lago Sul, sobretudo, em área ambiental sensível, bem como, o apoio dos conselheiros com referência a sua solicitação. A Conselheira solicitou ainda a verificação do licenciamento ambiental que foi feita antes da criação do Conselho Gestor para observar, se o mesmo, não necessitaria de uma revisão. O Conselheiro João Bosco observou que o processo do Bairro Dom Bosco não é novo, se iniciou por volta de 1997, em função da regularização das ocupações que já existiam em relação ao ordenamento urbano, onde foi feito um estudo de bairros inclusive a área do Jardim Botânico de Brasília e outros, como forma de incluir dentro da Lei 6667. Observou também que a Terracap sempre atua cumprindo todo o ritual em consultas e licenças, dentro do que prescreve a Lei. Quanto à solicitação da Conselheira Vera, o Conselheiro João Bosco argumentou que seria mais prático proceder ao atendimento em nível de Conselho argumentando que serão oferecidas as informações à comunidade no momento da audiência pública. Ao que o Presidente sugeriu que sejam apresentadas as informações ao conselho, porém com uma pequena representação da comunidade para assistir a apresentação da Terracap. O Conselheiro Manoel questionou ao Conselheiro João Bosco sobre a concessão da Licença prévia e do Licenciamento Ambiental do Bairro Dom Bosco. O Conselheiro João Bosco informou que as licenças têm data de validade e provavelmente o documento já está vencido, pelo fato do processo ser antigo. O Conselheiro Manoel observou que por se tratar de processo público, qualquer morador poderá ter acesso ao mesmo. Com isso sugeriu que o assunto, seja a principio, abordado dentro do Conselho e, caso necessário, realizada uma audiência pública. Nada mais havendo a declarar, o Presidente do Conselho Enio Dutra, deu por encerrada a reunião, da qual, Eu Roberto Napoleão Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da APA do Lago Paranoá. Brasília, 13 de julho de 2005. ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA ROBERTO NAPOLEÃO DE ARAÚJO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES NETO CARMEM LÚCIA CORREA LOPES MACHADO VERA LUCIA BRAUN GALVÃO CILULIA MARIA MAURY ARNALDO SOTER BRAGA CARDOSO RICARDO BASEGGIO FILHO FRANCISCO ALVES RIBEIRO VINIRCIO ALAN SILVA OLIVEIRA TANIA AMARAL CAPRA ANAJULIA ELIZABETE BRANDÃO MAIA HERINGER SALLES BEATRIZ AGOSTINIJOÃO BOSCO SOARES MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO DOLORES CORNÉLIA PIERSON SOARES DE OLIVEIRA VINIRCIOALAN SILVA OLIVEIRA MARIA TEREZINHA NUNES RAW

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO
Ao primeiro dia do mês de Dezembro de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório da Administração Regional do Lago Sul – sito a SHIS QI 11, Área Especial 01, Lago Sul, Distrito Federal, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – COGAMA, sob a presidência do Secretário de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação e Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado, Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros: Membros Titulares: Alda Rabello Cunha – Fundação CEBRAC, Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Francisco de Assis da Silva – Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Guilherme de Almeida – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Marcelo Pereira da Silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Maria Aparecida Batista – Associação Comunitária da Candangolândia, Maria Iracema Gonzales – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mauro Vieira de Queiroz – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Mercedes Maria da Cunha Bustamante – Universidade de Brasília – UNB, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Valdson Gonçalves de Amorim – Procuradoria Geral do DF – PRG; Membros Suplentes: Arnaldo Sóter Braga Cardoso – Federação do Comércio do DF – FECOMERCIO, Gislaneide da Silva Souza Padilha – Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Ianaê Cassaro – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Ivone Borges Baracat – Instituto Vida Verde, Januária Chagas Villela Egreja – Instituto Jardim Botânico, Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Juvêncio Nascimento de Assis – Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, Manoel Alessandro de Araújo – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Valcir da Silva Neiva – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE. APROVAÇÃO DA ATA – Colocada em apreciação a Ata da 3ª Reunião Ordinária do COGAMA foram solicitadas às alterações que seguem. A Conselheira Jeanine solicitou que na linha 43 onde se lia: ainda não está disponível, leia-se: ainda não estar disponível; na linha 75 solicitou que constasse o motivo da necessidade de análise hierárquica das leis, passando a apresentar a seguinte redação: Conselheira Jeanine acredita ser necessário um parecer da assessoria jurídica que hierarquicamente indicará qual das leis é superior, pois no Decreto de 1986 consta que a área é Zona de Vida Silvestre; na linha 103 onde se lia: com representantes convidados pelo Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado, leia-se: com novos representantes convidados pelo Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado. Conselheiro Manoel Alessandro solicitou que na linha 32 onde se lia: 2ª Reunião Ordinária que se realizou dia 24/11, leia-se: 2ª Reunião Ordinária que se realizou dia 27/10; na linha 77

onde se lia: Área de Proteção Permanente leia-se: Área de Preservação Permanente. Conselheiro Valdson solicitou que na linha 114 constassem os nomes dos conselheiros que participaram da elaboração do relatório juntamente com a Conselheira Relatora. Permanecendo a redação a seguir: Desta forma foram convidados os seguintes conselheiros para auxiliarem no relato do presente processo juntamente com a Conselheira Relatora Maria Iracema Gonzales: Agostinho Novak da Rosa, Anthony Állison Brandão Santos, Francisco Alves Ribeiro, Guilherme de Almeida, Jeanine Maria Felfili Fagg, Marcelo Pereira da Silva e Valdson Gonçalves de Amorim. Com as alterações acima se aprovou a Ata. INFORMES – 1) Apresentação do Relatório Referente ao Processo que Trata da Análise de Redução da Poligonal do Parque Córrego da Onça – A Conselheira Relatora Maria Iracema apresentou ao Plenário o Relatório elaborado. Iniciando expôs que poderiam conter eventuais erros no relatório, pelo fato de não terem disposto de prazo considerável, solicitou as desculpas necessárias. Concluída a leitura a Conselheira Relatora passou a palavra ao Secretário-Executivo Álvaro Sérgio que abriu a discussão ao Plenário. A Conselheira Mônica questionou se a expansão dos 12 lotes estende-se além do limite da poligonal do Núcleo Rural Córrego da Onça. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio respondeu que se encontra além do que previu a primeira lei vetada pelo governador e sancionada posteriormente via Câmara. A Conselheira Mônica considerou que não apenas os 12 (doze) lotes propostos devem ser analisados, como também os que estão fora da Zona Tampão, porém dentro da Zona de Vida Silvestre, pois pode-se estar tratando de algo que em origem não poderia existir, conforme mostram trabalhos ora efetuados, ou seja, analisar-se não só a expansão como também o Núcleo Rural em sua totalidade. Conselheiro Arnaldo expressou voto de concordância à aprovação do Relatório com ressalva ao exposto pela Conselheira Mônica. Conselheiro Manoel Alessandro expôs duas situações passíveis de avaliação: 1) Votação do Relatório exposto, e 2) Regularização do Núcleo Rural Córrego da Onça, que necessita ser submetida ao Licenciamento Ambiental. Conselheiro Valdson esclareceu que a comissão analisadora se ateve a analisar a questão proposta, sendo as demais considerações bem vindas como sugestões, porém, não como voto, a fim de que seja dinamizado o proposto no processo. Conselheira Jeanine posicionou-se a favor de que a análise do Núcleo Rural em sua totalidade seja abordada no detalhamento do Plano de Manejo elaborado pelo Grupo Coordenador de Manejo a fim de maior coordenação das ações do Conselho; lembrou que cabe ao Governo Federal opinar quanto ao Licenciamento futuro das áreas citadas, pois as mesmas encontram-se dentro da APA do Planalto Central. Conselheiro Francisco Alves solicitou à Conselheira Mônica a elaboração de solicitação formal à Comparques, a fim de que seja revista área do Núcleo Rural Córrego da Onça. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio respondeu que foi subscrito, conforme solicitado. Conselheiro Marcelo esclareceu quanto à revisão da área do Núcleo Rural Córrego da Onça, que está sendo tratado na Secretaria de Agricultura com ênfase na regularização fundiária, sendo posteriormente regularizada de acordo com a Legislação Ambiental. O Secretário-Executivo Álvaro Sérgio solicitou manifestação dos demais membros quanto à aprovação do Relatório que foi aprovado por unanimidade, totalizando-se assim 22 votos. Tal contagem consta na presente Ata atendendo à formal solicitação do Conselheiro Francisco Alves Ribeiro. O Secretário Executivo Álvaro Sérgio passou a palavra aos requerentes do Contrato de Concessão de Uso para os 12 (doze) lotes citados, que se fizeram representar. Senhor Abílio, Presidente da Associação de Produtores Rurais do Núcleo Rural Córrego da Onça, observou que os 12 (doze) lotes não se sobrepõem ao Parque, pois constam no processo de criação do Núcleo Rural Córrego da Onça. Solicitou análise de toda a área pelos membros do Conselho Gestor, justificando que na área dos 12 (doze) lotes não existem nascentes, porém na área ocupada atualmente têm-se 14 nascentes, das quais várias sofreram danos que causaram sua secagem. Senhora Edilázia, expôs que os 12 (doze) lotes não foram criados no presente momento, e solicitou a reanálise da área. Conselheiro Valdson lembrou que a matéria foi votada e sacramentada, tornando as discussões desnecessárias. Acrescentou que o fato de nos 12 (doze) lotes citados não haverem nascentes não retira do local a sensibilidade ambiental, e concordou com a reanálise de toda a área. 2) Formação dos Grupos de Trabalho – O Secretário-Executivo Álvaro Sérgio expôs a sugestão da Conselheira Jeanine de que membros titulares e suplentes poderiam compor os Grupos de Trabalho. Posto em votação, por maioria simples foi aprovada a presença de membros titulares e suplentes nos Grupos de Trabalho com 21 votos e uma abstenção. Em sequência citou a composição do Grupo Coordenador de Manejo, que segue: SEMARH, Instituto Jardim Botânico, CAESB, IBGE, SEDUH, UNB, EMATER, Associação de Proprietários do Park Way, Fórum das ONGs do DF. Informou ser esta a composição final do grupo, restando à Secretaria Executiva apenas encaminhar os ofícios de indicação às respectivas entidades. Quanto ao Grupo de Articulação Institucional Para Projetos Sustentáveis foi recebida da Presidência do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado a proposta de composição que segue: SEMARH, Comparques, Instituto Jardim Botânico, SUCAR, UNB, Fórum das ONGs do DF, SINEPE, FUNPEB e CAESB. Conselheira Jeanine sugeriu que fosse acrescentado à relação o IBAMA, pelo fato de a APA estar sobreposta à APA do Planalto Central e do licenciamento ambiental necessitar do direcionamento do IBAMA. Conselheiro Francisco Alves propôs que fosse acrescida à relação a EMATER e o IBGE, justificando que estão ambos inseridos e em participação constante nas realizações do COGAMA. Com as sugestões apresentadas somaram-se 12 (doze) entidades, assim sendo a Conselheira Jeanine sugeriu ser subtraído da relação o SINEPE, tendo em vista que nenhum outro sindicato tem representação no presente grupo. Posto em votação, por maioria simples foi aprovada a subtração do SINEPE com 22 votos, apresentando-se assim a composição aprovada: SEMARH, COMPARQUES, Instituto Jardim Botânico, SUCAR, UNB, Fórum das ONGs do DF, FUNPEB, CAESB, IBAMA, EMATER e IBGE. Quanto ao Grupo de Educação Ambiental foi recebida da Presidência do Conselho Gestor da

Reserva da Biosfera do Cerrado a proposta de composição que segue: SEMARH, Comparques, DER, SUCAR, Fórum das ONGs do DF, SEBRAE, SINEPE e ADASA. Conselheiro Francisco Alves indicou o Sindicato Rural para compor o referido grupo. Conselheira Jeanine solicitou serem incluídos órgãos educacionais como a Secretaria de Educação, a UNB, EMATER a resultado da subtração do DER, por tratar-se de um grupo de educação ambiental. Conselheiro Francisco Alves informou que a SEMARH e a ADASA estão inseridas numa mesma composição e sugeriu a subtração de uma, por tratar-se da mesma instituição com duas representações. Conselheiro Juvêncio propôs a subtração da SUCAR pelo fato de a mesma fazer parte do Grupo de Articulação Institucional Para Projetos Sustentáveis. Conselheiro Marcelo solicitou a inclusão da Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO. Posto em votação a retirada do DER, SUCAR e ADASA, por maioria simples excluíram-se as instituições, o DER com 22 votos, SUCAR e ADASA ambas com 21 votos e uma abstenção. Por restarem 10 instituições, sendo o máximo nove, o Conselheiro Francisco Alves propôs a subtração da CAESB por esta fazer parte do operacional da SEMARH. Conselheira Mônica solicitou ao Senhor Márcio funcionário da CAESB, presente como visitante que esclarecesse como seria o trabalho da CAESB na educação ambiental. Senhor Márcio expôs que a CAESB tem trabalho na educação sanitária como também no saneamento rural, e solicitou que sua explanação soe como sugestão ao plenário, de forma a subsidiar a decisão. Conselheira Ianaê expôs que membros dos grupos poderão convidar instituições para participar dos trabalhos, podendo assim a CAESB participar como convidada. Posto em votação, por maioria simples foi subtraída a CAESB com 22 votos. Permanecendo a representação final do Grupo de Educação Ambiental como segue: SEMARH, Comparques, Sindicato Rural, EMATER, Fórum das ONGs do Distrito Federal, Secretaria de Educação, SINEPE , ACONURCO e SEBRAE. Conselheira Jeanine sugeriu que quando da solicitação de indicação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado às instituições, sejam solicitadas pessoas dinâmicas que possam interagir com os demais grupos a fim de que o Conselho desempenhe o papel que lhe foi atribuído. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio respondeu que irá sugerir ao Conselho Gestor da Reservas da Biosfera que juntamente aos ofícios constem cópias do Decreto e Regimento Interno para subsidiar na escolha dos indicados. 3) Assuntos Gerais – O Secretário-Executivo Álvaro Sérgio apresentou o Cronograma das reuniões ordinárias de 2005, e questionou quanto a possíveis alterações. Posto em votação, por maioria simples foi aprovado o Cronograma de 2005. Conselheiro Manoel Alessandro questionou quanto à compensação ambiental referente ao licenciamento ambiental da segunda pista do Aeroporto Internacional de Brasília. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio respondeu afirmando não possuir posição quanto ao questionamento e em oportuno informou que a requerimento da Comparques ao CONAMA será efetuado levantamento da posição em que se encontra o referido processo. Conselheira Ivone questionou quanto à forma de equacionamento das matérias em pauta, pelo fato de o Instituto Vida Verde possuir urgência na apresentação de assuntos, tais como a solicitação ao IBAMA através do COGAMA quanto à resposta da INFRAERO com relação à criação de uma Reserva Ecológica no Sítio Aeroportuário. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio respondeu que as matérias serão postas em plenário quando da apresentação pelos grupos coordenadores ou pontualmente, se de necessidade de entidades ou de governo, conforme previsto no Regimento Interno. O Secretário-Executivo Álvaro Sérgio apresentou ao Plenário 03 situações orçamentárias para conhecimento: 1) Recursos vindos junto ao orçamento da Comparques; 2) Recurso de Compensação Ambiental advindo de discussão suscitada da construção de via de continuidade na Terceira Ponte do Lago Sul; e 3) Recursos oriundos do GEF e Banco Mundial. Conselheira Jeanine informou que quanto aos recursos foi efetuado o estudo Subsídios ao Plano de Manejo onde foi abordado sistemicamente os problemas de cada área, e subsidiará as decisões dos grupos coordenadores. Conselheiro Francisco Alves solicitou à Comparques que quando das publicações relativas aos parques sejam, estas divulgadas aos conselheiros como também á população. Conselheiro Manoel Alessandro apresentou documento protocolado no IBAMA-DF que trata da solicitação de autorização para construção de residências no Park Way. Ao que o Secretário-Executivo Álvaro Sérgio informou que será constatado e encaminhado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Álvaro Sérgio Pinto, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado.Álvaro Sérgio Pinto Enio Dutra Fernandes da Silva Alda Rabelo Cunha Carlos Roberto Machado Vieira Francisco Alves Ribeiro Francisco de Assis da Silva Guilherme de Almeida Jeanine Maria Felfili Fagg Marcelo Pereira da Silva Maria Aparecida Batista Maria Iracema Gonzales Mauro Vieira de Queiroz Mercedes Maria da Cunha Bustamante Mônica Veríssimo dos Santos ValdsonGonçalves de Amorim Arnaldo Sóter Braga Cardoso Gislaneide da Silva Souza Padilha Ianaê Cassaro Januária Chagas Villela Igreja Jonas Alves da Silva Juvêncio Nascimento de Assis Manoel Alessandro de Araújo Valcir da Silva Neiva

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO

Aos trinta dias do mês de fevereiro de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lote 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: José Alberto

Beraldi Filho – Associação de Produtores do Núcleo Rural Vargem Bonita, Alda Rabello Cunha – Fundação CEBRAC, Anthony Állison Brandão Santos – Instituto Vida Verde, Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Marcelo Pereira da Silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Maria Aparecida Batista – Associação Comunitária da Candangolândia, Maria Iracema Gonzales – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mauro Vieira de Queiroz – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Paulo Brun Ferreira – Associação de Moradores da QI 17 – Lago Sul, Paulo Guimarães Júnior – Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, Paulo Sarkis Antônio – Federação das Indústrias do DF – FIBRA, Valdson Gonçalves de Amorim – Procuradoria Geral do DF – PRG; Membros Suplentes: Agustinho Novak Rosa – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Antônio Luitgards Moura – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Arnaldo Sóter Braga Cardoso – Federação do Comércio do DF – Fecomércio, Carolina Esteves da Cunha Lobo – Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, Gislaneide da Silva Souza Padilha – Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Januária Chagas Villela Egreja – Instituto Jardim Botânico, João Bosco Soares – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Juvêncio Nascimento de Assis – Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, Manoel Alessandro Machado de Araújo – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Maria do Carmo Sousa Cunha – Associação Comunitária da Candangolândia, Mitsuo Maezoe – Associação de Produtores do Núcleo Rural Vargem Bonita, Robertson Barbosa da Silva – Sindicato Rural, Sandra Regina de Oliveira David – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Zenildo Batista Leite – Federação das Indústrias do DF – FIBRA. Colocada em apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária do COGAMA, foram solicitadas algumas alterações, que depois de atendidas, recebeu a aprovação dos conselheiros. Passou-se ao primeiro item da pauta: apresentação do relatório do Processo n.º191.000.399/2000 que trata do Licenciamento do Parcelamento do Solo da Praça do Bosque da Candangolândia, que foi conduzido pela Conselheira Carolina, representante da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, a qual foi sorteada na 5ª Reunião Ordinária do Cogama e recebeu a atribuição de elaboração e apresentação do relatório do Processo. Com a palavra, a Conselheira Carolina, se desculpou pela falta de experiência e informou das dificuldades que teve ao elaborar o documento. Apresentou cópia do relatório aos conselheiros e prosseguiu com a leitura do parecer. O Conselheiro Manoel observou que no processo já constava uma comissão de análise do RIVI criada pelo IEMA que deu parecer favorável a aprovação. Questionou a possibilidade de haver alguma compensação ambiental para a APA ou para a área do Riacho Fundo. A Conselheira Jeanine observou que a medidas mitigadoras sejam listadas no relatório para que possam ser analisadas pelo conselho. Considerou que o documento apresentado estava incompleto, observando que o relatório foi feito individualmente sem a ajuda do grupo que se propôs a auxiliá-la. A Conselheira Carolina observou que não listou todas as medidas, por receio de que o documento ficasse muito extenso. E fez a leitura das medidas mitigadoras que estavam contidas em contidas em documentos inserido no processo. O Conselheiro Carlos observou que, para ter gerado uma pedido de licença, há a existência de um Projeto Urbanístico – URB, que é referente ao processo em questão, portanto, precisa-se tomar conhecimento do número da URB que gerou tal pedido de licença. Informou ainda, que no arquivo técnico da SEDUH constam informações referentes ao projeto que já foi elaborado e registrado, com isso, considerou que não justificaria o pedido de licença. Perguntou ao Conselheiro João Bosco da TERRACAP sobre o andamento da URB que deu origem ao processo em questão. O Conselheiro João Bosco informou buscará informações junto a Terracap para ser apresentada aos conselheiros e sugeriu que se retirasse o processo de pauta, uma vez que, necessita de informações adicionais. O Conselheiro Manoel sugeriu que se tenha um modelo próprio de relatório, para que possa ser construído o parecer. O Conselheiro Manoel sugeriu que todo processo ao chegar ao conselho passe por uma análise prévia da COMPARQUES, o que facilita a manifestação do colegiado. Observou ainda da importância da criação de um procedimento para a formatação do relatório, com parâmetros para construção de um relatório, contendo logomarca, numeração e outras informações necessárias. Discordou do Conselheiro João Bosco que sugeriu retirar o processo de pauta, alegando que o processo ficará parado por mais um mês. O Conselheiro Manoel sugeriu ainda que o processo continue com a Conselheira Carolina que anexará às informações obtidas da Terracap.A Conselheira Mônica observou que a Candangolândia necessita de área de lazer considerou ser importante que se observem as atuais condições da área para ser dada uma opinião O Conselheiro Francisco considerou que o relatório estaria incompleto e sugeriu que a relatora adicionasse as informações necessárias ao parecer e apresentá-lo na próxima reunião. O Presidente sugeriu que a relatora se reúna com as pessoas que dispuseram a contribuir para que se possa complementar o relatório. O Conselheiro Witgards observou que, nas medidas mitigadoras consta que nos condicionantes e reestruturações, o percentual de 2% destinado ao santuário de vida silvestre, sugeriu que as compensações ambientais sejam encaminhadas diretamente a Comparques, e não para uma unidade de conservação da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o Presidente informou da existência do Fundo Pro parques, que é justamente para receber os benefícios destinados às unidades de conservação. Solicitou a manifestação do grupo que irá auxiliar a Conselheira Carolina na elaboração do relatório... O conselheiro Manoel questionou quanto à criação da Câmara técnica conforme consta no decreto. Ao que o Presidente respondeu que já está sendo providenciada a sua criação. O Conselheiro Francisco observou da necessidade da criação da Câmara técnica, especialmente do Grupo de Planejamento e Articulação Institucional, pois acredita que facilitará na execução dos trabalhos do Conselho. O

Conselheiro Paulo questionou qual seria o critério a ser adotado para a aprovação do relatório apresentado, se voto em separado ou em conjunto. O presidente esclareceu que a relatora ouvirá as sugestões do grupo para refazê-lo e apresentá-lo ao conselho. O Conselheiro Francisco perguntou a relatora Caroline se estava de acordo com as indagações dos conselheiros de forma que aceitasse a contribuição dos mesmos. Ao que a conselheira Caroline respondeu que acataria, mesmo porque, estava cheia de dúvidas que estão sendo esclarecidas. O Conselheiro Franciso sugeriu que o grupo de auxilio a relatora se fizesse uma visita ao local para que possa ter uma idéia. O Presidente considerou a proposta do conselheiro válida e propôs marcar o dia e o horário. A Conselheira Gislaneide sugeriu a indicação da Dra. Maria José para acompanhar a visita. O grupo foi composto pelos conselheiros A na elaboração do documento. Interessado: Terracap; solicita licença prévia para propor o parcelamento, sendo encaminhado à Comparques em Julho de 2004 e submetido à apreciação do Cogama. O Conselheiro Carlos Roberto solicitou maior esclarecimento quanto ao processo, pois o PDL de 1998 estabeleceu o projeto urbanístico na região da Praça do Bosque, existe a URB n.º 111/89 de parcelamento anterior ao PDL, que estabelece quatro lotes no local e posteriormente foram efetuadas duas URBs ambas registradas, assim sendo, o licenciamento já deveria ter sido efetuado. Ao que o Secretário Executivo respondeu que se aconteceu como colocado, a situação é mais complicada, pois não foi ouvida a unidade responsável e a Semarh não cedeu a Licença Prévia. O Conselheiro Anthony Brandão expôs que o esclarecimento solicitado, assim como as dúvidas que podem surgir, condiz com a função do relator juntamente com o grupo a ser formado para a análise e manifestação no processo. A conselheira Jeanine Felfilli questionou quanto à situação do parcelamento no PDL – Plano Diretor Local. Ao que o conselheiro Carlos Roberto respondeu que o parcelamento é um projeto especial citado no Artigo 70 do PDL. Passou-se ao sorteio para designação do relator, onde a contemplada foi a Fundação Pólo Ecológico de Brasília, que ficou com a tarefa de analisar o processo e relatá-lo na próxima Reunião Ordinária. Seguiu-se a cessão, abordando o segundo item da pauta, que constou sobre a Apresentação do Orçamento da Secretaria que envolve as Unidades de Conservação da APA das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – O Secretário Executivo expôs aos conselheiros o orçamento destinado à APA Gama e Cabeça de Veado para 2005, informando que, esperava-se ser recebido via orçamento de estado. No entanto, a disponibilização do referido recurso encontra-se sob análise, em função da aprovação do TAC – Termo de Ajuste de Conduta, referente à via de ligação entre a Ponte JK/EPDB e a DF 001, estando este aguardando o posicionamento da Procuradoria do DF. O conselheiro Anthony Brandão esclareceu que estiveram três meses em negociações: Novacap, Comparques, Ministério Público, Secretaria de Obras e Procuradoria do DF para elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta, referente aos requisitos para recuperação da compensação das obras. Em decisão unilateral, a Procuradoria do DF aconselhou à Novacap e Secretaria de Obras de que a recuperação das áreas ficasse a cargo da Novacap e o pagamento da compensação à Secretaria de Obras. A Procuradoria do DF posicionou-se favorável à não assinatura do TAC e recomendou à Secretaria de Obras, à Comparques e a Novacap que agissem de igual modo. Isto posto, sugeriu ao Conselho a elaboração de recomendação à Procuradoria para que seja aberta uma mesa de discussão a fim de reavaliar a decisão, ora tomada. O conselheiro Valdson informou que as razões da Procuradoria Geral do DF orçar o TAC são as seguintes: 1) Estando as questões judicializadas, cabe ao judiciário decidir quanto à legalidade como também a compensação; e 2) O GDF ganhou autorização para a continuação das obras, visto que as terminaram, e dentro desse panorama o que se espera é que seja aguardado o final do processo. Ao que o Conselheiro Anthony Brandão respondeu que estando à questão judicializada o mais óbvio seria esperar o término do processo. Porém, levando em consideração o interesse dos vários órgãos do DF em solucionar, através do acordo entre as partes, concordou com o Senhor Procurador Geral, juntamente com o grupo técnico formado no conselho para verificar a possibilidade da transação do TAC, dentro dos autos da ação civil pública. O conselheiro Francisco propôs ao Conselho que se apresente ao Senhor Procurador e o informe da decisão tomada em assembléia e requeira a inserção para participação nas decisões do TAC. Foi colocada em votação à proposta dos Conselheiros Francisco e Anthony Brandão, de que se encaminhe à PRG solicitação para que seja novamente revista e discutida a situação do TAC. Foi aprovada por 21 votos a um. O Conselheiro Anthony Brandão perguntou quais as demais fontes orçamentárias de que se dispõe para o ano de 2005. Ao que o Secretário Executivo respondeu que dispõe dos recursos do Projeto GEF do Banco Mundial e recursos oriundos de compensações ambientais relativos aos processos que serão submetidos à análise no corrente ano. Seguiu-se com o terceiro item da pauta: Apresentação do Mapa dos Conselhos Gestores das Zonas de Gestão Ambiental – O Secretário Executivo informou ao plenário que o projeto existe em função da Lei Complementar 265/99, que dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplos, que regulamenta os parques do Distrito Federal e exige que cada parque tenha 01 (um) conselho gestor, o que é logisticamente inviável, sendo assim, foi proposta a criação de 11 Zonas de Gestão Ambiental no DF formando assim 11 conselhos gestores. Acrescentou ainda, que o mapa será encaminhado a todos via e-mail. O Conselheiro Francisco questionou sobre a divulgação das ações do Conselho. O Secretário Executivo informou que a divulgação das ações do COGAMA, bem como da Comparques, é efetuada através de publicações no Diário oficial da União. Informou ainda, que foram recebidos recursos para a publicação dos anais de 2004, como também o Relatório da Comparques que se encontra em fase de produção pela Subsecretaria de Planejamento, Controle e Avaliação sendo ambos publicados no mês de Março. Foi sugerido por alguns conselheiros a criação de Grupos de Trabalho para o acompanhamento das compensações ambientais de empreendimentos licenciados dentro da área da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o conselheiro Manoel Alessandro expôs, que o grupo seria interessante também, para o acesso às licenças ambientais, e com as publicações dos anais vem a ser uma fonte de informação

para a comunidade. Posta em votação a referida solicitação, foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Jeanine Felfille questionou se caberia ao presente grupo a atribuição de identificar as empresas que fazem uso dos recursos naturais da APA e com base no SNUC, bem como, procurar elaborar proposta de compensação ou contribuição em bases regulares para a gestão da APA. A proposição da Conselheira Jeanine foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Jeanine Felfille questionou quanto à manutenção da APA, pois como moradora do Park Way, não tem percebido a vigilância ambiental presente, tendo sido ensaiada articulação com a Polícia Florestal para efetuar rondas no local surgiu o problema de falta de viaturas. Informou ainda, que a Semarh possui viaturas que poderiam ser utilizadas para as rondas, assim sendo, fez sugestão de articulação com a Semarh para disponibilização das viaturas ou de fiscais que possam efetuar a fiscalização. Ao que o Secretário Executivo respondeu informando que Polícia Ambiental recebeu recentemente viaturas novas para a execução dos trabalhos, informou também, que a Comparques está munindo os agentes do SIV-ÁGUA com rádios, para o melhor monitoramento. Isto posto, informou do funcionamento de um posto da Polícia Florestal dentro da Comparques em período contínuo de oito horas de trabalho, facilitando assim a atuação imediata quando solicitada. Informou também, que a Semarh encontra-se em processo de reformulação do TAC junto à Infraero e que o recurso a receber está pré-determinado à APA Gama e Cabeça de Veado.O Conselheiro Anthony Brandão expôs que, com a informação da existência de um projeto de planos de ronda e de novas viaturas pode-se ser feita uma recomendação à Polícia Ambiental para definição formal de parceria no projeto de rondas da APA. Acrescentou ainda que, quanto a compensação ambiental da Infraero, prevista no processo de ação civil pública, está reservado parte do recurso para o Zoneamento da APA Gama e Cabeça de Veado, sendo que a APA já nasceu zoneada. Solicitou ao representante da Semarh efetuar levantamento e expor na próxima reunião ordinária. O Conselheiro Manoel Alessandro propôs que fosse solicitada à Semarh a reavaliação de todo o Termo de Ajustamento Conduta com a Infraero. Posta em votação à proposição do Conselheiro Manoel Alessandro foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Jeanine Felfilli expôs proposta de ações emergenciais a serem executadas pelo Cogama e Comparques. São elas: 1) Encaminhar os pontos de conflito entre o PDOT e a legislação da APA e o código florestal; e sugestões para dirimi-los na revisão do PDOT. Os dados que estão em conflito fazem parte do trabalho, Subsídios ao Zoneamento, restando apenas encaminhar o trabalho elaborado aos órgãos competentes; 2) Acompanhamento da elaboração do PDL do Park Way e do Lago Sul; e elaboração das poligonais do Park Way; 3) Estabelecer comunicação com os gestores da APA do Planalto Central, o grupo de Zoneamento da RIDE, da Reserva da Biosfera do Cerrado para compatibilizar zoneamentos e diretrizes para manejo e conservação e estabelecimento de corredores ecológicos; 4) Articular com as Administrações Regionais todas as solicitações de parcelamento de lotes ao longo dos córregos e nas proximidades de APPs, avaliando a conformidade da proposta com a legislação ambiental e exigindo soluções apropriadas quanto a infiltração de águas pluviais e demais questões sanitárias. Recomendou ainda o envio de correspondência às Administrações Regionais indicando quais os lotes que precisam de licenciamento ambiental para construções; e 5) Estabelecer melhor articulação entre SIV-SOLO, SIV-ÁGUA, Novacap, Administrações Regionais, Comparques, Semarh e a coordenação do projeto Gestão Participativa e Recuperação da APA Gama e Cabeça de Veado (Convênio - UnB-Florestal, Semarh, IVV, JBB, IBGE) para proceder às ações de execução da sentença n.º 14/662/91 da segunda vara de Fazenda Pública do DF, quanto a recuperação das APPs. Ações Estruturantes: 1) Demarcação das zonas de vida silvestre; 2) Recuperação da barragem da quadra 17 do Park Way, que se encontra com o sumidouro quebrado expondo o risco de calamidade pública; 3) Viabilização de destacamento da Polícia Ambiental no posto desativado em Vargem Bonita; 4) Assegurar que a compensação ambiental da Infraero à Semarh, reverta em benefícios diretos à APA como o estabelecimento imediato de rondas diárias; 5) Verificar a situação da ARIE do Riacho Fundo; e 6) Elaborar poligonais do Parque Garça Branca no Lago Sul. Tendo exposto as ações solicitou que sejam discutidas em momento oportuno. O Conselheiro Francisco propôs que fosse realizado um seminário para reunir os conselhos para maior articulação e conhecimento mútuo a fim de atuarem em conjunto. Propôs também uma articulação com as Administrações Regionais para que as mesmas conheçam a existência e atribuições de Conselho. O Conselheiro Carlos Roberto informou com relação à revisão do PDOT, que existe um portal na página eletrônica da Seduh ao alcance de toda a comunidade para sugestões e acompanhamento. O Conselheiro Anthony Brandão solicitou que fosse enviada cópia do documento, Subsídios ao Plano de Manejo aos conselheiros a fim de auxiliá-los na elaboração de trabalhos. A Conselheira Maria Iracema reforçou a solicitação do Conselheiro Francisco da realização de seminário com as Administrações Regionais. O Secretário Executivo propôs as instituições para participarem do Whorkshop: os Conselhos Gestores das APAs do Lago Paranoá e Gama e Cabeça de Veado, Sucar, Administrações Regionais e Sefau. E quanto ao segundo Whorkshop com todos os conselhos, será consultada a Dra. Nilva Claro, Presidente do Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado. Questionou quais os conselheiros auxiliarão a Fundação Pólo Ecológico no relato do processo, e informou previamente que a Seduh e a Associação Comunitária da Candangolândia se propuseram para tal. Ao que o Conselheiro Francisco sugeriu que ficasse a critério da relatora solicitar ajuda aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Álvaro Sérgio Pinto, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Álvaro Sérgio Pinto Francisco de Assis Silva Alberto Beraldi Filho Alda Rabello Cunha Anthony Állison Brandão Santos Carlos Roberto Machado Vieira Francisco Alves Ribeiro Jeanine Maria Felfili Fagg José Marcelo Pereira da Silva Maria Aparecida Batista Maria Iracema Gonzáles Mauro Vieira de Queiroz Mônica Veríssimo dos Santos Paulo Brun Ferreira Paulo Guimarães Júnior Paulo Sarkis Antônio Valdson

Gonçalves de Amorim Agustinho Novak Rosa Antônio Luitgards Moura Arnaldo Sóter Braga Cardoso Carolina Esteves da Cunha Lobo Gislaneide da Silva Souza Padilha Januária Chagas Villela Egreja João Bosco Soares Juvêncio Nascimento de Assis Manoel Alessandro Machado de Araújo Maria do Carmo Sousa Cunha Mitsuo Maezoe Robertson Barbosa da Silva Sandra Regina de Oliveira David Zenildo Batista Leite

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lote 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Emília Honorina Fernandes Ferreira - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR – Maria Iracema Gonzales – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mauro Vieira de Queiroz – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Paulo Sarkis Antônio – Federação das Indústrias do DF – FIBRA, Membros Suplentes: Agustinho Novak Rosa – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Antônio Luitgards Moura – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Arnaldo Sóter Braga Cardoso – Federação do Comércio do DF – Fecomércio, Ivone Borges Baracat – Instituto Vida Verde – IVV, Carolina Esteves da Cunha Lobo – Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, Gislaneide da Silva Souza Padilha – Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Januária Chagas Villela Egreja – Instituto Jardim Botânico, Helena Castanheira de Moraes – Universidade de Brasília – UNB, João Bosco Soares - Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP –Paulo Fernandes Ramos Serejo - Procuradoria Geral do PGDF, Manoel Alessandro Machado de Araújo – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Colocada sob apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária do COGAMA, onde foram solicitadas algumas alterações, que depois de atendidas, recebeu a aprovação dos conselheiros. Passou-se ao primeiro item da pauta: apresentação do relatório do Processo n.º 191.000.399/2000 - Licenciamento do Parcelamento do Solo da Praça do Bosque da Candangolândia, que foi conduzido pela Conselheira Carolina Esteves, representante da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, a qual foi sorteada na 5ª Reunião Ordinária do Cogama e recebeu a atribuição de atuar como relatora do Processo. Com a palavra, a Conselheira Carolina, se desculpou pela falta de experiência e informou das dificuldades que teve ao elaborar o documento. Apresentou cópia do relatório aos conselheiros e prosseguiu com a leitura do parecer. O Conselheiro Manoel observou que no processo já constava uma comissão de análise do RIVI – Relatório de Impacto de Vizinhança, criada pelo IEMA que deu parecer favorável a aprovação. Questionou a possibilidade de haver alguma compensação ambiental para a APA ou para a área do Riacho Fundo. A Conselheira Jeanine Maria observou que a medidas mitigadoras sejam listadas no relatório para que possam ser analisadas pelo conselho. Considerou que o documento apresentado estava incompleto, observando que o relatório foi feito individualmente sem a ajuda do grupo que se propôs a auxiliá-la. A Conselheira Carolina observou que não listou todas as medidas, por receio de que o documento ficasse muito extenso. Fez a leitura das medidas mitigadoras que estavam contidas em documentos inseridos no processo. O Conselheiro Carlos observou que, para ter gerado um pedido de licença, há a existência de um Projeto Urbanístico – URB, que é referente ao processo em questão, portanto, necessário tomar conhecimento do número da URB que gerou tal pedido de licença. Informou ainda, que no arquivo técnico da SEDUH constam informações referentes ao projeto que já foi elaborado e registrado. Perguntou ao Conselheiro representante da Terracap, sobre o andamento da URB que deu origem ao processo em questão. O Conselheiro João Bosco informou que buscará informação junto à Terracap para ser apresentada aos conselheiros. Sugeriu a retirada do processo de pauta, uma vez que o mesmo precisava de informações adicionais. O Conselheiro Manoel sugeriu que todo processo ao chegar ao conselho, passe por uma análise prévia da Comparques, o que facilitará a manifestação do colegiado. Sugeriu também, que seja criado um modelo próprio de relatório com parâmetros para construção de um documento, contendo logomarca, numeração e outras informações onde possa ser construído um parecer. Discordou do Conselheiro João Bosco que sugeriu retirar o processo de pauta, alegando que ficará parado por mais um mês. Recomendou que o processo continue com a Conselheira Carolina para que sejam anexadas as informações obtidas da Terracap. O Conselheiro Francisco considerou que o relatório estaria incompleto, e sugeriu que a relatora adicionasse as informações necessárias ao parecer para apresentá-lo na próxima reunião. O Conselheiro Antônio Luitgard observou que, para o atendimento das medidas mitigadoras constantes nas condicionantes e restrições, há um percentual de 2% destinado ao santuário de vida silvestre. Com isso, sugeriu que as compensações ambientais sejam encaminhadas diretamente a Comparques e não para uma unidade de conservação da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o Presidente informou da existência do Fundo Pró - parques, que é justamente para receber os benefícios destinados às unidades de conservação. Solicitou a manifestação do grupo que irá auxiliar a Conselheira Carolina na elaboração do relatório a ser apresentado na próxima reunião ordinária. O conselheiro Manoel solicitou que seja criada a Câmara técnica de Compensa-

ção Ambiental, conforme consta no SNUC. Ao que o Presidente respondeu que já está sendo providenciada a sua criação. O Conselheiro Paulo Serejo questionou qual seria o critério a ser adotado para a aprovação do relatório apresentado, se voto em separado ou em conjunto. O Presidente esclareceu que a relatora ouvirá as sugestões do grupo para refazê-lo e apresentá-lo ao conselho. O Conselheiro Francisco perguntou a relatora Carolina se estava de acordo com as indagações dos conselheiros recebendo destes as contribuições. Ao que a conselheira Carolina respondeu que acataria, mesmo porque, estava cheia de dúvidas, e a partir do posicionamento dos conselheiros, estariam sendo esclarecidas. O Conselheiro Francisco sugeriu que o grupo de auxílio a relatora fizesse uma visita ao local para ter uma idéia do que estavam sendo votado. O Presidente considerou a proposta do conselheiro válida e propôs a realização da visita para o dia 06 de abril de 2005, às 09 horas. O que foi aceito por todos dos Conselheiros. A Conselheira Gislaneide sugeriu a participação da Assessoria Técnica Científica da Comparques, com a participação da Dra. Maria José, chefe do Núcleo de Pesquisa aplicada, para acompanhar a visita. O grupo foi composto pelos conselheiros: Manoel – IBAMA, Francisco – SRDF, Carlos – SEDUH, João Bosco – TERRACAP Apresentação do Informe Técnico da visita para a próxima Reunião Ordinária. Passou-se ao segundo item da pauta: Apresentação e discussão da proposta do Workshop. Foi distribuído aos conselheiros, documento contendo a proposta, para conhecimento. O Conselheiro Manoel observou que há maiores problemas em relação a licenciamento e não a fiscalização, de forma que, o trabalho deve ser direcionado às pessoas que licenciam, visando adequar a concessão dos alvarás à Legislação Ambiental. O Conselheiro Francisco sugeriu que na programação constem informações sobre as APA’s e os documentos legais que criaram os conselhos. A Conselheira Mônica observou que, o custo total do workshop, estaria muito elevado, sugeriu o contato com a CNI, que possui um auditório que é espaçoso e que se pode conseguir gratuitamente. Ao que o presidente informou que o orçamento apresentado era relativo apenas ao custo de material. A Conselheira Iracema solicitou informações quanto à programação a ser apresentada. A conselheira Ivone observou que a proposta de realização do workshop é de grande importância, principalmente porque há um desconhecimento da legislação ambiental, por algumas pessoas que liberam e fiscalizam as áreas. Observou ainda que a Polícia Ambiental necessita dessas informações. A Conselheira Jeanine Maria sugeriu a participação da RA Santa Maria, Infraero, VI Comar, Country Club e o pessoal do licenciamento da SEMARH. Informou ainda que dispõe de material que pode ser utilizados no evento e colocou-os à disposição da Secretaria. O Conselheiro Paulo Sarkis sugeriu criar um workshop itinerante, levando a cada RA as informações necessárias para o desempenho das atividades de fiscalização e licenciamento. A conselheira Jeanine Maria parabenizou o Presidente Enio Dutra pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Brasília. Acrescentou que a homenagem foi merecida, pelo reconhecimento do bom trabalho que o Secretário vem realizando pela comunidade e pelo meio ambiente. A Conselheira Iracema observou que a idéia de se criar um Workshop itinerante é bastante interessante, pois dessa maneira observar-se-á, de perto, a realidade de cada RA. O Conselheiro Manoel observou que tal procedimento será uma forma de educação ambiental aos profissionais que realmente necessitam de informações. Com a criação do grupo de trabalho será mais ágil a realização da proposta de projeto para essa capacitação, possibilitando a participação efetiva dos conselheiros no processo, de forma que se dê transparência às ações do Conselho. O Conselheiro Paulo Sarkis observou da importância de direcionar as informações às pessoas que realmente interferem no processo, para que os objetivos possam ser atingidos. O Presidente informou que a idéia é de que seja criado um grupo de conselheiros para elaborar a proposta do Workshop, visando à objetividade no sentido de destinar as informações a pessoas realmente envolvidas. O Conselheiro Manoel observou que se for o caso, a legislação a ser adotadas pelas Administrações, poderá que ser alterada. E baseado no que foi proposto, considera fundamental a participação da Sucar, dos agentes de licenciamento, fiscalização, Polícia Ambiental e Semarh. Com isso, considera essencial a definição do objetivo do seminário. O Conselheiro Francisco sugeriu que se faça um levantamento nas RA’s, com o objetivo de se tomar conhecimento da documentação que é exigida para a concessão de alvará de construção e outras licenças. A Conselheira Jeanine Maria observou que além de convidar o pessoal do licenciamento, deve-se convidar a fiscalização. O Conselheiro Antonio Luitgards sugeriu a participação da CAESB. O Conselheiro Paulo Serejo observou que pelas propostas do conselho, percebeu que o problema está na falta de fiscalização, portanto, o programa deve direcionar a esse foco. Acrescentou ainda que o assunto embora complexo é fácil de ser ludibriado. Expôs a importância de que a fiscalização se faça antes da concretização da obra, caso contrário, torna-se mais complicada a demolição. A Conselheira Iracema sugeriu identificar o problema real, os atores envolvidos e a responsabilidade de cada um, para que se possa ter a definição do público alvo. A Conselheira Ivone observou que alguns agentes fiscalizadores não possuem o conhecimento das condicionantes ambientais. Com isso, na maioria das vezes o fiscal faz o trabalho meramente arrecadador, e não para constatar se foi cumprida ou não a legislação. O presidente solicitou a manifestação dos conselheiros para a composição do grupo que irá trabalhar na elaboração da proposta do Workshop, destacou que quanto mais breve a realização do evento, mais produtivas e pro ativas tornar-se-ão as ações do Conselho Gestor. Sugeriu que a Conselheira Jeanine Maria seja a coordenadora do grupo a ser formado. O grupo foi formado pelos seguintes conselheiros: Manoel- IBAMA, Emília – Sucar, Iracema – IBGE, Paulo Serejo – PGDF e Francisco Ribeiro – SRDF, Jeanine - UNB. O Conselheiro Francisco solicitou especial atenção com relação à data de realização do evento. A Assistente Denise informou aos conselheiros que a realização do evento no sábado foi sugestão da Sucar. Esclareceu ainda que o orçamento destinado ao evento, incluindo o local que será o Instituto Israel Pinheiro, alimentação, palestrante e transporte, será fornecido pelo Fundo Pró-Parques. O custo do evento será de \$15.000,00 (Quinze mil reais). A Conselheira Jeanine Maria sugeriu que o evento seja realizado numa sexta

feira, acatou a sugestão do local, argumentando que, por considerar um local afastado, acredita que favorecerá a concentração no seminário. Passou-se aos assuntos gerais. A Conselheira Iracema solicitou informações referentes ao plantio de mudas em áreas da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o Presidente informou que o plantio é feito por meio de parceria entre SIV-ÁGUA e Comparques. O Conselheiro Antonio Luitgards informou que está preparando, pela Aconurco, um projeto para reflorestamento do parque Córrego da Onça, e formação de corredores ecológicos em todas as chácaras no sentido de recuperar as áreas de preservação. Perguntou a quem se dirigir para receber informações. O Presidente indicou o Técnico Roberto Napoleão para orientar no que for necessário. O Conselheiro Carlos informou que o processo de revisão do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, já está iniciado e sob a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, que além de prestar consultoria com relação à metodologia conceitual, fará referência também à gestão participativa popular, com programação de reuniões locais e regionais, abordando a questão do meio ambiente. Informou ainda, que recebeu as sugestões da conselheira Jeanine Maria, as quais farão parte da revisão do processo e que a proposta de poligonal das Regiões Administrativas foi encaminhada à Sucar no mês de Janeiro. Por fim, forneceu o número do Processo – 260.035.690-04, que trata especificamente da poligonal do Park Way. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise Rodrigues Parreira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Denise Rodrigues Parreira Enio Dutra Fernandes da Silva Gislaneide da Silva Souza Padilha Manoel Alessandro Machado de Araújo Jeanine Maria Felfili Fagg Ivone Borges Baracat Carlos Roberto Machado Vieira Emília Honorina Fernandes Ferreira Francisco Alves Ribeiro Mônica Veríssimo dos Maria Iracema Gonzáles Mauro Vieira de Queiroz Helena Castanheira de Moraes Paulo Sarkis Antônio Paulo Fernandes Ramos Serejo Agostinho Novak Rosa Antônio Luitgards Moura Arnaldo Sóter Braga Cardoso Carolina Esteves da Cunha Lobo Gislaneide da Silva Souza Padilha Januária Chagas Villela Egreja João Bosco Soares Jonas Alves da Silva

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lote 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Emília Honorina Fernandes Ferreira - Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR – Maria Iracema Gonzales – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mauro Vieira de Queiroz – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Paulo Sarkis Antônio – Federação das Indústrias do DF – FIBRA, Membros Suplentes: Agostinho Novak Rosa – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Antônio Luitgards Moura – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Arnaldo Sóter Braga Cardoso – Federação do Comércio do DF – Fecomércio, Ivone Borges Baracat – Instituto Vida Verde – IVV, Carolina Esteves da Cunha Lobo – Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, Gislaneide da Silva Souza Padilha – Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Januária Chagas Villela Egreja – Instituto Jardim Botânico, Helena Castanheira de Moraes – Universidade de Brasília – UNB, João Bosco Soares - Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP –Paulo Fernandes Ramos Serejo - Procuradoria Geral do PGDF, Manoel Alessandro Machado de Araújo – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Colocada sob apreciação a Ata da 6ª Reunião Ordinária do COGAMA, onde foram solicitadas algumas alterações, que depois de atendidas, recebeu a aprovação dos conselheiros. Passou-se ao primeiro item da pauta: Apresentação do Informe Técnico da visita à área da Praça do bosque da Candangolândia. A apresentação foi conduzida pela Dra. Maria José, chefe de pesquisa aplicada da Assessoria Técnica Científica da Comparques, que fez a leitura do documento e em seguida esclareceu algumas indagações dos conselheiros. O Conselheiro Francisco Ribeiro expôs que em visita ao local, observou o aspecto topográfico, geográfico, o solo e principalmente a composição social da área em relação lotes ocupados segmentos prestadores de serviços à comunidade: escolas, corpo de bombeiros e a praça poli esportiva. Em sua opinião, a área não deve sofrer nenhuma alteração referente a loteamento, considerando que na cidade não existe nenhum espaço físico para usufruir social e culturalmente. Com isso, solicitou especial atenção para que seja mantido o bosque da praça como está. Solicitou ainda, que a Comparques assuma o local na condição de Parque Vivencial para que a comunidade da Candagolândia não fique definitivamente privada de possuir um espaço social e de entretenimento, pois acredita que o espaço pode ser aproveitado também pela escola e pelo Corpo de bombeiros nas aulas de educação ambiental. Fez referencia ao quiosque instalado no local e solicitou a sua retirada, por considerar que seja invasão de área A Dra. Maria José respondeu que, como parte da Assessoria Técnica da comparques esteve no local para examinar as condicionantes ambientais. A partir da visita técnica constatou que deve haver uma revitalização da área, por um processo de revegetação. Quanto ao quiosque,

informou que não observou da existência deste. E a escola, segundo informações, não está ativa. Solicitou a representante da associação dos moradores para explicar o que funciona em termo de instalações. O Conselheiro Carlos observou que em breve análise ao processo percebeu a existência de duas URBs, 028/2000 e 129/1999, que engloba os 22 lotes da QR1A da Candangolândia. Com isso argumentou que ficaria complicada a reversão da destinação do projeto, já que este é uma indicação do PDL, que foi discutido com a comunidade, onde houve uma audiência pública e a Terracap já confirmou que as URBs já se encontram registradas. Observou ainda que em vistoria ao local, constatou que existem invasões de áreas e esclareceu que a destinação dos lotes está estabelecida nas normas que acompanham o projeto. Com isso, sugeriu que a Administração Regional faça uma vistoria para constatar se os lotes estão dentro das normas de uso. O Conselheiro Manoel observou que em análise ao processo, constatou que houve audiência pública no dia 16 de agosto de 2002, com a assinatura dos representantes e o parecer da Semarh para a concessão da licença prévia do empreendimento. Informou também que as taxas de licenciamento foram pagas pela Terracap. Sendo assim argumentou que não existe solicitação de reversão oficial de associação de moradores ou qualquer cidadão com pedido de revitalização dessas áreas. Com isso solicita que o processo passe por análise da comparques para posterior manifestação do conselho. A conselheira Maria se pronunciou informando que referente aos lotes se não que os lotes não são comerciais, são institucionais. Com isso estão ao redor da praça serão incluídos ao. O Conselheiro João Bosco Observou que o cumprimento do ritual de licenciamento já foram feitas, inclusive já houve as consultas públicas. Portanto, compete agora ao conselho observar as questões ambientais do local, pois os lotes em questão não são comerciais e sim institucionais e não existe qualquer possibilidade de ocupação que não seja estabelecido pelas normas de ocupação. O Conselheiro Antony Brandão, observou que antes de serem feitos os pareceres técnicos definitivos que irão julgar a emissão ou não de licença, seria importante a manifestação do conselho antes da decisão final. Questionou ainda sobre a compensação ambiental da área e solicitou a criação da câmara de compensação ambiental do conselho. O Conselheiro Manoel observou que ainda não estava em discussão a análise do relatório do conselho, apenas o informe técnico da comparques, com isso sugeriu que se crie os grupos de trabalho pra subsidiar o conselho. A conselheira Iracema observou que falta uma definição dos procedimentos e competências dos conselheiros e da Secretaria, O Presidente sugeriu que o processo volte a Comparques para que seja dado o parecer da Secretaria. Ao que o Conselheiro Francisco levantou a questão de ordem, que alguns conselheiros não possuíam o conhecimento da reunião anterior onde o processo foi sorteado, apresentado o relatório que não foi aceito por insuficiência de informações fundamentais o processo continuou com a relatora, onde foi formado um grupo para proceder a visita ao local e auxiliar a relatora, com o acompanhamento da Assessoria Técnica Científica da Comparques, informou que o processo estava presente sendo manuseado pelos conselheiros e sem um relatório pronto para votação. . Com a palavra, o Administrador da Candangolandia, Senhor João Dantas informou que Praça do Bosque é uma área pública que consta no PDL, foram criados pela Seduh e quatro desses lotes são destinados são destinados a Polícia Civil, Secretaria de Saúde, Companhia de Polícia Ambiental e ainda há um lote que é ocupado por uma creche pública a mais de oito anos. Informou ainda que os outros lotes estejam ocupados há aproximadamente quinze anos, quando da criação da nova área da Candangolandia. Sendo que a área da praça está toda desocupada. O Conselheiro Francisco questionou sobre a existência do quiosque. Ao que o Administrador respondeu que existe um quiosque legalizado e autorizado que já existe há quase dez anos e uma quadra de futebol de salão. A Conselheira... ao observar rapidamente o processo percebeu que há todas as informações e cabe a relatora do processo a listas no relatório todas as informações pertinentes. Ao que o Secretário Executivo sugeriu a devolução do processo a Comparques para ser encaminhado ao grupo que foi formado juntamente com a relatora para proceder à elaboração do relatório. A técnica Maria José informou que o que considerou parque foi a área ainda não ocupada e a praça seria a área ocupada por árvores que não foi loteada. Árvores sobre o conteúdo do processo. Passou-se ao segundo item da pauta referente à apresentação da proposta do workshop. Ao que a Conselheira Jeanine informou que o processo de construção da proposta do workshop começou com discussão prévia na última reunião ordinária, onde se marcou uma reunião do grupo formado por quatro conselheiros da APA Gama e cabeça de veado: Iracema, Jeanine, Emília e Paulo Serejo, discutiram-se uma primeira proposta prévia que foi encaminhada por e-mail ao conselheiro solicitando subsídios, onde alguns responderam, então foi apresentada a proposta ao conselho do Lago Paranoá que forneceram sugestões que foram passadas e incorporadas às sugestões. Informou ainda que o tema central do evento seja voltado para estudos de caso para a questão da fiscalização e concessão de alvarás. Informou que em virtude da semana do meio ambiente, o evento será realizado no dia 28 de junho no Instituto Israel Pinheiro. Informou ainda que a programação seja O conselheiro Francisco observou que sejam feitas alterações... A Conselheira Emília observou que a inscrição das Administrações Regionais serão feitas previamente na Sucar. O conselheiro Álvaro Sergio informou que será criado um formulário eletrônico para inscrição resposta. O conselheiro questionou como serão distribuídas as vagas ao público alvo. Ao que o Secretário Executivo informou que serão as pessoas que estão atuando nas áreas das APAS, Gama e Cabeça de Veado e do Paranoá. A conselheira Jeanine informou ainda que no anexo da proposta está distribuído por temas que vão se usados para agrupar as pessoas que tomem decisões, pois a idéia é de que participem funcionários que tenham experiência previa em fiscalização. O conselheiro Manoel observou que é o primeiro workshop para se discutir o problema da fiscalização nas duas APAS. O Conselheiro Francisco Ribeiro solicitou que haja uma coordenação por parte da Emater e Secretaria de Agricultura uma os representantes dos escritórios que irão participar do workshop, para que se possam informar... A conselheira Jeanine solicitou que a Comparques ao convidar a Senhora conselheira Dinaura soli-

citou sobre a poligonal do parque Garça Branca e referente a terrenos que já foram licitados vendidos e a comunidade se posicionou contraria a existência de comercio no local onde o proprietário propôs uma troca... Ao que o Secretário Executivo informou que já foi passada informação aos grupos da SEDUH que está trabalhando na formulação do PDL DO Lago Sul para ser danado. O conselheiro Francisco Ribeiro solicitou que conste nas atas os telefones da Comparques. O conselheiro Antonio solicitou que sejam discutidos na próxima reunião ordinária do conselho os seguintes assuntos: Referente à criação do parque do Tororó, como se encontra a sua criação; Reavaliação da locação de recurso no sentido de fazer a reavaliação da locação de recursos do licenciamento ambiental da pista do aeroporto, inclusive a questão da criação da unidade de conservação; Como se encontra a execução da sentença da Vara de Fazenda pública referente à desocupação da zona de vida silvestre da Apa Gama e Cabeça de Veado. Informou ainda que há informações de que o Tororo já tem o EIA RIMA pronto e há informações de que o Senhor Luiz Estevão está alegando que 13 são de sua propriedade. Referente ao Parque Tororo, o Secretário Executivo informou que recebeu informações de que será firmado o Decreto de Criação. A Conselheira Jeanine observou que com a revisão do PDOT, sugere que a Comparques encaminhe a Seduh a sugestão de compatibilizar as zonas de vida silvestre da APA e os parque da APA com as manchas previstas no PDOT. O Secretário Executivo observou que está constatando realmente a presença da área ambiental. O Conselheiro Manoel observou que foi o técnico a participar do grupo institucional e participou da primeira Reunião do grupo... o Administrador João; Dantas... seja compatibilizada UMA COR ainda que já houve audiência pública houver licitação por parte do governo. Feita a leitura do documento Candangolândia um lote a relatório do Processo nº 191.000.399/2000 - Licenciamento do Parcelamento do Solo da Praça do Bosque da Candangolândia, que foi conduzido pela Conselheira Carolina Esteves, representante da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, a qual foi sorteada na 5ª Reunião Ordinária do Cogama e recebeu a atribuição de atuar como relatora do Processo. Com a palavra, a Conselheira Carolina, se desculpou pela falta de experiência e informou das dificuldades que teve ao elaborar o documento. Apresentou cópia do relatório aos conselheiros e prosseguiu com a leitura do parecer. O Conselheiro Manoel observou que no processo já constava uma comissão de análise do RIVI – Relatório de Impacto de Vizinhança, criada pelo IEMA que deu parecer favorável a aprovação. Questionou a possibilidade de haver alguma compensação ambiental para a APA ou para a área do Riacho Fundo. A Conselheira Jeanine Maria observou que a medidas mitigadoras sejam listadas no relatório para que possam ser analisadas pelo conselho. Considerou que o documento apresentado estava incompleto, observando que o relatório foi feito individualmente sem a ajuda do grupo que se propôs a auxiliá-la. A Conselheira Carolina observou que não listou todas as medidas, por receio de que o documento ficasse muito extenso. Fez a leitura das medidas mitigadoras que estavam contidas em documentos inseridos no processo. O Conselheiro Carlos observou que, para ter gerado um pedido de licença, há a existência de um Projeto Urbanístico – URB, que é referente ao processo em questão, portanto, necessário tomar conhecimento do número da URB que gerou tal pedido de licença. Informou ainda, que no arquivo técnico da SEDUH constam informações referentes ao projeto que já foi elaborado e registrado. Perguntou ao Conselheiro representante da Terracap, sobre o andamento da URB que deu origem ao processo em questão. O Conselheiro João Bosco informou que buscará informação junto à Terracap para ser apresentada aos conselheiros. Sugeriu a retirada do processo de pauta, uma vez que o mesmo precisava de informações adicionais. O Conselheiro Manoel sugeriu que todo processo ao chegar ao conselho, passe por uma análise prévia da Comparques, o que facilitará a manifestação do colegiado. Sugeriu também, que seja criado um modelo próprio de relatório com parâmetros para construção de um documento, contendo logomarca, numeração e outras informações onde possa ser construído um parecer. Discordou do Conselheiro João Bosco que sugeriu retirar o processo de pauta, alegando que ficará parado por mais um mês. Recomendou que o processo continue com a Conselheira Carolina para que sejam anexadas as informações obtidas da Terracap. O Conselheiro Francisco considerou que o relatório estaria incompleto, e sugeriu que a relatora adicionasse as informações necessárias ao parecer para apresentá-lo na próxima reunião. O Conselheiro Antônio Luitgard observou que, para o atendimento das medidas mitigadoras constantes nas condicionantes e restrições, há um percentual de 2% destinado ao santuário de vida silvestre. Com isso, sugeriu que as compensações ambientais sejam encaminhadas diretamente a Comparques e não para uma unidade de conservação da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o Presidente informou da existência do Fundo Pró - parques, que é justamente para receber os benefícios destinados às unidades de conservação. Solicitou a manifestação do grupo que irá auxiliar a Conselheira Carolina na elaboração do relatório a ser apresentado na próxima reunião ordinária. O conselheiro Manoel solicitou que seja criada a Câmara técnica de Compensação Ambiental, conforme consta no SNUC. Ao que o Presidente respondeu que já está sendo providenciada a sua criação. O Conselheiro Paulo Serejo questionou qual seria o critério a ser adotado para a aprovação do relatório apresentado, se voto em separado ou em conjunto. O Presidente esclareceu que a relatora ouvirá as sugestões do grupo para refazê-lo e apresentá-lo ao conselho. O Conselheiro Francisco perguntou a relatora Carolina se estava de acordo com as indagações dos conselheiros recebendo destes as contribuições. Ao que a conselheira Carolina respondeu que acataria, mesmo porque, estava cheia de dúvidas, e a partir do posicionamento dos conselheiros, estariam sendo esclarecidas. O Conselheiro Francisco sugeriu que o grupo de auxilio a relatora fizesse uma visita ao local para ter uma idéia do que estavam sendo votado. O Presidente considerou a proposta do conselheiro válida e propôs a realização da visita para o dia 06 de abril de 2005, às 09 horas. O que foi aceito por todos dos Conselheiros. A Conselheira Gislaneide sugeriu a participação da Assessoria Técnica Científica da Comparques, com a participação da Dra. Maria José, chefe do Núcleo de Pesquisa aplicada, para acompanhar a visita. O grupo foi composto pelos conselheiros: Manoel – IBA-

MA, Francisco – SRDF, Carlos – SEDUH, João Bosco – TERRACAP Apresentação do Informe Técnico da visita para a próxima Reunião Ordinária. Passou-se ao segundo item da pauta: Apresentação e discussão da proposta do Workshop. Foi distribuído aos conselheiros, documento contendo a proposta, para conhecimento. O Conselheiro Manoel observou que há maiores problemas em relação a licenciamento e não a fiscalização, de forma que, o trabalho deve ser direcionado às pessoas que licenciam, visando adequar a concessão dos alvarás à Legislação Ambiental. O Conselheiro Francisco sugeriu que na programação constem informações sobre as APA’s e os documentos legais que criaram os conselhos. A Conselheira Mônica observou que, o custo total do workshop, estaria muito elevado, sugeriu o contato com a CNI, que possui um auditório que é espaçoso e que se pode conseguir gratuitamente. Ao que o presidente informou que o orçamento apresentado era relativo apenas ao custo de material. A Conselheira Iracema solicitou informações quanto à programação a ser apresentada. A conselheira Ivone observou que a proposta de realização do workshop é de grande importância, principalmente porque há um desconhecimento da legislação ambiental, por algumas pessoas que liberam e fiscalizam as áreas. Observou ainda que a Polícia Ambiental necessita dessas informações. A Conselheira Jeanine Maria sugeriu a participação da RA Santa Maria, Infraero, VI Comar, Country Club e o pessoal do licenciamento da SEMARH. Informou ainda que dispõe de material que pode ser utilizados no evento e colocou-os à disposição da Secretaria. O Conselheiro Paulo Sarkis sugeriu criar um workshop itinerante, levando a cada RA as informações necessárias para o desempenho das atividades de fiscalização e licenciamento. A conselheira Jeanine Maria parabenizou o Presidente Enio Dutra pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Brasília. Acrescentou que a homenagem foi merecida, pelo reconhecimento do bom trabalho que o Secretário vem realizando pela comunidade e pelo meio ambiente. A Conselheira Iracema observou que a idéia de se criar um Workshop itinerante é bastante interessante, pois dessa maneira observar-se-á, de perto, a realidade de cada RA. O Conselheiro Manoel observou que tal procedimento será uma forma de educação ambiental aos profissionais que realmente necessitam de informações. Com a criação do grupo de trabalho será mais ágil a realização da proposta de projeto para essa capacitação, possibilitando a participação efetiva dos conselheiros no processo, de forma que se dê transparência às ações do Conselho. O Conselheiro Paulo Sarkis observou da importância de direcionar as informações às pessoas que realmente interferem no processo, para que os objetivos possam ser atingidos. O Presidente informou que a idéia é de que seja criado um grupo de conselheiros para elaborar a proposta do Workshop, visando à objetividade no sentido de destinar as informações a pessoas realmente envolvidas. O Conselheiro Manoel observou que se for o caso, a legislação a ser adotadas pelas Administrações, poderá que ser alterada. E baseado no que foi proposto, considera fundamental a participação da Sucar, dos agentes de licenciamento, fiscalização, Polícia Ambiental e Semarh. Com isso, considera essencial a definição do objetivo do seminário. O Conselheiro Francisco sugeriu que se faça um levantamento nas RA’s, com o objetivo de se tomar conhecimento da documentação que é exigida para a concessão de alvará de construção e outras licenças. A Conselheira Jeanine Maria observou que além de convidar o pessoal do licenciamento, deve-se convidar a fiscalização. O Conselheiro Antonio Luitgards sugeriu a participação da CAESB. O Conselheiro Paulo Serejo observou que pelas propostas do conselho, percebeu que o problema está na falta de fiscalização, portanto o programa deve direcionar a esse foco. Acrescentou ainda que o assunto embora complexo é fácil de ser ludibriado. Expôs a importância de que a fiscalização se faça antes da concretização da obra, caso contrário, torna-se mais complicada a demolição. A Conselheira Iracema sugeriu identificar o problema real, os atores envolvidos e a responsabilidade de cada um, para que se possa ter a definição do público alvo. A Conselheira Ivone observou que alguns agentes fiscalizadores não possuem o conhecimento das condicionantes ambientais. Com isso, na maioria das vezes o fiscal faz o trabalho meramente arrecadador, e não para constatar se foi cumprida ou não a legislação. O presidente solicitou a manifestação dos conselheiros para a composição do grupo que irá trabalhar na elaboração da proposta do Workshop, destacou que quanto mais breve a realização do evento, mais produtivas e pro ativas tornar-se-ão as ações do Conselho Gestor. Sugeriu que a Conselheira Jeanine Maria seja a coordenadora do grupo a ser formado. O grupo foi formado pelos seguintes conselheiros: Manoel- IBAMA, Emília – Sucar, Iracema – IBGE, Paulo Serejo – PGDF e Francisco Ribeiro – SRDF, Jeanine - UNB. O Conselheiro Francisco solicitou especial atenção com relação à data de realização do evento. A Assistente Denise informou aos conselheiros que a realização do evento no sábado foi sugestão da Sucar. Esclareceu ainda que o orçamento destinado ao evento, incluindo o local que será o Instituto Israel Pinheiro, alimentação, palestrante e transporte, será fornecido pelo Fundo Pró-Parques. O custo do evento será de \$15.000,00 (Quinze mil reais). A Conselheira Jeanine Maria sugeriu que o evento seja realizado numa sexta feira, acatou a sugestão do local, argumentando que, por considerar um local afastado, acredita que favorecerá a concentração no seminário. Passou-se aos assuntos gerais. A Conselheira Iracema solicitou informações referentes ao plantio de mudas em áreas da APA Gama e Cabeça de Veado. Ao que o Presidente informou que o plantio é feito por meio de parceria entre SIV-ÁGUA e Comparques. O Conselheiro Antonio Luitgards informou que está preparando, pela Aconurco, um projeto para reflorestamento do parque Córrego da Onça, e formação de corredores ecológicos em todas as chácaras no sentido de recuperar as áreas de preservação. Perguntou, a quem se dirigir para receber informações. O Presidente indicou o Técnico Roberto Napoleão para orientar no que for necessário. O Conselheiro Carlos informou que o processo de revisão do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, já está iniciado e sob a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, que além de prestar consultoria com relação à metodologia conceitual, fará referência também à gestão participativa popular, com programação de reuniões locais e regionais, abordando a questão do meio ambiente. Informou ainda, que recebeu as sugestões da conselheira Jeanine Maria, as quais farão

parte da revisão do processo e que a proposta de poligonal das Regiões Administrativas foi encaminhada à Sucar no mês de Janeiro. Por fim, forneceu o número do Processo – 260.035.690-04, que trata especificamente da poligonal do Park Way. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise Rodrigues Parreira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Denise Rodrigues Parreira Ênio Dutra Fernandes da Silva Gislaneide da Silva Souza Padilha Manoel Alessandro Machado de Araújo Jeanine Maria Felfili Fagg Ivone Borges Baracat Carlos Roberto Machado Vieira Emília Honorina Fernandes Ferreira Francisco Alves Ribeiro Mônica Veríssimo dos Maria Iracema Gonzáles Mauro Vieira de Queiroz Helena Castanheira de Morais Paulo Sarkis Antônio Paulo Fernandes Ramos Serejo Agostinho Novak Rosa Antônio Luitgards Moura Arnaldo Sóter Braga Cardoso Carolina Esteves da Cunha Lobo Gislaneide da Silva Souza Padilha Januária Chagas Villela Egreja João Bosco Soares Jonas Alves da Silva

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Emília Honorina Fernandes Ferreira - Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR – Anthony Állison Brandão Santos – Instituto Vida Verde – IVV, Maria Aparecida Batista - Associação Comunitária da Candangolândia, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Marcelo Pereira da Silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Francisco de Assis da Silva – Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Membros Suplentes: Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Mauro César Lambert de Brito Ribeiro – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Zenildo Batista Leite – Federação das Indústrias do DF – FIBRA Maria do Carmo Sousa Cunha – Associação Comunitária da Candangolândia, Carolina Esteves da Cunha Lobo – Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, Januária Chagas Villela Egreja – Jardim Botânico de Brasília - JBB, Eriel Sinval Cardoso – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh, Delmar Duarte Pereira – Sindicato Rural, Gilmar José Bezerra Crispim - Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR. Convidados: Albatênio Resende Júnior – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Eneida Leite de Oliveira - Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação - COMPARQUES Colocada sob apreciação a Ata da 7ª Reunião Ordinária do COGAMA, foram solicitadas algumas correções, que depois de atendidas recebeu aprovação dos conselheiros. O Presidente ao iniciar a sessão informou aos conselheiros que, por questões econômicas e disponibilidade do Instituto Israel Pinheiro para a realização do workshop, a data do evento teria sido transferida para o dia 05 de agosto de 2005. O Senhor Roberto Napoleão se apresentou e informou aos conselheiros que acabara de ser nomeado Secretário Executivo do COGAMA. O Presidente respondeu ao questionamento do conselheiro Anthony Brandão, que expôs na reunião anterior, sobre o posicionamento das ações referente ao Parque do Tororó. Em resposta, o Presidente informou que o Decreto do Parque encontra-se pronto para ser assinado. Apresentou a Planta do Parque, inclusive com as coordenadas, para conhecimento de todos. O Conselheiro Eriel observou que tomou conhecimento da poligonal, e lamentou que a cachoeira não estivesse incluída dentro da área do parque, apesar de ser considerada um monumento natural do Distrito Federal, independente de ser terra particular ou pública. A Conselheira Jeanine observou da importância da criação do Parque, que fará a função de tamponamento e contenção do adensamento urbano de águas pluviais que alimentam as nascentes infiltração. Informou ainda que em reunião com a comunidade, discutiu-se a possibilidade de construir um santuário na região das nascentes e da cachoeira. O Conselheiro Francisco comentou sobre a existência de Legislação, Federal e Distrital, para cachoeiras e nascentes e solicitou que conste essa informação no mapa. O Conselheiro Anthony observou que uma das funções do Conselho é o controle das ocupações irregulares de terras públicas. Com isso sugeriu que o Conselho se informe sobre o processo de licenciamento ambiental do Bairro Tororó, por considerar que o grande impacto se dá principalmente pelo parcelamento. Observou também sobre a importância de se desenvolver um trabalho com os chacareiros, no sentido de criar um refúgio de vida silvestre nos termos do SNUC, juntamente com a regularização do bairro do Tororó. Solicitou que o Conselho solicite ao Ibama/DF, informações sobre o licenciamento ambiental da área, para acompanhamento e contribuições dos conselheiros. Em resposta a indagação do Conselheiro Francisco, informou que o Parque já é área de preservação permanente, e não há necessidade de constar a Legislação na poligonal. O Conselheiro Eriel informou que, na nova versão do PDOT, consta a transformação da área que estava sub-júdice em zona urbana de dinamização e considera como um risco para a região como um todo, porque o divisor de água foi protegido pelo parque, mas algumas nascentes continuam sem a necessária proteção. Observou que existe uma Lei que cria os monumentos naturais do Distrito Federal e um Decreto que a regulamenta onde constam algumas áreas passíveis de serem criadas como monumentos naturais

do Distrito Federal. No Entanto, considera que seja possível criar, mesmo em área particular, dada a importância da Cachoeira do Toróro, uma área de patrimônio natural do Distrito Federal. Acrescentou ainda que para que isso aconteça, basta que o Governador através de um decreto estabeleça restrições ambientais para o uso, através da elaboração do Plano de Manejo para a região, com controle ao acesso e implantação de condicionantes. O Conselheiro Anthony observou que o título de monumento natural criado pelo Distrito Federal, não se confunde com a categoria de unidades de conservação monumento natural criado pelo SNUC, porque para se criar unidade de conservação que vá interferir na propriedade particular, fatalmente se terá uma discussão bem mais complexa em termos de consulta pública. Com isso, o conselheiro sugeriu que se desenvolva um trabalho a partir da implementação do Parque do Tororo, a partir do EIA/RIMA e a partir das informações solicitadas ao Ibama sobre o licenciamento ambiental da área e sobre as propostas de proteção do bairro, para posterior definição da criação de um monumento natural ou simplesmente auxiliar na definição de reservas legais e Área de Preservação Permanente. Informou ainda que participará de um trabalho na Semarh, referente a Portaria da Reserva Legal, onde poderá aproveitar o momento para trabalhar na questão do Tororó. A Conselheira Mônica Veríssimo observou que, em relação as áreas rurais, valeria a pena transformá-las em RPPN, até mesmo para incentivo à geração de projetos. Comentou ainda que em debate com a presença da Secretária Diana Meirelles da Motta, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, que informou sobre a apresentação pelo DER, do anel viário do Distrito Federal, que já existe no trabalho da APA, referente à Lei Complementar onde consta que, num raio de 5 quilômetros para cada lado é dado prioridade para adensamento, que caberia, no caso, ao Plano Diretor. Informou também que o projeto está previsto para ser implantado em volta do IBGE, em quatro pistas com iluminação. Com isso, a Conselheira considera importante que o Conselho conheça o projeto para que possa ser incluído na proposta do PDOT, além da informação de que a APA tem a zona núcleo da Reserva da Biosfera DO Cerrado e três quilômetros que seria o tamponamento, acredita que essa informação facilitará no sentido de demonstrar uma legislação que já existe. O Conselheiro Anthony informou que está em discussão uma proposta que inclui, além do anel viário, as APAs, a Reserva Legal, as Unidades de Conservação, Zonas de Tamponamento e Corredores Ecológicos, a serem integrados no texto urbanístico e no texto agrário que está definido pelo Plano Diretor. Observou que foi firmado junto a Seduh, um prazo de entrega do PDOT, até o dia 30 de agosto à Câmara Legislativa. E informou que ficou definido junto aos órgãos envolvidos no projeto, uma sistematização de informações para serem encaminhadas à Seduh, contabilizados no diagnóstico e no mapa definitivo, para depois das considerações finais dos órgãos, o encaminhamento a Câmara Legislativa. Desta forma, o prazo será o tempo técnico para a junção de informações à serem enviadas para a Seduh e posteriormente à Câmara Legislativa. A Conselheira Mônica informou que participou de um debate na Câmara Distrital, onde foram discutidas questões referentes ao PDOT e informou que no debate comentou-se que o Distrito Federal é o único Estado da Federação que tem PDOT, com validade deste até o final de 2009. Argumentou ainda que pelas discussões de Planos Diretores de todo o Brasil o prazo de entrega de materiais na Câmara Legislativa pode ser até outubro de 2006. Informou também que foi comentado pelos representantes do Ministério das Cidades, o lançamento da campanha de Plano Diretor participativo. Em relação a RIDE, a Conselheira informou que o Ministério do Meio Ambiente já tentou fazer trabalho de Zoneamento Econômico com o Pessoal do Distrito Federal, sem sucesso. O Conselheiro Eriel informou que todo o trabalho da RIDE do Distrito Federal e entorno encontra-se no site www.cprm.gov.br. O Conselheiro Francisco solicitou ao Conselho, especial atenção à questão do anel viário que seria iniciado pela DF 100, estando bastante distante da DF 001. E também referente a licenciamento e alvarás para construção em condomínios, onde sugeriu levar ao Workshop todos estes contextos, para discussão. O Presidente seguiu a reunião abordando o assunto relacionado às Compensações Ambientais. Informou que obteve da Semarh, documentação referente ao resumo geral da compensação ambiental Infraero/Semarh, constando: descrição, valor consolidado, valor recebido e valor a receber. O Presidente fez a leitura do documento e ao ler o item referente à reserva técnica, perguntou ao Conselheiro Eriel do que se tratava. O Conselheiro respondeu que na proposta inicial da Semarh tentou-se incluir nos valores citados a publicação do livro sobre a APA de Cafuringa e o plano de manejo para a ESEC-AE, o que está sendo viabilizado por meio do BID, que custará em torno de 500 a 600 mil reais. Com isso, informou que a reserva técnica é destinada para trabalhos relativos ao meio ambiente que inclui planos de manejos e zoneamentos. Acrescentou ainda que todo o trabalho de solicitação de compensação ambiental foi elaborado na gestão anterior a do Pastor Jorge e, no entanto, foram modificados e substituídos por outros materiais. O Conselheiro Anthony sugeriu que se faça um levantamento do que ainda resta, para então reunir com os órgãos envolvidos e rever a locação dos materiais e recursos. Observou ainda que de acordo com o SNUC, as compensações devem ser voltadas para a gestão da unidade de conservação e não para tapar buracos do orçamento da entidade. Observou também que no documento da Semarh apresentado pelo Presidente, não constava nenhum item relacionado à plano de recuperação de área degradada ou criação de outros espaços de proteção e manejo, que consta no SNUC como prioridade. Com isso o Conselheiro sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária com os gestores das unidades de conservação da APA, para localizar os recursos que ainda não foram gastos e direcioná-los para a implementação ambiental. O Secretário Executivo sugeriu que se faça uma primeira reunião com a presença do Secretário de Meio Ambiente e após a sua manifestação, realizar uma outra reunião com a presença dos representantes dos órgãos gestores da APA. O Secretário Executivo comentou que o SDUC norteia as prioridades de aplicação da compensação ambiental, que é confundida comumente com à compensação prevista pelo Decreto n.º 14.783/1993, que trata do tombamento de espécies nativas de cerrado, então o documento apresentado é um reflexo dessa confusão. A

Conselheira Jeanine agradeceu a ação do conselho pelo documento apresentado e solicitou uma cópia para apresentar à sua comunidade. Observou que o importante agora é mostrar o que está errado e tentar resgatar o que for possível. Citou alguns parques que carecem de planos de manejo, cercamento, centro de visitantes, recuperação de áreas, onde pode ser empregada essa compensação. Solicitou a implantação de um posto de Policia Ambiental em Vargem Bonita para oferecer um suporte com rondas, já que há veículos na lista das compensações ambientais, que facilitará a monitoração dos incêndios e outros delitos ambientais, principalmente nos meses de seca. O Conselheiro Anthony sugeriu que se inicie o trabalho imediatamente, por meio de contato entre a Secretaria de Parques e a Semarh, no sentido verificar onde estão os bens adquiridos para se fazer a realocação desse material. O Presidente informou que já fez contato com o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para ser marcada uma reunião extraordinária. O Conselheiro Eriel observou que se deve verificar junto a quem elaborou a proposta de distribuição da compensação para prestar esclarecimentos. Questionou que a Estação Ecológica da Universidade de Brasília, que inclui a ARIE Capetinga Taquara, foi criada por portaria do Reitor da Universidade e perguntou ao Conselheiro Mauro se a Reserva Ecológica do IBGE é uma unidade de conservação criada pelo governo federal ou foi criada através de resolução ou portaria interna do IBGE. O Conselheiro Mauro respondeu que a unidade de conservação do IBGE foi criada por resolução do Presidente do IBGE e submetida e reconhecida pelo IBDF que era o órgão ambiental na época, e reconhecida como unidade de conservação. Acrescentou ainda que depois da criação da APA Gama e Cabeça de Veado a área encontra-se inserida como Zona de Vida Silvestre da APA e como área núcleo, no Decreto da Reserva da Biosfera do Cerrado. O Conselheiro Jonas questionou quem a Semarh teria de dar satisfação quanto ao desvio da destinação da compensação ambiental dos danos feitos pelas obras do Aeroporto. Registrou que sua posição sempre foi contrária a compensação ambiental por entender que os danos ao meio ambiente não justificaria as compensações. Comentou ainda sobre um pronunciamento do Secretário da Semarh que informou sobre a construção de barreiras de contenção de ruídos ao longo das áreas das populações afetadas. O Conselheiro Anthony observou que o conselho deve tentar corrigir os desvios levantando a real necessidade da unidade de conservação. Observou ainda a importância de se definir critérios claros em relação às compensações ambientais e definir, no SDUC, as prioridades de aplicação dos recursos até mesmo para transparência nos próximos licenciamentos ambientais. O Presidente consultou aos conselheiros sobre a realização da reunião extraordinária onde todos concordaram em realizar a reunião dia 24 do corrente mês as 15 horas no auditório da Comparques. O Conselheiro Eriel observou sobre dificuldade de serem implantadas barreiras de contenção de ruídos na região, conforme comentou o conselheiro Jonas. E informou que serão instalados medidores de ruídos em pontos já definidos para medir a intensidade de ruídos na região. Informou ainda que em conversa com oficiais da aeronáutica obteve a informação de que a segunda pista do aeroporto seria utilizada para aterrissage o que diminuiriam os ruídos sobre Park Way. Lembrou ainda que a legislação permita fazer obras em área de preservação permanente. O Conselheiro Francisco observou que há a necessidade de se centralizar e se adequar à limitação de cada conselho com interação de conhecimentos dos conselhos existentes na Comparques e na Semarh para que se possam trabalhar em conjunto com mais produção e menos sacrifícios. A Conselheira Jeanine observou que existem algumas ações de compensação ambiental da Infraero que estão sendo realizadas por algumas Empresas de consultoria. Citou a GRENTEC e a ECODATA, que a convidou para conhecer a recuperação da cascalheira. A Conselheira informou que não aceitou o convite e sugeriu a empresa apresentar projeto de educação ambiental para conhecimento da Comparques e posteriormente agendar uma de visita em grupo. Informou que a Empresa optou por fazer o trabalho individual o que considera como uma ação negativa, pois acredita que as ações devem passar pelo conselho para conhecimento de todos. Informou aos conselheiros dos eventos que serão realizados para comemorar a semana do meio ambiente. O Conselheiro Eriel informou que o projeto de recuperação da cascalheira está sendo um trabalho bem conduzido, onde as espécies arbóreas podem ser conhecidas num viveiro junto à sede da Infraero, com mudas de espécie de cerrado. Parabenizou a reunião do COGAMA, que reúne representantes tão combativos e possuidores de informações tão privilegiadas sobre o Distrito Federal. Com isso, sugeriu aos conselheiros participarem do Conselho de outras APAs que auxiliem a implantação e a ampliação do Parque Nacional de Brasília que necessita de ajuda dos Conselhos do Distrito Federal. Pois a área está sendo tomada pela produção agrícola e adensamento urbano. Considera ser oportuno a revisão do PDOT, para que esses casos sejam revertidos. O Presidente informou que em conversa com a Secretária Diana, obteve a informação de que terão prioridade as informações da Embrapa, Seapa, Comparques, Semarh, que são órgãos que militam e trabalham com o meio ambiente para reunir informações que serão inseridas no PDOT. O Secretário Executivo informou acerca da impossibilidade de haver um Conselho Gestor para cada parque e unidade de conservação. Neste sentido, a Comparques instituirá por Portaria, a criação das Zonas de Gestão Ambiental com o propósito de propiciar e permitir a otimização da implantação das unidades de conservação do Distrito Federal com a participação efetiva da comunidade. Informou ainda que o zoneamento da APA Gama e Veado existe e precisa-se atualizar um diagnóstico, fazer uma revisão do zoneamento e o plano de manejo da unidade de conservação com a participação do conselho. A Conselheira Jeanine informou que o macro zoneamento da APA já saiu no Decreto de 1996 e 2002, e que um trabalho denominado subsídios ao zoneamento e tese da Conselheira Mônica Veríssimo e Anthony Brandão, contem todos os mapas físicos, ambientais, questões sócias econômicas e resgate de todas as unidades de conservação que foi publicada pela UNESCO. Informou que no Seminário da APA do Gama e Cabeça de Veado será entregue um documento chamado Diretrizes ao Plano de Manejo. Considerou ser urgente a composição do grupo coordenador de manejo, para que sejam compiladas as informações existen-

tes e dar continuidade aos trabalhos da APA.O Secretário Executivo apresentou o relatório das ações que foram praticadas em cumprimento a Ação Civil Pública da 2ª Vara de Fazenda Pública – Processo:14662/91. Informou que foi feito um planejamento para operação com a remoção das edificações não habitadas; aplicação de Auto de Infração nas edificações habitadas situadas nas áreas de preservação permanente e nas Zonas de Vida Silvestres; remoção nas bacias autuadas em primeira fase pela Semarh; e realizou as mesmas ações na Vargem Bonita. Como há bastantes construções a montante, o que está acontecendo é o aumento do volume d’água no Córrego Mato Seco. Informou também que houve operações na ASMEC, onde foram removidas todas as churrasqueiras da área ao lado da piscina em Área de Proteção Permanente. Exibiu algumas fotos do local onde foi realizada a operação. Observou que o conselho poderia discutir uma proposta de ação para ser resolvida essa questão. informou em algumas reuniões com a Siv-solo, Siv-água e Comparques, onde discutiu-se o cronograma de execuções e informou que o fato é de que, com a sentença, o único trabalho é de sistematizar informações para que se possa explicar a quem está sofrendo a ação, pois do ponto de vista legal a sentença já anulou qualquer ato contrario à gestão das Zonas de Vida Silvestre. Com relação as chácaras que ocupam as áreas de zona de vidas silvestres ao longo do córrego, o Conselheiro Anthony observou que deve-se fazer a distinção do que é lote oficial e o que não é oficial, o ponto de vista urbanístico e agrário e fazer vistorias e reuniões periódicas com os órgãos envolvidos para definir a execução da sentença. O Secretário Executivo sugeriu que se faça um grupo de trabalho com urgência para resolver essa questão. O presidente propôs uma visita às áreas para conferir o que permanece e o que deve ser retirada. O Conselheiro Anthony observou da importância da presença do Ministério Público para dar o respaldo necessário às ações. O Conselheiro Francisco observou que se deve haver uma definição de espaços para que se possa proceder a uma ação com segurança. A Conselheira Mônica observou que os dados que existem sobre a APA é a única unidade dentro do Distrito Federal que se tem escala de 1:2000 e mapas produzidos pela UNESCO com endereços numa escala extremamente detalhada o que ajudaria a ir direto aos endereços. O Secretario Executivo informou que durante o tempo em que esteve gerente na Semarh, tentou de várias formas de conseguir a execução do zoneamento, sem sucesso. O conselheiro Anthony sugeriu marcar uma reunião com o Siv-água, Siv-solo, Semarh, Sefau, Secretário Executivo do COGAMA e os conselheiros Jeanine, Anthony, e Mônica Veríssimo. O Secretário Executivo expôs o assunto de que o Ministério Público está solicitando perícias a delegacia especial de meio ambiente e sentenciando determinadas pessoas dentro da APA a desenvolver um PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada, e o Conselho não tem o conhecimento desse processo. O Conselheiro Anthony observou que deve-se reunir comparques, Semarh e Ministério Público para ver a competência de cada órgão, no sentido de evitar qualquer ação futura por parte do indiciado, pois o procedimento afetará todo o Distrito Federal e não somente o conselho gestor da APA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Roberto Napoleão de Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Brasília, de 08 de junho de 2005 Enio Dutra Fernandes da Silva Roberto Napoleão de AraújoAnthony Allison Brandão Santos Zenildo Batista Leite Jeanine Maria Felfili Fagg Emília Honorina Fernandes Ferreira Carlos Roberto Machado Vieira Carolina Esteves da Cunha Lobo Francisco Alves Ribeiro Januária Chagas Villela Egreja Mauro César Lambert de Brito Ribeiro Delmar Duarte Pereira Gilmar José Bezerra Crispim Jonas Alves da Silva Francisco de Assis da Silva Marcelo Pereira da Silva Mônica Veríssimo dos Santos Maria do Carmo Sousa Cunha Maria Aparecida Batista Eriel Sinval Cardoso

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO
Aos seis dias do mês de julho de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Emília Honorina Fernandes Ferreira - Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR – Anthony Állison Brandão Santos – Instituto Vida Verde – IVV, Maria Aparecida Batista - Associação Comunitária da Candangolândia, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Marcelo Pereira da silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Francisco de Assis da Silva – Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Membros Suplentes: Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Mauro César Lambert de Brito Ribeiro – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Zenildo Batista Leite – Federação das Indústrias do DF – FIBRA Maria do Carmo Sousa Cunha – Associação Comunitária da Candangolândia, Carolina Esteves da Cunha Lobo – Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, Januária Chagas Villela Egreja – Jardim Botânico de Brasília - JBB, Eriel Sinval Cardoso – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh, Delmar Duarte Pereira – Sindicato Rural, Gilmar José Bezerra Crispim - Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR. Convidados: Albatênio Resende Júnior – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Eneida Leite de Oliveira - Secretaria de Estado de

Administração de Parques e Unidades de Conservação - COMPARQUES Colocada sob apreciação a Ata da 8ª Reunião Ordinária do COGAMA, foram solicitadas algumas correções, que depois de atendidas recebeu aprovação dos conselheiros. O Presidente ao iniciar a sessão informou aos conselheiros que, por questões econômicas e disponibilidade do Instituto Israel Pinheiro para a realização do workshop, a data do evento teria sido transferida para o dia 05 de agosto de 2005. O Senhor Roberto Napoleão se apresentou e informou aos conselheiros que acabara de ser nomeado Secretário Executivo do COGAMA. O Presidente respondeu ao questionamento do conselheiro Anthony Brandão, que expôs na reunião anterior, sobre o posicionamento das ações referente ao Parque do Tororó. Em resposta, o Presidente informou que o Decreto do Parque encontra-se pronto para ser assinado. Apresentou a Planta do Parque, inclusive com as coordenadas, para conhecimento de todos. O Conselheiro Eriel observou que tomou conhecimento da poligonal, e lamentou que a cachoeira não estivesse incluída dentro da área do parque, apesar de ser considerada um monumento natural do Distrito Federal, independente de ser terra particular ou pública. A Conselheira Jeanine observou da importância da criação do Parque, que fará a função de tamponamento e contenção do adensamento urbano de águas pluviais que alimentam as nascentes infiltração. Informou ainda que em reunião com a comunidade, discutiu-se a possibilidade de construir um santuário na região das nascentes e da cachoeira. O Conselheiro Francisco comentou sobre a existência de Legislação, Federal e Distrital, para cachoeiras e nascentes e solicitou que conste essa informação no mapa. O Conselheiro Anthony observou que uma das funções do Conselho é o controle das ocupações irregulares de terras públicas. Com isso sugeriu que o Conselho se informe sobre o processo de licenciamento ambiental do Bairro Tororó, por considerar que o grande impacto se dá principalmente pelo parcelamento. Observou também sobre a importância de se desenvolver um trabalho com os chacareiros, no sentido de criar um refúgio de vida silvestre nos termos do SNUC, juntamente com a regularização do bairro do Tororó. Solicitou que o Conselho solicite ao Ibama/DF, informações sobre o licenciamento ambiental da área, para acompanhamento e contribuições dos conselheiros. Em resposta a indagação do Conselheiro Francisco, informou que o Parque já é área de preservação permanente, e não há necessidade de constar a Legislação na poligonal. O Conselheiro Eriel informou que, na nova versão do PDOT, consta a transformação da área que estava sub-júdice em zona urbana de dinamização e considera como um risco para a região como um todo, porque o divisor de água foi protegido pelo parque, mas algumas nascentes continuam sem a necessária proteção. Observou que existe uma Lei que cria os monumentos naturais do Distrito Federal e um Decreto que a regulamenta onde constam algumas áreas passíveis de serem criadas como monumentos naturais do Distrito Federal. No Entanto, considera que seja possível criar, mesmo em área particular, dada a importância da Cachoeira do Tororo, uma área de patrimônio natural do Distrito Federal. Acrescentou ainda que para que isso aconteça, basta que o Governador através de um decreto estabeleça restrições ambientais para o uso, através da elaboração do Plano de Manejo para a região, com controle ao acesso e implantação de condicionantes. O Conselheiro Anthony observou que o título de monumento natural criado pelo Distrito Federal, não se confunde com a categoria de unidades de conservação monumento natural criado pelo SNUC, porque para se criar unidade de conservação que vá interferir na propriedade particular, fatalmente se terá uma discussão bem mais complexa em termos de consulta pública. Com isso, o conselheiro sugeriu que se desenvolva um trabalho a partir da implementação do Parque do Tororo, a partir do EIA/RIMA e a partir das informações solicitadas ao Ibama sobre o licenciamento ambiental da área e sobre as propostas de proteção do bairro, para posterior definição da criação de um monumento natural ou simplesmente auxiliar na definição de reservas legais e Área de Preservação Permanente. Informou ainda que participará de um trabalho na Semarh, referente a Portaria da Reserva Legal, onde poderá aproveitar o momento para trabalhar na questão do Tororó. A Conselheira Mônica Veríssimo observou que, em relação as áreas rurais, valeria a pena transformá-las em RPPN, até mesmo para incentivo à geração de projetos. Comentou ainda que em debate com a presença da Secretária Diana Meirelles da Motta, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, que informou sobre a apresentação pelo DER, do anel viário do Distrito Federal, que já existe no trabalho da APA, referente à Lei Complementar onde consta que, num raio de 5 quilômetros para cada lado é dado prioridade para adensamento, que caberia, no caso, ao Plano Diretor. Informou também que o projeto está previsto para ser implantado em volta do IBGE, em quatro pistas com iluminação. Com isso, a Conselheira considera importante que o Conselho conheça o projeto para que possa ser incluído na proposta do PDOT, além da informação de que a APA tem a zona núcleo da Reserva da Biosfera DO Cerrado e três quilômetros que seria o tamponamento, acredita que essa informação facilitará no sentido de demonstrar uma legislação que já existe. O Conselheiro Anthony informou que está em discussão uma proposta que inclui, além do anel viário, as APAs, a Reserva Legal, as Unidades de Conservação, Zonas de Tamponamento e Corredores Ecológicos, a serem integrados no texto urbanístico e no texto agrário que está definido pelo Plano Diretor. Observou que foi firmado junto a Seduh, um prazo de entrega do PDOT, até o dia 30 de agosto à Câmara Legislativa. E informou que ficou definido junto aos órgãos envolvidos no projeto, uma sistematização de informações para serem encaminhadas à Seduh, contabilizados no diagnóstico e no mapa definitivo, para depois das considerações finais dos órgãos, o encaminhamento a Câmara Legislativa. Desta forma, o prazo será o tempo técnico para a junção de informações à serem enviadas para a Seduh e posteriormente à Câmara Legislativa. A Conselheira Mônica informou que participou de um debate na Câmara Distrital, onde foram discutidas questões referentes ao PDOT e informou que no debate comentou-se que o Distrito Federal é o único Estado da Federação que tem PDOT, com validade deste até o final de 2009. Argumentou ainda que pelas discussões de Planos Diretores de todo o Brasil o prazo de entrega de materiais na Câmara Legislativa pode ser até outubro de 2006. Informou também que foi comentado pelos

representantes do Ministério das Cidades, o lançamento da campanha de Plano Diretor participativo. Em relação a RIDE, a Conselheira informou que o Ministério do Meio Ambiente já tentou fazer trabalho de Zoneamento Econômico com o Pessoal do Distrito Federal, sem sucesso. O Conselheiro Eriel informou que todo o trabalho da RIDE do Distrito Federal e entorno encontra-se no site www.cprm.gov.br. O Conselheiro Francisco solicitou ao Conselho, especial atenção à questão do anel viário que seria iniciado pela DF 100, estando bastante distante da DF 001. E também referente a licenciamento e alvarás para construção em condomínios, onde sugeriu levar ao Workshop todos estes contextos, para discussão. O Presidente seguiu a reunião abordando o assunto relacionado às Compensações Ambientais. Informou que obteve da Semarh, documentação referente ao resumo geral da compensação ambiental Infraero/Semarh, constando: descrição, valor consolidado, valor recebido e valor a receber. O Presidente fez a leitura do documento e ao ler o item referente à reserva técnica, perguntou ao Conselheiro Eriel do que se tratava. O Conselheiro respondeu que na proposta inicial da Semarh tentou-se incluir nos valores citados a publicação do livro sobre a APA de Cafuringa e o plano de manejo para a ESEC-AE, o que está sendo viabilizado por meio do BID, que custará em torno de 500 a 600 mil reais. Com isso, informou que a reserva técnica é destinada para trabalhos relativos ao meio ambiente que inclui planos de manejos e zoneamentos. Acrescentou ainda que todo o trabalho de solicitação de compensação ambiental foi elaborado na gestão anterior a do Pastor Jorge e, no entanto, foram modificados e substituídos por outros materiais. O Conselheiro Anthony sugeriu que se faça um levantamento do que ainda resta, para então reunir com os órgãos envolvidos e rever a locação dos materiais e recursos. Observou ainda que de acordo com o SNUC, as compensações devem ser voltadas para a gestão da unidade de conservação e não para tapar buracos do orçamento da entidade. Observou também que no documento da Semarh apresentado pelo Presidente, não constava nenhum item relacionado à plano de recuperação de área degradada ou criação de outros espaços de proteção e manejo, que consta no SNUC como prioridade. Com isso o Conselheiro sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária com os gestores das unidades de conservação da APA, para localizar os recursos que ainda não foram gastos e direcioná-los para a implementação ambiental. O Secretário Executivo sugeriu que se faça uma primeira reunião com a presença do Secretário de Meio Ambiente e após a sua manifestação, realizar uma outra reunião com a presença dos representantes dos órgãos gestores da APA. O Secretário Executivo comentou que o SDUC norteia as prioridades de aplicação da compensação ambiental, que é confundida comumente com à compensação prevista pelo Decreto n.º 14.783/1993, que trata do tombamento de espécies nativas de cerrado, então o documento apresentado é um reflexo dessa confusão. A Conselheira Jeanine agradeceu a ação do conselho pelo documento apresentado e solicitou uma cópia para apresentar à sua comunidade. Observou que o importante agora é mostrar o que está errado e tentar resgatar o que for possível. Citou alguns parques que carecem de planos de manejo, cercamento, centro de visitantes, recuperação de áreas, onde pode ser empregada essa compensação. Solicitou a implantação de um posto de Polícia Ambiental em Vargem Bonita para oferecer um suporte com rondas, já que há veículos na lista das compensações ambientais, que facilitará a monitoração dos incêndios e outros delitos ambientais, principalmente nos meses de seca. O Conselheiro Anthony sugeriu que se inicie o trabalho imediatamente, por meio de contato entre a Secretaria de Parques e a Semarh, no sentido verificar onde estão os bens adquiridos para se fazer a realocação desse material. O Presidente informou que já fez contato com o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para ser marcada uma reunião extraordinária. O Conselheiro Eriel observou que se deve verificar junto a quem elaborou a proposta de distribuição da compensação para prestar esclarecimentos. Questionou que a Estação Ecológica da Universidade de Brasília, que inclui a ARIE Capetinga Taquara, foi criada por portaria do Reitor da Universidade e perguntou ao Conselheiro Mauro se a Reserva Ecológica do IBGE é uma unidade de conservação criada pelo governo federal ou foi criada através de resolução ou portaria interna do IBGE. O Conselheiro Mauro respondeu que a unidade de conservação do IBGE foi criada por resolução do Presidente do IBGE e submetida e reconhecida pelo IBDF que era o órgão ambiental na época, e reconhecida como unidade de conservação. Acrescentou ainda que depois da criação da APA Gama e Cabeça de Veado a área encontra-se inserida como Zona de Vida Silvestre da APA e como área núcleo, no Decreto da Reserva da Biosfera do Cerrado. O Conselheiro Jonas questionou quem a Semarh teria de dar satisfação quanto ao desvio da destinação da compensação ambiental dos danos feitos pelas obras do Aeroporto. Registrou que sua posição sempre foi contrária a compensação ambiental por entender que os danos ao meio ambiente não justificaria as compensações. Comentou ainda sobre um pronunciamento do Secretário da Semarh que informou sobre a construção de barreiras de contenção de ruídos ao longo das áreas das populações afetadas. O Conselheiro Anthony observou que o conselho deve tentar corrigir os desvios levantando a real necessidade da unidade de conservação. Observou ainda a importância de se definir critérios claros em relação às compensações ambientais e definir, no SDUC, as prioridades de aplicação dos recursos até mesmo para transparência nos próximos licenciamentos ambientais. O Presidente consultou aos conselheiros sobre a realização da reunião extraordinária onde todos concordaram em realizar a reunião dia 24 do corrente mês as 15 horas no auditório da Comparques. O Conselheiro Eriel observou sobre dificuldade de serem implantadas barreiras de contenção de ruídos na região, conforme comentou o conselheiro Jonas. E informou que serão instalados medidores de ruídos em pontos já definidos para medir a intensidade de ruídos na região. Informou ainda que em conversa com oficiais da aeronáutica obteve a informação de que a segunda pista do aeroporto seria utilizada para aterrizagem o que diminuiriam os ruídos sobre Park Way. Lembrou ainda que a legislação permita fazer obras em área de preservação permanente. O Conselheiro Francisco observou que há a necessidade de se centralizar e se adequar à limitação de cada conselho com interação de conhecimentos dos conselhos existentes na Comparques e na

Semarh para que se possam trabalhar em conjunto com mais produção e menos sacrifícios. A Conselheira Jeanine observou que existem algumas ações de compensação ambiental da Infraero que estão sendo realizadas por algumas Empresas de consultoria. Citou a GREENTEC e a ECODATA, que a convidou para conhecer a recuperação da cascalheira. A Conselheira informou que não aceitou o convite e sugeriu a empresa apresentar projeto de educação ambiental para conhecimento da Comparques e posteriormente agendar uma de visita em grupo. Informou que a Empresa optou por fazer o trabalho individual o que considera como uma ação negativa, pois acredita que as ações devem passar pelo conselho para conhecimento de todos. Informou aos conselheiros dos eventos que serão realizados para comemorar a semana do meio ambiente. O Conselheiro Eriel informou que o projeto de recuperação da cascalheira está sendo um trabalho bem conduzido, onde as espécies arbóreas podem ser conhecidas num viveiro junto à sede da Infraero, com mudas de espécie de cerrado. Parabenizou a reunião do COGAMA, que reúne representantes tão combativos e possuidores de informações tão privilegiadas sobre o Distrito Federal. Com isso, sugeriu aos conselheiros participarem do Conselho de outras APAs que auxiliem a implantação e a ampliação do Parque Nacional de Brasília que necessita de ajuda dos Conselhos do Distrito Federal. Pois a área está sendo tomada pela produção agrícola e adensamento urbano. Considera ser oportuno a revisão do PDOT, para que esses casos sejam revertidos. O Presidente informou que em conversa com a Secretária Diana, obteve a informação de que terão prioridade as informações da Embrapa, Seapa, Comparques, Semarh, que são órgãos que militam e trabalham com o meio ambiente para reunir informações que serão inseridas no PDOT. O Secretário Executivo informou acerca da impossibilidade de haver um Conselho Gestor para cada parque e unidade de conservação. Neste sentido, a Comparques instituirá por Portaria, a criação das Zonas de Gestão Ambiental com o propósito de propiciar e permitir a otimização da implantação das unidades de conservação do Distrito Federal com a participação efetiva da comunidade. Informou ainda que o zoneamento da APA Gama e Veado existe e precisa-se atualizar um diagnóstico, fazer uma revisão do zoneamento e o plano de manejo da unidade de conservação com a participação do conselho. A Conselheira Jeanine informou que o macro zoneamento da APA já saiu no Decreto de 1996 e 2002, e que um trabalho denominado subsídios ao zoneamento e tese da Conselheira Mônica Veríssimo e Anthony Brandão, contem todos os mapas físicos, ambientais, questões sócias econômicas e resgate de todas as unidades de conservação que foi publicada pela UNESCO. Informou que no Seminário da APA do Gama e Cabeça de Veado será entregue um documento chamado Diretrizes ao Plano de Manejo. Considerou ser urgente a composição do grupo coordenador de manejo, para que sejam compiladas as informações existentes e dar continuidade aos trabalhos da APA. O Secretário Executivo apresentou o relatório das ações que foram praticadas em cumprimento a Ação Civil Pública da 2ª Vara de Fazenda Pública – Processo:14662/91. Informou que foi feito um planejamento para operação com a remoção das edificações não habitadas; aplicação de Auto de Infração nas edificações habitadas situadas nas áreas de preservação permanente e nas Zonas de Vida Silvestres; remoção nas bacias autuadas em primeira fase pela Semarh; e realizou as mesmas ações na Vargem Bonita. Como há bastantes construções a montante, o que está acontecendo é o aumento do volume d'água no Córrego Mato Seco. Informou também que houve operações na ASMEC, onde foram removidas todas as churrasqueiras da área ao lado da piscina em Área de Proteção Permanente. Exibiu algumas fotos do local onde foi realizada a operação. Observou que o conselho poderia discutir uma proposta de ação para ser resolvida essa questão. Informou em algumas reuniões com a Siv-solo, Siv-água e Comparques, onde discutiu-se o cronograma de execuções e informou que o fato é de que, com a sentença, o único trabalho é de sistematizar informações para que se possa explicar a quem está sofrendo a ação, pois do ponto de vista legal a sentença já anulou qualquer ato contrario à gestão das Zonas de Vida Silvestre. Com relação as chácaras que ocupam as áreas de zona de vidas silvestres ao longo do córrego, o Conselheiro Anthony observou que deve-se fazer a distinção do que é lote oficial e o que não é oficial, o ponto de vista urbanístico e agrário e fazer vistorias e reuniões periódicas com os órgãos envolvidos para definir a execução da sentença. O Secretário Executivo sugeriu que se faça um grupo de trabalho com urgência para resolver essa questão. O presidente propôs uma visita às áreas para conferir o que permanece e o que deve ser retirada. O Conselheiro Anthony observou da importância da presença do Ministério Público para dar o respaldo necessário às ações. O Conselheiro Francisco observou que se deve haver uma definição de espaços para que se possa proceder a uma ação com segurança. A Conselheira Mônica observou que os dados que existem sobre a APA é a única unidade dentro do Distrito Federal que se tem escala de 1:2000 e mapas produzidos pela UNESCO com endereços numa escala extremamente detalhada o que ajudaria a ir direto aos endereços. O Secretário Executivo informou que durante o tempo em que esteve gerente na Semarh, tentou de várias formas de conseguir a execução do zoneamento, sem sucesso. O conselheiro Anthony sugeriu marcar uma reunião com o Siv-água, Siv-solo, Semarh, Sefau, Secretário Executivo do COGAMA e os conselheiros Jeanine, Anthony, e Mônica Veríssimo. O Secretário Executivo expôs o assunto de que o Ministério Público está solicitando perícias a delegacia especial de meio ambiente e sentenciando determinadas pessoas dentro da APA a desenvolver um PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada, e o Conselho não tem o conhecimento desse processo. O Conselheiro Anthony observou que deve-se reunir comparques, Semarh e Ministério Público para ver a competência de cada órgão, no sentido de evitar qualquer ação futura por parte do indiciado, pois o procedimento afetará todo o Distrito Federal e não somente o conselho gestor da APA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Roberto Napoleão de Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Brasília, de 08 de junho de 2005 Enio Dutra Fernandes da Silva Roberto Napoleão de

Araújo Anthony Allison Brandão Santos Zenildo Batista LeiteJeanine Maria Felfili Fagg Emília Honorina Fernandes Ferreira Carlos Roberto Machado Vieira Carolina Esteves da Cunha Lobo Francisco Alves Ribeiro Januária Chagas Villela Mauro César Lambert de Brito Ribeiro Delmar Duarte Pereira Gilmar José Bezerra Crispim Jonas Alves da Silva Francisco de Assis da Silva Marcelo Pereira da Silva Mônica Veríssimo dos Santos Maria do Carmo Sousa Cunha Maria Aparecida Batista Eriel Sinval Cardoso

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Valdson Gonçalves de Amorin – Procuradoria Geral do Distrito Federal, Anajúlia Elizabete Heringer Salles – Jardim Botânico de Brasília, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Jeanine Maria Felfili Fagg – Associação Comunitária dos Proprietários do Park Way, Emília Honorina Fernandes Ferreira - Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, Ivone Borges Baracat – Instituto Vida Verde – IVV, Maria Aparecida Batista - Associação Comunitária da Candangolândia, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Marcelo Pereira da Silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Francisco de Assis da Silva – Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Membros Suplentes: Manoel Alessandro Machado de Araújo – IBAMA, Valcir da Silva Neiva – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Jonas Alves da Silva – Fundação CEBRAC, Mauro César Lambert de Brito Ribeiro – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Zenildo Batista Leite – Federação das Indústrias do DF – FIBRA, Eriel Sinval Cardoso – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh, Delmar Duarte Pereira – Sindicato Rural. E convidada: Maria Olívia Ferreira Guimarães – AFAM. O presidente inicia a reunião e passa a palavra ao Sr. Denner Veronese, superintendente da INFRAERO, expõe o resumo do processo de implantação da segunda pista do aeroporto e faz uma apresentação breve sobre a questão do ruído aeronáutico, que foi o assunto mais relevante abordado pela SEMARH. Após a apresentação o Sr. Denner Veronese afirma que em termos de compensações ambientais a INFRAERO teve como parceiros técnicos da UnB e de empresas conceituadas, portanto deseja tranquilizar a todos quanto à qualidade ambiental do empreendimento. A Sra. Mônica Veríssimo questiona se o Aeroporto de Brasília é o único do Brasil que está inserido em uma Unidade de Conservação. O Sr. Denner responde que existem alguns aeroportos que estão parcialmente inseridos em uma área de Proteção Ambiental. Informa que houve um questionamento judicial e compensações ambientais. O Sr. Presidente informa que foi acertada para agosto uma reunião com a equipe da Infraero que, trará informações sobre as compensações ambientais. Afirma que o Sr. Secretário de Meio Ambiente, pretende repassar toda a verba de compensação ambiental destinada aos parques e unidades de conservação para a Comparques. Solicita aos conselheiros que avaliem o encontro com o Sr. Antonio Gomes. A Sra. Jeanine, considera bastante positivo o fato de o Secretário ter respondido os questionamentos de forma transparente e ter comparecido pessoalmente acompanhado do Subsecretário de Meio Ambiente, Sr. Fernando Fonseca. Acrescenta que o que realmente deseja é conseguir algo tangível da SEMARH, para as unidades de conservação. Afirma ter recebido sugestão do Conselheiro Francisco de perguntar a todas as comunidades o que é necessário e importante ser fornecido às unidades de conservação como compensação ambiental. Declara que não perguntou a todas, mas, dentre as que foram questionadas, elaborou-se uma lista na qual uma das prioridades é criar a unidade de conservação incluindo as áreas limítrofes das reservas que estão em poder da Aeronáutica e outra seriam as questões emergenciais como o controle de queimadas, pois há muita preocupação com relação à fiscalização, monitoramento, equipamento das brigadas, estruturas e destacamento da Polícia Florestal da Vargem Bonita. Portanto, a Sra. Jeanine, solicita ao Sr. Presidente uma orientação no sentido de consolidar todas as informações/sugestões adquiridas e apresentá-las oficialmente ao Secretário de Meio Ambiente. O Sr. Presidente acredita ser interessante encaminhar tal documentação primeiramente a este Conselho. O Sr. Francisco pergunta se a Câmara Técnica está sendo criada na SEMARH e se existe uma Câmara Técnica na Comparques, que possa unir-se à SEMARH, para discutir questões de determinados segmentos. O Sr. Napoleão informa que a Câmara Técnica será criada, a princípio na SEMARH, por ser prevista pelo SNUC, para resolver questões de licenciamento. No entanto, como a Comparques foi criada para gerir algumas unidades de conservação, existe um entendimento entre as duas secretarias, de ser criada uma segunda Câmara Técnica, para tratar dos assuntos de compensação ambiental. O Sr. Francisco afirma que dentro deste contexto, a Sra. Jeanine poderá apresentar as sugestões levantadas diretamente ao Sr. Secretário de Meio Ambiente que está entusiasmado em equacionar os problemas existentes e conferir se as compensações estão de fato ocorrendo. O Sr. Presidente informa que quase todas as compensações não foram executadas, portanto, a Comparques está tentando agilizar o processo. A Sra. Anajúlia fala sobre a história do Jardim Botânico de Brasília com a Infraero. No começo o JBB era parte integrante da SEMARH, então foi feito um levantamento inicial de distâncias, onde entendeu-se que o JBB seria a unidade de proteção integral mais afetada com os sobrevôos das aeronaves. Informa que estão a quatro quilômetros de distância da cabeceira da pista do aeroporto e por isso foram realizadas várias reuniões para tratar desse assunto. Nesse sentido foi solicitada

a realização do Plano de Manejo e do Plano Diretor da área, a conclusão do JBB e da APA Gama e Cabeça de Veado e também equipamentos para a proteção da Unidade, efetivamente. Explica que, pelo SNUC, há uma hierarquia de prioridades no gasto de verba de compensação ambiental: 1) Titulação, questões fundiárias e legalização da terra; 2) Plano de Manejo e Plano Diretor e; 3) A infra-estrutura daquela unidade para que ela consiga se proteger. Então acompanhando o processo da Infraero, inclusive de licitação, informa que os veículos foram licitados somente em julho do ano passado, mas não chegaram até hoje ao JBB e, alguns recursos foram investidos em Águas Emendadas, causando detrimento à unidade que vem sofrendo efetivamente com esse dano. A Sra. Anajúlia pede socorro com relação à faixa do Pólo Verde, dizendo que já procurou a DEMA e o MPDFT, mas o problema não foi resolvido. Pede ao Conselho uma ação conjunta para solucionar tal pendência. Informa que repassará todas as reivindicações do Jardim quanto à área da aeronáutica para a Sra. Jeanine para compor o documento oficial. A Sra. Mônica complementa que, pelos estudos realizados para compor sua tese de doutorado, a área do Pólo Verde é uma Zona de Vida Silvestre e, portanto, não poderia ter sido implantando tal empreendimento. Lembra que as áreas dos condomínios próximos ao Jardim Botânico poderão ter sua destinação de rural transformada para urbana com a revisão do PDOT, por isso há uma preocupação com a destinação da referida área do Pólo Verde. A Sra. Anajúlia noticia que seu parecer foi desfavorável no Processo de implantação do Pólo Verde e afirma ter atribuído Compensação Ambiental em forma de taxa anual de manutenção revertida em fiscalização, pois desde quando instalaram os quiosques tem-se cachorros para assegurá-los. A Sra. Anajulia convida todo o Conselho para realizar uma reunião no JBB para que possam caminhar por ali para constatação dos fatos e para resolver a situação. O Sr. Mauro pede desculpas por não ter comparecido à reunião com o Secretário de Meio Ambiente, afirma não saber exatamente o que foi discutido, mas informa que a questão da Compensação Ambiental está sendo revista, já está na Casa Civil, mas por consequência dos problemas enfrentados pelo Governo Federal, a revisão foi deixada de lado, mas logo devem ser retomadas as discussões porque o setor elétrico tem solicitado uma resolução desse fato. Afirma existir um parecer do Ministério Público constatando a incongruência entre o decreto que regulamenta a lei que, em muitos casos é contrário ao que está escrito na lei, portanto abrem-se muitas brechas para os desvios de destinação da verba das Compensações Ambientais, por isso há um novo decreto tramitando, e já está na Casa Civil para ser assinado. Diz que o IBGE entende que as instituições que precisam fazer o Manejo das suas áreas, necessitam muito mais de equipamentos, o IBGE não deseja requisitar equipamentos, mas já que está na pauta a discussão do Plano de Manejo da APA Gama e Cabeça de Veado, há a existência do Grupo de Manejo que ainda não foi convocado a atuar, então deseja saber se há possibilidade desses recursos que não foram gastos e parte dos equipamentos serem alocados em um núcleo físico para manejo da APA, para que este Conselho e o Grupo de Manejo comecem de fato a pensar no manejo da área e aproveitar a parte desses equipamentos e dos recursos que ainda não foram gastos para, efetivamente, implantar um Plano de Manejo. Portanto, criaria logo essa cultura de manejo, o que será um processo permanente. O Sr. Presidente acredita que a proposta do Sr. Mauro é perfeitamente possível de ser implantada e diz que deve-se insistir nesse objetivo. O Sr. Manoel inicialmente agradece aos coordenadores das oficinas e aos palestrantes que participaram do Seminário da APA do Planalto Central e todos os demais que estiveram presentes. Sugere que, pela demora da correção da ata, esta seja encaminhada com antecedência aos conselheiros para que as alterações sejam feitas previamente para se ganhar tempo para mais discussões e solicita que a ata, quando entregue na reunião seja impressa em frente e verso para economizar papel. Cita a situação apresentada pela Sra. Anajulia, relacionada à faixa próxima ao JBB, referente à Zona de Vida Silvestre da APA Gama e Cabeça de Veado e afirma existir uma Lei Distrital que delimita as áreas de domínio do DER como ÁRIES, portanto além de ser Zona de Vida Silvestre, ser Zona de Tamponamento, é também uma ARIE. Então isso já justificaria o DER colocar uma cerca no local pretendido. Solicita que os conselheiros pensem se parques e APMs, de acordo com as categorias, são unidades de conservação pelo seu conceito. “ Espaço territorial e seus recursos ambientais incluindo as águas jurisdicionais como características naturais e relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” O Sr. Manoel solicita que nesta reunião seja formado o Grupo Coordenador de Manejo e também com uma agenda de trabalho, marcar as reuniões e fazer os calendários para começar a exercitar, e para que algo seja apresentado nas próximas reuniões. A Sra. Jeanine solicita ao Sr. Presidente que officie o Secretário da SEMARH pedindo a participação do DAC na reunião com a INFRAERO, para discutir o monitoramento dos ruídos dos aviões. A Sra. Anajulia afirma ter recebido convite para o JBB participar do Programa de Educação Ambiental da INFRAERO, mas afirma ter negado participar, e pretende questionar essa proposta: Quais os resultados já obtidos, quais objetivos querem atingir, em que mudou o programa em termos de educação da comunidade. Acredita ser essa uma questão séria porque a APA só terá sucesso na medida em que for feito um programa de educação ambiental eficiente e eficaz, porque educação é um processo e não uma ação isolada. O Sr. Mauro informa que o IBGE recebeu o mesmo convite do JBB, mas não foi feita a visita e o IBGE respondeu o convite solicitando que todo o Conselho da APA Gama e Cabeça de Veado fosse convidado para conhecer o Programa. O Sr. Presidente afirma ter ido ao local com alguns técnicos da comparques, que consideraram muito mais marketing de promoção para a INFRAERO do que uma preocupação com a Educação Ambiental. O Sr. Eriel participa que a SEMARH recebeu convite formal para conhecer o local e assistir a apresentação da empresa contratada para recuperação da cascalheira e, principalmente a voçoroca que se originou em função da cascalheira. Os técnicos da SEMARH questionaram o custo, o tamanho da obra e a questão de como conter toda a área onde foi colocada a terra retirada da segunda pista do aeroporto, que poderá, futuramente,

carrear essa terra para dentro da área recuperada. Com relação à Educação Ambiental foi tudo contestado, mas não houve uma resposta plausível pela INFRAERO. Sobre as Compensações Ambientais foi solicitado pela SEMARH que sejam feitos novos aceiros para evitar focos de incêndio em diversas áreas próximas às da Aeronáutica, conforme projeto apresentado pelos técnicos cujo custo é de quarenta e sete mil reais, melhorando as estradas existentes e abrindo novas para dar acesso a carros de bombeiro para toda a região e possibilidade de combate a incêndio. Afirmo que o projeto está parado e faz parte do dinheiro que inclui o projeto de educação ambiental e recuperação da cascalheira, mas não sai do papel. Nas reuniões entre a SEMARH e a INFRAERO tem sido cobrada constantemente a execução do aceiro. Afirmo existir uma equipe da INFRAERO para resgatar os animais da região, mas não se sabe quem faz parte da equipe e para onde os animais são encaminhados. A Sra. Anajulia complementa que o Sr. Reuber, que faz parte da equipe contratada pela INFRAERO, a procurou para instalar um projeto de pesquisa no Jardim Botânico com a possibilidade de soltura de animais, mas afirma não ter concordado por desconhecer o projeto e querer conversar com representantes de todas as outras unidades de conservação da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera por não poder ser uma ação isolada de uma única unidade de conservação como o JBB. O Sr. Mauro explica que, com relação ao assunto do Grupo de Resgate de Animais, uma equipe esteve no IBGE explicando o que fariam, mas em momento algum falaram de resgate, mas sim de monitoramento dos animais da região. O Sr. Eriel diz que apesar da SEMARH ter licenciado as obras do Aeroporto, quem licenciou o desmatamento foi o IBAMA, quem exigiu que fosse colocada a terra do “bota-fora” da pista da cascalheira, foi um acordo entre a INFRAERO e IBAMA, para evitar de levar essas terras para um local muito distante. E a sugestão de Educação Ambiental em cima do projeto de cascalheira, não se sabe dizer se foi a SEMARH ou o IBAMA. A Sra. Jeanine afirma que essa discussão é uma excelente oportunidade para consolidar a gestão da APA, que é gerida pela COMPARQUES, com a questão do que está acontecendo na INFRAERO, como a Educação Ambiental e a recuperação de áreas degradadas e qualquer ação de manejo ou gestão da APA tem que ser passado para o seu conselho. Sugere então que a COMPARQUES entre em contato com a INFRAERO e peça para eles virem até o conselho para apresentarem a proposta e assumir que é um passivo ambiental que estão recuperando e não uma compensação e explicar todo o procedimento, inclusive o monitoramento de fauna para que o conselho aprove ou não. O Sr. Presidente inicia a discussão sobre a elaboração do Plano de Manejo da APA baseado no Zoneamento. O Sr. Napoleão diz que o objetivo é criar o Grupo Coordenador de Manejo para que a comparques coloque em prática, quando da elaboração do plano de manejo, as sugestões apresentadas pelo grupo. O objetivo do Grupo é produzir o programa do Plano de Manejo, tendo em vista que o Programa de Educação Ambiental da Unidade de Conservação deve seguir a política da COMPARQUES e da SEMARH. O Sr. Presidente reitera a sugestão do Sr. Manoel de sair desta sessão com um cronograma das atividades. O Sr. Mauro diz que o IBGE indicará a Sra. Betânia como titular do Conselho e a Sra. Maria Aparecida da Silva para compor o Grupo Coordenador de Manejo. O Sr. Jonar apresenta o Sr. Anthony para fazer parte do Grupo, como representante do Fórum das ONGs. O Sr. Napoleão deseja marcar a primeira reunião o mais rápido possível e depois serão marcadas as próximas pelo próprio grupo. O Sr. Manoel sugere que o Coordenador do Grupo seja um representante do órgão gestor da APA, no caso a COMPARQUES. O Sr. Napoleão pede aos participantes do Grupo Coordenador de Manejo que se manifestem quanto a realização da primeira reunião do referido grupo e informa que a sugestão do Sr. Manoel quanto a coordenação do grupo será discutida durante a semana e na reunião já terá uma resposta. O Sr. Napoleão, então, confirma a reunião para o dia quinze de julho, sexta-feira, às quatorze horas, no auditório da COMPARQUES, com a participação somente do Grupo. O Sr. Presidente noticia que foi proposta uma reunião dos dois conselhos com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que foi marcada para o dia dez de agosto, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos. O Sr. Presidente deseja que todos participem para que sejam abordados diversos assuntos no sentido de mobilizar os deputados a fazer um trabalho conjunto. O Sr. Eriel questiona se o Conselho da APA do Planalto Central será convidado para a reunião. O Sr. Presidente acredita ser importante o convite e solicita que a assistente o faça. O Sr. Francisco, então, pede que sejam convidados todos os conselhos existentes, pois todos têm questionamentos à Câmara Legislativa. O Sr. Presidente solicita que sejam levantadas as situações que serão abordadas e que os conselheiros selecionem um representante para expor esses questionamentos à Comissão. Então, solicita ao Sr. Napoleão que apresente a Zona de Gestão Ambiental que foi preconizada na Portaria que saiu semana passada no Diário Oficial do Distrito Federal. O Sr. Napoleão explica que as APAs não fazem parte dessas zonas de gestão, mas sim os parques, as ÁRIES, as Reservas Ecológicas e a Estação Ecológica do Jardim Botânico, que ainda será conversado, e explana que é impossível existir um Conselho Gestor por Parque, no caso da Zona de Gestão estão sendo considerados as bacias, as RÃS, os fatores sócio-econômicos, geomorfoclimático e a biodiversidade, necessitando ainda avaliação, agilização e redefinição das ações dos conselhos gestores possibilitando a troca de informações em função das especificidades dos parques e Unidades de Conservação. A Sra. Anajulia questiona se o Conselho das APAs é hierarquicamente superior aos conselhos das Zonas de Gestão. O Sr. Napoleão responde que esse é o entendimento da Portaria. Afirmo que o PDL de cada RA deverá se adequar ao Plano de Gestão das Zonas. Explica que as Zonas saíram por portaria para as comunidades já começarem a se organizar de acordo com elas. E, posteriormente, serão regulamentadas por decreto. A Sra. Anajúlia informa que a definição das Zonas de só terá validade se for regulamentada por lei. O Sr. Presidente concorda e diz que pelo adiantado da hora, é necessário que a reunião se encerre. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Roberto Napoleão de Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente

e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Brasília, de 06 de julho de 2005 Enio Dutra Fernandes da Silva Roberto Napoleão de Araújo Anthony Allison Brandão Santos Zenildo Batista Leite Jeanine Maria Felfili Fagg Emília Honorina Fernandes Ferreira Carlos Roberto Machado Vieira Carolina Esteves da Cunha Lobo Francisco Alves Ribeiro Januária Chagas Villela Egreja Mauro César Lambert de Brito Ribeiro Delmar Duarte Pereira Gilmar José Bezerra Crispim Jonas Alves da Silva Francisco de Assis da Silva Marcelo Pereira da Silva Mônica Veríssimo dos Santos Maria do Carmo Sousa Cunha Maria Aparecida Batista Eriel Sinval Cardoso

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIBEIRÕES GAMA E CABEÇA DE VEADO Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação - Comparques, sito em SAAN Quadra 04 Lotes 815/16 Edifício Collection, Distrito Federal, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado – Cogama, sob a presidência do Senhor Enio Dutra Fernandes da Silva, Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Estiveram presentes na Reunião os Conselheiros - Membros Titulares: Anajúlia Elizabete Heringer Salles – Jardim Botânico de Brasília, Fabíola Freitas Pinto e Silva - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Carlos Roberto Machado Vieira – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Paulo Sarkis Antônio – Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, Francisco Alves Ribeiro – Sindicato Rural, Mônica Veríssimo dos Santos – Fundação de Sustentabilidade e Desenvolvimento, Marcelo Pereira da Silva – Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça – ACONURCO, Francisco de Assis da Silva – Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação – Comparques, Alda Rabelo Cunha – Fundação CEBRAC. Membros Suplentes: Gilmar José Bezerra Crispim – Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR, Manoel Alessandro Machado de Araújo – IBAMA, João Bosco Soares – Companhia Imobiliária de Brasília – TERRA-CAP, Helena Castanheira Morais – Universidade de Brasília, Dinaura Gomes de Assis Nogueira – Associação de Moradores do Lago Sul – QI 17, Mauro César Lambert de Brito Ribeiro – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. E convidados: Denner S. Veronese – INFRAERO, Marcelo Versiqui – INFRAERO, Lílian R. Neves, INFRAERO, Fernanda Caixeta Valim – INFRAERO, Luis Paris – INFRAERO, Pedro Teixeira – SEMARH, Hugo Daniel Soares Rodrigues – IBAMA, Leilane Lara Moreira – SEMARH, Danielle Carmo Lins – SEMARH, Carlos Frederico Dias de Alencar Ribeiro – SEMARH, Sílvio Venturoli – SEMARH, Etelvino Veríssimo da Silva – SEMARH, Leonardo Carvalho de Lima – SEMARH e Fernando Fonseca – SEMARH. O presidente iniciou a reunião e apresentou a todos o documento técnico titulado “Contribuição dos Órgãos Ambientais para Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal” elaborado por processo participativo de trabalho envolvendo diversos órgãos que atuam na área ambiental do Governo do Distrito Federal. Agradeceu a equipe da SEMARH que foi de fundamental importância na realização desse trabalho. Informou que o objetivo dessa reunião foi apresentar, por meio da equipe da SEMARH, este trabalho que foi elaborado e discutido, para todos os conselheiros. Então, passou a palavra ao Sr. Eriel, representante da SEMARH, que fez a apresentação das sugestões que foram enviadas à SEDUH e passou a palavra ao Sr. Eriel, representante da SEMARH, que expõe o resumo do processo de implantação da segunda pista do aeroporto e faz uma apresentação breve sobre a questão do ruído aeronáutico, que foi o assunto mais relevante abordado pela SEMARH. Após a apresentação o Sr. Denner afirma que em termos de compensações ambientais a INFRAERO teve como parceiros técnicos da UnB e de empresas conceituadas, portanto deseja tranquilizar a todos quanto à qualidade ambiental do empreendimento. A Sra. Mônica Veríssimo questiona se o Aeroporto de Brasília é o único do Brasil que está inserido em uma Unidade de Conservação. O Sr. Denner responde que existem alguns aeroportos que estão parcialmente inseridos em uma área de Proteção Ambiental. A Sra. Mônica questiona como será feito o monitoramento do ruído aeronáutico. O Sr. Denner informa que existem várias medidas tomadas para diminuir o ruído, inclusive afirma ser possível proibir o uso de reversores de impulso, uma vez que a pista comporte o pouso sem o uso. Afirmo que o sistema de monitoramento de ruído é muito importante, pois é uma dos instrumentos utilizados para mostrar às autoridades que um determinado avião está produzindo níveis de incômodo sonoro acima da legislação. A Sra. Mônica sugere que, em questões legais, deve ser encaminhada ao CONAMA uma recomendação com relação ao ruído aeronáutico. O Sr. Fernando Fonseca, subsecretário de Meio Ambiente, esclarece que há orientação do Sr. Secretário da SEMARH de aplicação de multas em empreendimentos e atividades que operam com ruído acima do determinado pela norma. Concorda que a recomendação ao CONAMA será muito pertinente. Afirmo que a SEMARH já tem instrumentos para agir, pretende-se usar muito bem o sistema de monitoramento de ruídos aeronáuticos para fazer intervenções junto às empresas que operam no aeroporto. O Sr. Denner explica que o nível de ruído é regulamentado pela Aeronáutica, através do Departamento de Aviação Civil, por isso surge a dúvida se o CONAMA seria o órgão competente para esse assunto. A Sra. Mônica sugere que haja uma área de pesquisa para descobrir efeitos dos ruídos

em cima da fauna da região. O Sr. Francisco questiona se há previsão de disponibilizar as informações que são coletadas através do sistema de monitoramento de ruídos para os usuários do aeroporto e também para toda a comunidade, disponibilizando tais informações em um telão no aeroporto. O Sr. Denner informa que todas as informações estarão disponíveis na internet e que pode ser colocado telão no aeroporto sim. O Sr. Francisco pergunta qual é a previsão de ajustamento de conduta entre a INFRAERO e os operadores de sucatoões. O Sr. Denner informa que essa questão é competência do DAC. O Sr. Francisco então questiona se a INFRAERO já tem previsão para a instalação de um novo aeroporto em uma nova área, para que depois de vinte anos, que é o prazo máximo para utilização de um aeroporto, possa-se ter essa atividade mantida sem riscos. O Sr. Denner afirma que já foram iniciados estudos para construção de um novo aeroporto para que, no ano de 2018, o tráfego possa ser dividido entre os dois aeroportos. A Sra. Anajulia pergunta se existe estudo de capacidade de suporte das unidades de conservação que estão recebendo animais que tiveram origem do empreendimento da INFRAERO indiscriminadamente. O Sr. Denner desconhece a existência de um estudo desse porte e considera, por o empreendimento ocupar somente quatro por cento da área, que o impacto é desprezível. A Sra. Anajulia acredita ter faltado contato maior entre a INFRAERO com o Jardim Botânico, UnB e IBGE, que suas áreas são diretamente afetadas, nesses estudos preliminares. Diz estar preocupada com essa questão pois acredita que a logo prazo haverá muito problema não só de ruído como também com o estrangulamento desses animais. Sugere que a INFRAERO faça estudos nesse sentido. O Sr. Denner afirma que a INFRAERO cumpriu rigorosamente todas as exigências da SEMARH, inclusive da elaboração do Plano de Manejo e Plano Diretor das áreas. Afirma que os órgãos ambientais do estado é que deveriam ter entrado em contato com as instituições para avaliar a aplicação de estudos. O Sr. Fernando reconhece que a utilização da compensação ambiental não foi feita de forma adequada, quer seria destinação para os estudos da APA e até de outras unidades. A Sra. Anajulia critica que deveria ter um programa de educação ambiental real que fosse comprometido com processos, com jovens, com crianças e não somente uma visita à área que está sendo protegida. O Sr. Denner propõe que os conselheiros ajudem a INFRAERO, porque muitos dos programas ainda estão em desenvolvimento e não foram iniciados, portanto essas críticas seriam muito bem-vindas. A Sra. Helena ressalta que o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB, que é a empresa que auxiliou a INFRAERO no monitoramento ambiental, não tem equipe técnica da UnB, diz ser interessante realizar estudos na área biológica. O Sr. Francisco, representante da COMPARQUES, sugere que um dos pontos do sistema de monitoramento permaneça no Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo. O sr. Fernando esclarece que o Sistema de Monitoramento de Ruído terá sete pontos fixos e um móvel. O Sr. Manoel solicita que seja informada a quantidade de material utilizado na outra cabeceira da pista e de onde veio esse material. O Sr. Denner responde que todo corte e aterro foi feito na própria área, não houve material externo. O Sr. Mauro, representante do IBGE, informa que foi contatado pela empresa ECODATA para conhecerem o projeto de educação ambiental, no entanto disse ter feita uma solicitação para que essa empresa convidasse todo o Conselho Gestor da APA Gama e Cabeça de Veado para conhecer e discutir o programa, mas esse convite não chegou. Afirma que não importa o quanto foi utilizado da área, mas sim o que haveria no local, como nichos de reprodução de algumas espécies que não se reproduzem em outro lugar, mas não há conhecimento a respeito disso. Diz que gostaria de participar mais intensamente do processo. O Sr. Napoleão questiona como será resolvido o problema do ruído, se estiver muito alto em determinados locais, quais serão os procedimentos adotados para isso. O Sr. Fernando repete que essa será uma função da SEMARH, fará uma ação incisiva e espera que os postos de monitoramento que alavancarão ações de fiscalização nesse sentido. O Sr. Napoleão solicita maiores esclarecimentos quanto a isso, como quais medidas não operacionais serão tomadas no caso de não conseguir controlar o ruído. O Sr. Denner explica que existem vários procedimentos nesse sentido, como a mudança do procedimento de decolagem ou aproximação, se for percebido que uma área está sendo impactada, através do controle de tráfego aéreo muda-se o procedimento, sendo essa uma medida imediata. Pode-se também proibir que determinados tipos de aviões operem em certos horários. Pode-se fechar o aeroporto em determinados horários, como medida extrema. Finaliza que existem diversas medidas para resolver o problema. O Sr. Denner agradece o convite e diz que alguns equívocos do processo podem ser corrigidos, afirma que a INFRAERO está à disposição de todos, mas necessita sair por estar atrasado para um outro compromisso, deixando o Sr. Mauro como representante da INFRAERO que responderá aos demais questionamentos. O Sr. Presidente agradece a sua presença e a toda a equipe da INFRAERO. Afirma que das informações prestadas, a mais importante foi sobre o que é possível ainda ser corrigido, porque tem-se a participação efetiva da comunidade capacitada através do conselho gestor. O Sr. Eduardo, representante da INFRAERO, esclarece que o Plano de Educação Ambiental foi inicialmente pensado para mostrar aos próprios colegas da INFRAERO, qual o procedimento realizado para se recuperar a cascalheira em função da construção da segunda pista do aeroporto, por isso não houve uma intervenção maior por parte da SEMARH, e foi aproveitada a situação para convidar a comunidade para conhecer o que estava sendo recuperado. Afirma que quem foi visitar

pôde avaliar o empreendimento muito bem, por ser interessante com tecnologia inovadora, com mais de noventa por cento do material utilizado sendo natural. Deixa claro que não foi um Plano da obra da segunda pista, mas sim da recuperação da cascalheira. A Sra. Anajulia não entende como as áreas que serão mais impactadas, como a Fazenda Água Limpa da UnB e a Reserva do IBGE, bem como o Jardim Botânico, não foram convidadas para participar do processo da construção da segunda pista, também por terem os maiores estudos referentes àquela área. E questiona qual foi o custo estimado inicialmente e qual o custo previsto para o término da obra. O Sr. Mauro, representante da INFRAERO, informa que, por ter participado do início da obra pode informar qual o custo previsto inicialmente que era de aproximadamente cento e um milhões de reais. Não sabe dizer nesse momento o quanto evoluiu ou se diminuiu o valor, por não estar acompanhando o andamento da obra hoje. A Sra. Anajulia solicita, como conselheira do COGAMA, os custos finais para análise de compatibilidade das compensações ambientais. Por ser importante que seja feita atualização dos valores da compensação. O Sr. Fernando informa que serão realizadas duas apresentações pela Equipe da SEMARH, e logo após fazer um resumo do que foi discutido. Logo em seguida é mostrado onde serão inseridos os sete pontos de monitoramento de ruído. Após a apresentação a Sra. Fabíola informa que os pontos foram escolhidos estrategicamente por questões de segurança também. Afirma que os sete locais propostos já foram acionados e todos foram muito bem receptivos com relação a instalação do sistema de monitoramento de ruídos. O Sr. Mauro, representante da INFRAERO, esclarece que os pontos foram escolhidos em função de uma avaliação técnica, e informa que com os sete pontos e o móvel é abrangida uma área que seria suficiente para traçar um perfil do comportamento de incômodo que causam as aeronaves. Notícia que nada impede que, por ser um sistema passível de ajustes, pode ser feito ajuste para atender um outro ponto crítico e assim por diante. O Sr. Pedro faz uma exposição da distribuição do valor da compensação ambiental, que foi fixada em dois por cento do valor total da obra. Chegando ao valor total de dois milhões e trinta mil reais, tendo um saldo não utilizado que, mediante um termo aditivo, será repassado à comparques. O Sr. Presidente questiona qual a justificativa de ter comprado carros, móveis e não terem sido feitos estudos como Plano de Manejo da referida APA. O Sr. Fernando informa que o que é possível reverter do que já foi feito, será revertido. O Sr. Presidente especula que esse valor restante das compensações ambientais, poderá ser utilizado para cercar e fazer o Plano de Manejo de todas as Unidades de Conservação. O Sr. Presidente desabafa e solicita que as compensações ambientais sejam utilizadas nas áreas realmente impactadas. O Sr. Fernando solicita que a COMPARQUES indique um técnico para ler todos os processos de Compensação Ambiental existentes juntamente com técnicos da SEMARH e resolver os problemas pendentes. Pede que uma pessoa da COMPARQUES seja encaminhada já na próxima semana. O Sr. Fernando diz que os órgãos ambientais do Distrito Federal precisam interagir, trabalhar juntos para não mais haver problemas de comunicação. Afirma que a partir dessa reunião deveria ser formatada uma maneira de resgatar e rediscutir tudo, e propõe que seja formado grupo para tratar objetivamente dessas questões dessa compensação da INFRAERO especificamente. O Sr. Francisco agradece o compromisso assumido pelo Sr. Denner de disponibilizar o Painel no Aeroporto com o monitoramento do ruído, além dos níveis de temperatura e umidade do ar, também é necessária a localização geográfica com as coordenadas paralelas e meridianas. Afirma serem coisas simples para se inserir que são necessárias e já utilizadas em alguns aeroportos no mundo todo. O Sr. Mauro, representante da INFRAERO, noticia que a INFRAERO possui quatorze programas ambientais espalhados pelo Brasil. E esclarece que a INFRAERO está receptiva a apresentação de projetos, não se restringindo a compensações ambientais. A Sra. Mônica registra que foi solicitada por ela, pela Sra. Jeanine e pelo Sr. Anthony a participação nas discussões de todo o processo. Acredita ser fundamental a participação da comunidade em todos os processos. A Sra. Helena reforça a idéia de continuar com projetos de acompanhamento a longo prazo em parceria com a INFRAERO, é necessário concretizar essa parceria. O Sr. Mauro, representante da INFRAERO, agradece a oportunidade em nome te toda a equipe e afirma que a INFRAERO está aberta a discussões e propostas relacionadas ao meio ambiente. O Sr. Fernando acredita que um conselho atuante pode mudar uma história, por isso estão discutindo o processo da INFRAERO, portanto solicita que representantes de todos os órgãos devam comparecer à SEMARH para folhear o processo, ou conversar sobre outros assuntos. O Sr. Presidente agradece a todos pela participação e afirma que todos precisam se ajudar, trabalhar juntos. E informa que através dos conselhos há uma participação efetiva da comunidade. Afirma que isso é muito importante. Acrescenta que essa reunião com a INFRAERO foi muito importante para se ter a INFRAERO como parceira e não como inimiga. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Roberto Napoleão de Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. Enio Dutra Fernandes da Silva Roberto Napoleão de Araújo Carlos Roberto Machado Vieira Anajulia Elizabete Heringer Salles Francisco Alves Ribeiro Fabíola Freitas Pinto e Silva Mauro César Lambert de Brito Ribeiro Paulo Sarkis Antônio Gilmar José Bezerra Crispim Alda Rabelo Cunha Francisco de Assis da Silva Marcelo Pereira da Silva Mônica Veríssimo dos Santos Dinaura Gomes de Assis Nogueira Helena Castanheira Morais João Bosco Soares Manoel Alessandro Machado de Araújo